



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas

Pedro Paulo Videiro Rosa

O Mercado da Natureza: uma análise dos
sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica

Brasília
Julho de 2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas

Pedro Paulo Videiro Rosa

O Mercado da Natureza: uma análise dos
sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais,
especialista em Estudos Comparados
sobre as Américas.

Orientador: Dr. Martin León Jacques
Ibanez de Novion

Brasília
Julho de 2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas

Pedro Paulo Videiro Rosa

O Mercado da Natureza: uma análise dos
Sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília – UnB.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Martin León Jacques Ibanez de Novion
Orientador – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas

Dr. Rogério Gimenes Guigliano
Examinador – Sociólogo

Prof^a. Dr^a. Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja
Examinadora – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas

À Júlia,
ainda nem chegou mas já está presente.

AGRADECIMENTOS

Para produzir esta dissertação, contei com o apoio e colaboração de diversas pessoas e instituições que me forneceram informações, dados, insights, abrigo, horas de conversa, momentos de prazer. Gostaria de agradecer à todas as pessoas que durante o processo de pesquisa me auxiliaram de alguma forma, tanto no Brasil como na Costa Rica.

Agradeço à minha família, nas pessoas de meu pai, Eluízio, e minha mãe Cárita, por sempre me apoiarem e no meu caminho profissional e acadêmico e fornecerem todas as condições psicológicas e materiais possíveis para trilhar meu caminho. Estendo o agradecimento aos meus irmãos, Rafael e Amanda, que além de tudo são grandes exemplos de desapego e dedicação. Aos meus sobrinhos, pela alegria que contagia e nos faz sorrir.

Agradeço ao meu orientador, Jacques de Novion, por aceitar fazer parte dessa empreitada. Proporcionar a um geógrafo o contato com correntes de pensamento latino americanas e o oferecimento de outra visão das Américas ficará sempre associada às aulas e conversas, cujo diálogo aberto proporcionou bons momentos acadêmicos e não acadêmicos.

À todas as pessoas que compõem o quadro docente e administrativo do CEPPAC, em especial à Jacinta, pela atenção dispensada quando é necessário recorrer à secretaria. Às professoras Rebecca Igreja e Glória Vargas por aceitarem fazerem parte da qualificação de mestrado e pelas sugestões dadas ao projeto.

Agradeço ao Instituto Brasília Ambiental por me conceder afastamento para estudo, mostrando que apoia a capacitação de seus servidores.

Aos colegas de mestrado pelos bons momentos de convivência, debates frutíferos, pelo caminhar conjunto nessa fina camada de gelo. Aos amigos da vida, que fazem parte daquela família maior, a que agente escolhe.

Não poderia deixar de agradecer pessoas que me auxiliaram imensamente no período passado na Costa Rica, me passando contatos, ajudando a me estabelecer, conseguindo entrevistas, torcendo pela seleção no Mundial do Brasil. Maurício Herrera, Leonor, Gaba, Andrés e seus 9 gatos, Jorge, Michael. Pura vida!

À Bel. Sem ela meu mundo seria outro. Com ela os momentos são cheios de alegria e felicidade. Nossa filha que está agora em seu ventre é fruto de muito amor e companheirismo. É uma delícia compartilhar a vida com você!

RESUMO

Esta dissertação é resultado de um estudo sobre o conceito de natureza contido na política de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA – da Costa Rica. Partindo da crítica da Constituição Moderna acerca da oposição Natureza – Cultura, chega-se à consideração de que a natureza é uma construção social, produto de um imaginário normativo específico. A natureza, em forma de categoria analítica, é analisada à luz dos processos que ocasionam em sua mercantilização. Os PSA, ao serem uma nova forma de política ambiental que busca conciliar desenvolvimento econômico com conservação ambiental, inserem a Costa Rica na vanguarda na aplicação dessas políticas no qual se torna referência para a temática. O sistema de PSA costarriquenho é então analisado quanto à sua apropriação da ideia de natureza e frente aos processos que configuram a mercantilização da natureza em consonância com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e pelos métodos da Economia Ambiental. Aborda a tendência de criação de mercados para diferentes Serviços Ambientais a partir do ambientalismo de mercado. Os PSA, por seus efeitos simbólicos, técnicos e materiais, devem ser tratados como políticas territoriais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Pagamentos por Serviços Ambientais, mercantilização da natureza, natureza social

ABSTRACT

This investigation is the result of a study on the concept of nature contained in the policy of Payments for Environmental Services – PES – in Costa Rica. Starting from the critique of the Modern Constitution opposition of Nature – Culture, one comes to the account of that nature is a social construct, the product of a specific regulatory imaginary. Nature, in the form of an analytical category is analyzed in the light of the processes that causes in its commodization. PES, a new form of environmental policy, seeks to reconcile economic development with environmental conservation and insert Costa Rica at the forefront in the enforcement of these policies in wich it makes reference to the subject. The Costa Rican PES system is then analyzed for its appropriation of the idea of nature and face the processes that shape the commodification of nature in harmony with the principles of Sustainable Development and by the methods of Environmental Economics. Also addresses the tred of creating markets for different Environmental Services from the market environmentalism. The PES, by its symbolic, technical and material effects should be treated as territorial development policies.

Keywords: Payments for Environmental Services, commodification of nature, social nature

ÍNDICE

Introdução.....	11
Cap. 1 – Discussão Teórica – A natureza enquanto construção social.....	15
1.1. O que é natureza?.....	17
1.2. A natureza social.....	30
1.3. A mercantilização da natureza.....	37
Cap. 2 – Contextualização – Caracterização espaço-temporal da sociedade nacional costarrriquenha contemporânea.....	51
2.1. Aspectos da formação geográfica que caracterizam o território da Costa Rica.....	54
2.2. Aspectos sociais que caracterizam o encontro de dois mundos.....	60
2.3. Aspectos sociopolíticos do processo de ocupação do Vale Central.....	65
2.4. Aspectos da inserção da Costa Rica no pensamento moderno: questão de identidade.....	69
2.5. A <i>United Fruit Company</i> e a produção bananeira.....	73
2.6. O Estado-Nação moderno.....	75
Cap. 3 – Os Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica.....	94
3.1. O que são Serviços Ambientais – SA?.....	96
3.2. Os esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais.....	114
3.3. A política nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica.....	123
Cap. 4 – Considerações finais.....	146
Referências Bibliográficas.....	157
Anexos.....	167

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Croqui de Mapa-Mundi da classificação climática de Köppen-Geiger.....	57
Figura 2: Mapa Ecológico da Costa Rica segundo as Zonas de Vida de Leslie Holdridge.....	59
Gráfico 1: Evolução da extensão de áreas silvestres protegidas.....	91
Quadro 1: Sistematização da intersecção entre Economia e Ecologia.....	103
Tabela 1: Diagrama de modalidades incorporadas ao programa de PSA no período de 1997 a 2014.....	125
Quadro 2: Recursos financeiros em dólares (US\$) destinados aos PSA para cada modalidade por hectare, para o ano de 2014.....	132
Gráfico 2: Variação percentual de área de produção dos principais cultivos agrícolas na Costa Rica no período de 1994 a 2013.....	134
Tabela 2: Distribuição do número de contratos de PSA em 214 por modalidade.....	139
Tabela 3: Contratos de PSA firmados em 214 por área de propriedade.....	139
Tabela 4: Distribuição de áreas contratadas para PSA por ano e por modalidade, no período de 1997 a 2014.....	141
Gráfico 3: Evolução de área total sob regime de PSA em hectares por ano.....	143

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Costa Rica nas Américas.....	53
Mapa 2: Divisão Político Administrativa da Costa Rica.....	68
Mapa 3: Áreas macro de conservação da Costa Rica estabelecidas pelo SINAC.....	89
Mapa 4: Áreas Silvestres Protegidas e Terras Indígenas.....	90
Mapa 5: Zonas prioritárias para PSA estabelecidas pelo MINAE.....	128
Mapa 6: Zonas de Impacto hídrico prioritárias para PSA.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID – Agência Internacional de Desenvolvimento
AFE – Administración Forestal del Estado
ASP – Áreas Silvestres Protegidas
CAF – Certificado de Abono Forestal
CDB – Convenção da Diversidade Biológica

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNFL - Compañía Nacional de Fuerza y Luz
DGF – Directorio General Forestal
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONAFIFO – Fondo Nacional de Financiamiento Forestal
FSLN – Frente Sandinista de Liberación Nacional
IDA – Instituto de Desarrollo Agrario
ITCO – Instituto de Tierras y Colonización
IUCN – International Union for Conservation of Nature
MAE – Millennium Ecosystem Assessment
MAG – Ministerio de Agricultura y Ganaderia
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MINAE – Ministerio del Ambiente y Energia
MIRENEM – Ministerio de Recursos Naturales, Energia y Minas
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organizações das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PLN – Partido de Liberación Nacional
PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais
PES – Payments for Ecosystem Services / Payments for Environmental Services
PUSC – Partido de la Unidad Social Cristiana
REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SA – Serviços Ambientais
SAF – Sistema Agroflorestal
SINAC – Sistema Nacional de Áreas de Conservación
SP – Serviços para Produtores
SPN – Sistema de Parques Nacionales
TNC – The Nature Conservancy
UCR – Universidade de Costa Rica
UFC – United Fruit Company
URSS – União de Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF – World Wildlife Fund

INTRODUÇÃO

A Costa Rica, embora seja um pequeno país localizado na América Central, é um dos maiores expoentes na questão da temática ambiental pelo mundo. Sua história como contada e recontada pela literatura demonstra casos de excepcionalidade, que caracteriza o país diferentemente dos seus vizinhos centro-americanos. Uma nação praticamente livre de guerras, cuja independência se deu de forma relativamente pacífica, que desde cedo buscou na Europa e nos Estados Unidos influências sociais e econômicas de desenvolvimento, que aboliu as forças armadas e que tem uma das maiores áreas relativas do território sob proteção do Estado.

Não faltam qualificações para descrever a Costa Rica. De fato, um país com inúmeras peculiaridades, o que o torna ainda mais interessante do ponto de vista dos estudos latino americanos. Nesse sentido, ao invés de buscar consagrar as posições tidas como clássicas da formação socioespacial da Costa Rica, este trabalho procura oferecer novas observações sócio-históricas da realidade do país, sobretudo no que diz respeito ao espaço de vanguarda em que passou a ocupar na década de 1990 a partir do estabelecimento de políticas territoriais em consonância com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Neste trabalho, parte-se de uma perspectiva interdisciplinar para verificar as causas e as consequências da adoção do sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA – enquanto política nacional de conservação e preservação da natureza. Estabelecidos no ano de 1996, os sistemas de PSA envolvem a compartimentalização das funções da natureza na forma de serviços que sustentam o bem-estar humano. Considerando que essas políticas são fomentadas em grande parte por agências financeiras internacionais e pensadas por intelectuais e políticos de países do Norte, no qual têm em seu escopo a manutenção de ecossistemas¹ florestais e biodiversos, geralmente localizados em países tropicais do Sul, faz-se premente analisar a questão mais a fundo. Este é o objetivo deste trabalho.

¹ O conceito de ecossistema advém das ciências biológicas e trata-se de uma ferramenta heurística utilizada para delimitar uma unidade fundamental e descrever a interação entre componentes vivos e não vivos de determinado hábitat (MORAN, 2011). “Em ecologia o ecossistema é a unidade funcional básica, uma vez que inclui tanto organismos (comunidades bióticas) como o ambiente abiótico, cada um deles influenciando as propriedades do outro, sendo ambos necessários para conservação da vida tal como existe na Terra. (...) Enquanto os componentes principais estão presentes e operam juntos, de tal forma que se atinge de alguma maneira a estabilidade funcional, a entidade pode ser considerada um ecossistema” (ODUM, 2004:12-13).

Desse modo, a dissertação busca analisar em que medida o sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA – da Costa Rica contribui para o processo de compartimentalização da natureza em serviços e sua posterior inserção em mercados de *commodities*. O estudo, ao apresentar o caso costarricense, torna possível uma perspectiva comparativa com outros países não apenas da região, mas também outros países do Sul que estão passando por processos semelhantes. Com isso, é notória a vinculação deste trabalho com o ideal dos estudos latino americanos comprometidos com a transformação da realidade social, haja vista que o intento deste trabalho passa por tratar uma problemática ambiental com expressa vinculação econômica a partir de um prisma sócio histórico e espacial.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo principal do trabalho é compreender em que medida a política ambiental costarricense, mais especificamente o esquema de Pagamentos por Serviços Ambientais, adota um conceito mercadológico de natureza. Dessa forma, o presente estudo se propõe a investigar a contribuição da política nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais da Costa Rica para a transformação da natureza em mercadoria.

Objetivos Específicos

- a) Analisar teoricamente os diferentes conceitos de natureza nas ciências humanas;
- b) Investigar como a literatura trata da transformação da natureza em mercadoria no sistema-mundo moderno colonial;
- c) Analisar o contexto histórico, econômico, político e social em que os PSA foram criados na Costa Rica;
- d) Compreender o contexto/panorama ambiental da Costa Rica historicamente;
- e) Analisar o sistema de PSA ao longo do tempo, buscando estabelecer um “estado da arte” que reflita o panorama dos PSA;
- f) Investigar o conceito de natureza adotado pela política ambiental costarricense relacionada aos PSA a partir da análise da legislação, mesclada com a análise das contribuições dos atores entrevistados em campo quanto à apropriação instrumental da natureza em face à economia de mercado.

Convém salientar que esta proposta de trabalho está em consonância com minha trajetória profissional e acadêmica. Geógrafo de formação, Analista Ambiental de profissão, desde cedo a questão ambiental cativou minha atenção. Durante a graduação, embora tenha escolhido o tema agroecologia e desenvolvimento rural para a monografia de conclusão de curso, realizei pesquisas preliminares sobre os sistemas de PSA, que inclusive resultaram em um artigo apresentado em congresso. Com a intenção de avançar no estudo do tema a partir de uma perspectiva latino americana e notadamente sócio política, o CEPPAC se mostrou naturalmente um caminho interessante, capaz de fornecer uma base teórico metodológica que fuja do tratamento econômico convencional, dando condições de se ater a essa questão no âmbito de políticas de desenvolvimento territorial.

Como procedimentos metodológicos, a dissertação parte de uma revisão bibliográfica acerca do conceito de natureza, trabalha a formação social da Costa Rica a partir de uma perspectiva histórica e apresenta o debate teórico-metodológico em torno à temática de Serviços Ambientais. Além disso, o presente estudo baseia-se em informações coletadas na pesquisa de campo feita entre os meses de Junho a Agosto de 2014 na Costa Rica, na qual foi possível levantar dados secundários obtidos com governo e atores envolvidos com os sistemas de PSA no país através do acesso à documentos públicos, bem como entrevistar individualmente diferentes atores, especialmente gestores e beneficiários dos sistemas de PSA. Para os documentos cartográficos, foi utilizado o *software* ArcGis para produção de mapas, cujos dados espaciais foram adquiridos junto à instituição educacional Tecnológico de Costa Rica – TEC.

Partindo então da minha formação enquanto Geógrafo, passando pela minha ocupação atual enquanto executor da política ambiental no Distrito Federal, e culminando com a formação oferecida pelo CEPPAC, esta dissertação apresenta no primeiro capítulo a discussão teórica que ganha força no seio da Geografia que é a natureza enquanto construção social, isto é, enquanto produto de um imaginário normativo específico. A natureza vista dessa forma está em consonância com algumas correntes teóricas das Ciências Sociais, as quais dão aos humanos um papel de partícipe da formação da(s) natureza(s), e não os veem como um ser isolado que apenas está à mercê dos ditos fenômenos naturais. Após essa primeira aproximação teórica, o segundo capítulo apresenta brevemente um contexto da formação sócio-histórica da Costa Rica, com o intuito principal de questionar algumas supostas “verdades” históricas da constituição desse território em um Estado-Nação, bem como fornecer a base para o entendimento de por que a Costa Rica ser considerada pioneira no

tratamento de problemas ambientais. Já o terceiro capítulo aprofunda a temática dos Pagamentos por Serviços Ambientais, partindo da apresentação teórica geral de como são propostos os esquemas de PSA por agências financeiras internacionais e chegando à análise específica dos PSA na Costa Rica, instituído pela *Ley 7575/1996*, que estabelece a *Ley Forestal* em compatibilização com o *Sistema Nacional de Áreas de Conservación – SINAC* instituído em 1994 pelo Decreto nº 22909-MIRENEM, e ao qual os PSA estão vinculados enquanto política nacional de conservação e preservação da natureza. Por fim, a conclusão traz alguns dados de campo que complementam a análise anterior, com o intuito principal de promover questionamentos quanto à adoção de políticas de desenvolvimento nos moldes propostos pelo mercado financeiro.

Capítulo 1. Discussão Teórica – A natureza enquanto construção social

O homem, por natureza, produz cultura.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Falar acerca da natureza é, em princípio, algo comum a todas as pessoas. Qualquer indivíduo tem por costume se referir à natureza por qualquer que seja a intenção. Mais que um conceito, a palavra natureza adquire significados múltiplos, tão incrustada que está no senso comum com a imagem de uma paisagem esteticamente agradável, uma praia paradisíaca, uma cadeia de montanhas suntuosas.

As Ciências Sociais, de um modo geral, até recentemente dedicaram pouca atenção à questão da natureza. Afinal, a primeira grande divisão científica em disciplinas afastou as ciências do homem das ciências da natureza. O mundo natural, via de regra, seria assunto para físicos, químicos e biólogos dissertarem, cabendo aos cientistas sociais o estudo dos indivíduos e das sociedades.

É a partir de estudos recentes advindos de correntes teóricas novas que as ciências sociais passaram a se ater com mais cuidado para questões ambientais, especialmente depois da concepção de que a humanidade contemporânea tem alicerces fundados sobre uma “sociedade de risco” (BECK, 2013). Esse pensamento além de dar atenção a processos de catástrofes ecológicas, também permitiu reconhecer a “reflexividade” envolvida nas ações sociais que dão vazão à essas catástrofes, colocando assim a sociedade como responsável por seus próprios flagelos, sejam eles de ordem ecológica, econômica, social ou política.

Com a chegada dos anos de 1960, década caracterizada por rupturas de pensamento de ordem política, nas artes, nos meios de comunicação e na academia, ocorre o advento da crise ambiental. Nesse período emergiram no debate público a questão do gênero, a questão étnico-racial e a questão ecológica que começa a denunciar os limites da intervenção humana na natureza; e desse intenso debate político e cultural emergiram novos horizontes epistêmicos como formas de pensamento, convertendo a natureza em um referente político, objeto de disputa e apropriação social (GRIECO y BAVIO, 1995; LEFF, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2012).

No entanto, não é de imediato que as Ciências Sociais começam a se interessar pela “questão ambiental”. Apesar de já existirem atualmente diversos estudos que tratam da

questão da natureza e do natural, foi somente com o entendimento de que a questão ambiental era essencialmente um problema social que as Ciências Sociais passaram a tratar do tema, ainda que de modo mais tímido que outras ciências humanas. Para esta dissertação de mestrado, além dos debates sobre a natureza promovidos pelas ciências sociais, serão acrescentados outros, advindos de uma ciência em particular: a Geografia.

A Geografia, inversamente à divisão científica em disciplinas naturais e sociais, foi concebida ainda nos séculos XVIII e XIX como uma ciência intermediária, uma espécie de “ciência síntese” que abarcaria diversas outras disciplinas (CASTREE & MACMILLAN, 2001). A evolução da ciência geográfica acabou por demonstrar que esses propósitos foram extrapolados, mas mesmo assim permitiu que a divisão homem/natureza se desse em seu interior. A separação entre Geografia Física e Geografia Humana garantiu um grau de especialização para ambas, a primeira voltada ao estudo da natureza e a segunda voltada para o estudo do espaço produzido ou transformado socialmente. No entanto, essa divisão no interior da disciplina é há muito tempo alvo de críticas, o que permitiu a aproximação da Geografia Humana com o conceito de natureza, anteriormente exclusividade dos geógrafos físicos, antes mesmo que as ciências sociais. Essa proximidade permitiu aos geógrafos humanos uma maior familiaridade com o conceito de natureza.

Partindo dessa breve introdução, neste capítulo serão abordadas as críticas à oposição homem/natureza para, em seguida, estabelecer um diálogo entre as Ciências Sociais e a Geografia em relação ao conceito de natureza. Sem querer esgotar o tema, mas sem abdicar do rigor científico, o primeiro tópico deste capítulo procura questionar o que é a natureza para no próximo tópico entender como a natureza isolada e externa é transformada em mercadoria.

1.1 O que é natureza?

Para iniciar a discussão do que é natureza, faz-se necessário primeiro procurar entender os significados envolvidos com o termo. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa a natureza pode ser definida das mais variadas formas: seja como conjunto das coisas criadas, essência dos seres, força que conduz o universo; também pode referir-se tanto a humanos quanto a coisas, servindo como propriedade ou caráter de cada coisa e como qualidade, essência ou modo de ser dos seres e das coisas; bem como pode referir-se pejorativamente aos seres humanos em sua fase “primitiva”, condição anterior à civilização.

Já segundo o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2007), a definição do termo natureza envolve uma série de conceitos contendo pontos comuns, a saber: princípio de movimento ou substância; ordem necessária ou nexos causal; exterioridade, contraposta à interioridade da consciência; e campo de encontro ou de unificação de certas técnicas de investigação.

Todas essas definições, bem como outras advindas do senso comum, por mais simples ou complexas que sejam, parecem estar internalizadas no pensamento ocidental como uma garantia de que nós, seres humanos, somos mais que natureza. Que enquanto “primitivos” fazíamos parte dela, mas agora que somos “modernos” saímos de nossas cavernas e podemos ver o mundo como ele realmente é. Quando o que ocorre, na verdade, e em particular nas Américas, é uma visão externa, colonialista, que projeta nas comunidades autóctones uma visão de primitivismo e irracionalidade para com a relação desses povos com natureza (BLAIKIE, 2001).

Raymond Williams foi provavelmente um dos acadêmicos pioneiros a disseminar a ambivalência da palavra natureza. Procurando clareza acerca dos significados do termo, Williams distingue três significados específicos, mas intimamente ligados da palavra: 1) natureza enquanto ontologicamente essencial ou qualidade necessária de algo; 2) a natureza enquanto força inerente, que direciona tanto o mundo quanto os seres humanos; e 3) a natureza enquanto externalidade, isto é, como mundo material. (WILLIAMS, 1982; DEMERITT, 2001).

Essa tentativa de Williams de esclarecer o que está por trás do termo natureza ganha mais importância ainda com o crescente debate nas ciências sociais acerca da crítica

sistemática da noção embasada na oposição natureza-cultura, e que permeia o pensamento científico ocidental desde Descartes. Dentre as ciências humanas, a Antropologia se sobressai nessa crítica pelas particularidades de seus antecedentes empíricos e metodológicos, (LITTLE, 1999), o que propicia com que este ramo científico esteja à frente no debate que permeia a concepção com que indivíduo/sociedade constroem a noção de natureza, bem como suas variantes.

Autores como Lévi-Strauss (1982; 2010), Phillippe Descola (1996), Viveiros de Castro (2002), Marilyn Strathern (1980), Emilio Moran (1990), Tim Ingold (2000), Marshall Sahlins (2003) e Bruno Latour (2009), são apenas alguns expoentes que já se debruçaram sobre o tema. Esse tópico, no entanto, não tem intenção de revisar toda a bibliografia sobre o tema, mas dentre esses autores, foram escolhidos aqueles cujas obras podem servir de ponte ao entendimento mais próprio da Geografia e da vertente acadêmica da Ecologia Política, que percebem a natureza enquanto construção social.

Partindo da complexidade da relação natureza-cultura, Descola e Pálsson (1996) caracterizam como prejudicial para a Antropologia a relação binária entre natureza e cultura, como se essas não fossem construções sociais. A separação entre natureza e cultura é evidente em sociedades ocidentais modernas, mas se faz importante frisar que vários estudos que trataram de modelos locais da natureza, que embora invariavelmente distintos, possuíam alguns pontos em comum, sendo o mais arraigado o de que modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/cultura. O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob a ótica do capitalismo baseada na oposição entre seres humanos e natureza, é então inscrita no centro das relações sociais e de poder das sociedades capitalistas (ESCOBAR, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Com o intuito dar continuidade à discussão principal deste tópico, trazemos o contributo de Marshall Sahlins (2003), para quem a natureza é absoluta. Para este autor as necessidades materiais de origem biológica não compreendem a razão cultural de determinadas escolhas, como por exemplo, as escolhas alimentares e de vestuário, recaindo aí um componente sociocultural determinante. A natureza é então determinada pela cultura, que, portanto, não pode ser vista como uma mera expressão da natureza. Em termos materiais, é a ação da natureza que se estende nas nuances da cultura, pois a natureza se configura como uma matéria-prima ao qual o ser humano lhe confere forma e conteúdo (Ibid, 2003).

Elaborando o conceito de natureza a partir de um mundo exterior à matéria, Sahlins (2003) propõe uma leitura hierárquica da relação natureza-cultura, o que ocasionou em críticas acerca de sua objetificação da natureza, pois evoca a ideia de natureza mais real que a cultura (LIMA, 1999). Para Ingold (2000), Sahlins cria um conceito de natureza que mesmo estando determinado pela ordem cultural, mantém características de essência natural, permanecendo objetiva, exterior e universal.

Esse ‘deslize’ de Sahlins faz com que sua abordagem teórica contenha pontos interessantes, mas que ao mesmo tempo contém o limitante da exterioridade da natureza em relação ao homem. A natureza vista como determinação da cultura não é uma ideia descartada, mas a proposição teórica da natureza exterior, objetiva e universal, faz com que avancemos nas teorias que refletem a condição natureza/cultura para uma maior aproximação da natureza enquanto produto de um imaginário normativo específico, podendo então estabelecer as distintas concepções de natureza e a própria divisão Homem-Natureza enquanto recursos epistemológicos.

É com base na obra de Latour (2009) e no seu posicionamento crítico aos anteriormente mencionados antecedentes empíricos e metodológicos da ciência antropológica que a supremacia da oposição natureza/cultura é criticada nesta dissertação. Para o autor, a pesquisa etnográfica das (auto)denominadas sociedades modernas deve romper com a noção de modernidade, articulada por Robert Boyle e Thomas Hobbes no século XVII. Em seu livro *Jamais fomos modernos*, Latour (2009) demonstra como essas duas figuras históricas foram os articuladores míticos do que chamou de Constituição Moderna, e que lançou as bases teóricas da separação do reino das “coisas-em-si” (a natureza e os objetos), do reino dos “homens-entre-si” (a sociedade, a cultura e o sujeito).

É com base na separação do mundo social e do mundo hermeticamente controlado do laboratório que essa oposição é fundada. Embasado pelo princípio da simetria, que busca compreender sociedade e natureza de forma indissociável, Latour (2009) procura demonstrar que enquanto Hobbes se debruçou na criação de uma teoria política do poder, Boyle tratou de elaborar o discurso de interpretação da natureza, o que o autor chama de dupla invenção: a invenção do mundo moderno e a divisão sociedade/natureza.

Se formos até o fim da simetria entre as duas invenções de nossos autores, compreenderemos que Boyle não criou

simplesmente um discurso científico enquanto Hobbes fazia o mesmo para a política; Boyle criou um discurso político de onde a política deve estar excluída, enquanto que Hobbes imaginou uma política científica da qual a ciência experimental deve estar excluída. Em outras palavras, eles inventaram nosso mundo moderno, um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social (Ibid, 2009:33).

A ideia de Latour acerca da dupla invenção torna-se crucial para entender como a Constituição Moderna celebrou a oposição entre natureza e cultura. Lançando mão do conceito de coletivos, cria-se a possibilidade teórica de natureza e sociedade serem compreendidas em conjunto, em híbridos de naturezas-culturas (LATOUR, 2009). Para a antropologia simétrica de Latour, toda sociedade é um coletivo de natureza-cultura construído hibridamente. Os coletivos, mesmo o ocidental, são um híbrido de natureza, política e discurso. O que diferencia, então, o mundo moderno?

A criação da dita sociedade moderna é para Latour (2009) o *leitmotiv* de separação dos híbridos em duas zonas ontológicas distintas, apartando humanos dos não-humanos. O autor chama de processo de “purificação”, a distinção que é dada aos seres humanos no conjunto dos coletivos, que culmina por sua vez no modo de classificação ocidental de pessoas e coisas, e que, como enfatiza o autor, de modo algum é universal. Seguindo os preceitos da Constituição Moderna, “cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia” (Ibid, 2009:33-34).

Segundo Demeritt (2001), essa constituição científica levada à cabo pelo Iluminismo é fundada sobre importantes suposições filosóficas sobre conhecimento (epistemologia) e existência (ontologia). Em primeiro lugar, os objetos do mundo físico existiriam independentemente do conhecimento acerca deles. Em segundo lugar, esses objetos poderiam ser observados diretamente, pois o conhecimento do mundo pode ser testado empiricamente. Em terceiro lugar, a Verdade seria então definida por correspondência entre ideias acerca do mundo físico e como ele realmente é através de discursos socialmente produzidos que, por sua vez, transformam-se em forças produtivas (DEMERITT, 2001; PEET & WATTS, 2002; ESCOBAR, 2002).

Para Haesbaert (2007), o peso da modernidade sobre a ótica do território faz referência ao ritmo acelerado com que ocorrem os processos de “des-re-territorialização”, ou seja, a aceleração de fluxos de pessoas e mercadorias que se (des)vinculam aos diferentes espaços geográficos material e simbolicamente. Para o autor, o aumento dessas mudanças está associado ao caráter inerentemente reflexivo (BECK, 2013) e ambivalente da modernidade quanto à autonomia e heteronomia, razão instrumental e razão crítica (HAESBAERT, 2007).

Voltando à Latour (2009), com a separação da natureza e da cultura temos então a “Primeira Grande Divisão”, que por sua vez, é exportada para a “Segunda Grande Divisão”. A primeira, interior, é exteriorizada na segunda tomando a forma da oposição “Nós” e “Eles” (LATOURE, 2009), demonstrando o caráter classificatório ocidental no qual “Nós”, os modernos, privilegiados pelo conhecimento científico, distinguimos a natureza universal enquanto realidade única e extra-humana. Já “Eles”, que não atingiram a modernidade, seriam meros assimiladores de experiências traduzidas em imagens ou representações simbólicas da natureza. Para “Nós”, as coisas em si e as relações sociais são separadas em suas essências (em suas naturezas), enquanto para “Eles”, natureza e sociedade, signos e coisas são praticamente coexistentes.

Apoiado então na ideia de que não existe nem universalidade cultural nem natural, Latour (2009) propõe o termo “naturezas-culturas” para designar os coletivos sacionaturais que se assemelham e são comparáveis por serem constituídos, ao mesmo tempo, de humanos, não-humanos e divindades. Refuta-se, portanto, a noção de uma natureza exterior, que impõe suas condições ‘naturais’ arbitrariamente a seres e coisas, e abre-se caminho para construção social da natureza pelas diversas “naturezas-culturas” que constroem e alimentam de carga simbólica os coletivos humanos e não-humanos que fazem parte de seus ambientes. Para o autor, o estudo dos coletivos modernos requer a análise dos processos de hibridização enquanto formação de redes e dos processos de purificação que separam as redes em dois domínios distintos: natureza/cultura (Ibid, 2009).

Com o aporte de Latour, é possível dar continuidade à discussão teórica acerca da concepção dos conceitos de natureza e natural, extraídos de suas essências transcendentais e colocados no rol de categorias analíticas a serem debatidas teoricamente. Não mais exteriores aos seres que a habitam, mas formando um conjunto singular, igual, porém diferente de outros conjuntos de naturezas-culturas. Partindo dessa crítica, chega-se mais próximo da desconstrução da ideia de que a natureza seja um ente dado e que em nome do avanço da

‘civilização’ o homem fosse capaz de dominá-la, com a consequência de dominação do homem pelo próprio homem, revelando uma ideia de natureza-objeto em contraposição ao homem-sujeito (PORTO-GONÇALVES, 2013). Da mesma forma, Porto-Gonçalves (2012:12) aclara que “dominação é, sempre, em algum grau, a negação do outro, o que é válido tanto para povos, para etnias, para grupos e /ou classes sociais como para a natureza”. Demonstra-se assim que essa forma de construção do pensamento possui raízes históricas profundas, que remetem aos primórdios do conhecimento científico, e que modelaram profundamente a forma como se faz/pratica ciência e também na forma como se enxerga a natureza.

Esse ponto fica mais claro quando trazemos a contribuição da Ecologia Política, caracterizada como uma comunidade interdisciplinar derivada do diálogo da disciplina Ecologia com a Geografia Humana, a Etnobiologia e a Ecologia Cultural. “A ecologia política se refere às relações de poder nas interações humano-ambientais, em estruturas hierárquicas e de classe no processo de produção e apropriação social da natureza” (LEFF, 2013: 2). Autores como Murray Bookchin, Eric Wolf, André Gorz, entre outros, apropriaram-se de uma abordagem neomarxista acerca da condição de relação do homem com a natureza, dirigida com uma forte crítica ao pensamento econômico e marcada pela denúncia aos limites do processo de desenvolvimento capitalista.

A ecologia política se apresenta como uma crítica transformadora da sociedade produtivista e como ação política em busca de sentido e radicalidade democrática. Se trata de definir sua visão global de sociedade e de seu futuro assim como seus planejamentos sobre as relações entre seres humanos, relações entre estes e seu entorno natural e as atividades produtivas humanas (MARCELLESI, 2008:2).

A ecologia política parte da base crítica e se volta à ação política em torno à reapropriação social da natureza, em consonância com as expectativas e projetos políticos de povos autóctones. Segundo Robbins (2012), dentre os objetivos dessa vertente estão a explicação acerca de conflitos ambientais em termos de disputa sobre conhecimento, do poder e da prática, em conjugação com a política, a justiça e a governança, pois tendem a interpretar os processos de mudança ambiental e condições ecológicas enquanto produtos do processo político. Mais determinada a pesquisar as causas do que investigar os sintomas, a Ecologia Política possui algumas narrativas dominantes no seu escopo marcadamente político, a saber:

degradação e marginalização, conservação e controle, conflito ambiental e exclusão, sujeitos políticos e identidade e objetos políticos e atores (ROBBINS, 2012). Destaca-se pelo potencial libertador e emancipatório, se posicionando a favor de alternativas ao desenvolvimento, em uma tentativa de conjugar a política, teorias do discurso, crítica ao desenvolvimento e modernidade (PEET & WATTS, 2002).

Neste trabalho a Ecologia Política serve mais de inspiração do que propriamente como arcabouço teórico-metodológico, haja vista a dificuldade de se realizar em um curto espaço de tempo uma pesquisa multiescalar com foco em todas as nuances requeridas por esta abordagem. No entanto, ao utilizar a caracterização da Ecologia Política proposta por Peet e Watts (2002), procurou-se tratar da natureza envolvendo os contextos histórico, político e econômico específicos, de modo a possibilitar um melhor entendimento das formas complexas da transição capitalista.

Raymond Williams (1982:67) já demonstrara preocupação com a “ideia de natureza conter, embora muitas vezes despercebida, uma extraordinária quantidade de história humana”. Corroborando com Latour, Williams procura demonstrar que

Like some other fundamental ideas which express mankind's vision of itself and its place in the world, nature has a nominal continuity, over many centuries, but can be seen, in analysis, to be both complicated and changing, as other ideas and experiences change. (...) Many of the earliest speculations about nature seem to have been in this sense physical, but with the underlying assumption that in the course of the physical inquiries one was discovering the essential, inherent and indeed immutable laws of the world. The association and then the fusion of a name for the quality with the name for the things observed has a precise history. It is a central formation of idealist thought. What was being looked for in nature was an essential principle. The multiplicity of things, and of living processes, might then be mentally organized around a single essence or principle: a nature (WILLIAMS, 1982:67-68).

Procurando os diversos significados de natureza historicamente, Williams vai até aos conceitos medievais ortodoxos e cita somente a peça Rei Lear de William Shakespeare enquanto exemplo de inúmeros casos de utilização da palavra natureza, demonstrando uma “interação complexa” que pressupõe que a natureza, ao mesmo tempo, “é inocente, é desprovida, é certa, é incerta, é fecunda, é destrutiva, é uma força pura e é contaminada e

amaldiçoada” (WILLIAMS, 1982:72). Essa ordem da natureza é expressa pela criação do Deus católico e inclui como elemento central a hierarquização do homem na ordem da criação (Ibid, 1982).

Para Porto-Gonçalves (2013), apesar da noção de natureza ser uma construção que vem desde os filósofos gregos, é a partir da filosofia cartesiana e sua conceptualização de pares opostos (homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto) que concede à modernidade o caráter pragmático-utilitarista do conhecimento que enxerga a natureza enquanto recurso. Esse *modus operandi* é compartilhado com uma noção antropocêntrica que está estreitamente relacionada com o modelo econômico mercantilista através de novas bases de relação entre a ciência, a filosofia e a política. “O antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. Esta, dessacralizada, já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média” (Ibid, 2013:34). Haesbaert (2007) também enfatiza o menosprezo dessa visão para com as dinâmicas da natureza, ocorrida com a incorporação da dimensão ‘natural’ no interior da dimensão material do território de forma indissociada.

Outro artigo que pode dar pistas nesse sentido é o de Braun e Wainwright (2001), que parte da abordagem pós-estruturalista para investigar como a natureza se tornou um objeto de conhecimento científico, a estabilidade de certos entendimentos de natureza, e quais suas consequências. O resultado da pesquisa confere que, mais do que simples significados, essas questões envolvem poder e política, demonstrando o quão problemática é a categoria analítica natureza já que ela se auto apresenta ao conhecimento. Em contraposição à Herrera (2008), que advoga por “juízos geográficos intrínsecos” enquanto uma forma de ética para o que é bom e desejável socialmente, Braun e Wainwright (2001) vão além dos juízos de valor para demonstrar que o que está em jogo é a própria ‘coisa’ na qual a relação ética é fomentada, demonstrando que se dão através das práticas discursivas a composição da natureza em termos inteligíveis. Ao pressupor a natureza como uma categoria pré-dada, falha-se em reconhecer as formas nos quais as relações de poder estão presentes. Pois, “a técnica, mediação entre o social e o natural, é instituída num campo de relações intersubjetivas, e dessa forma, está longe de ser neutra” (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Porto-Gonçalves (2013) já definira a emergência do movimento ecológico enquanto um movimento de caráter político-cultural, no qual cada povo/cultura constrói o seu conceito de natureza ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais, demonstrando assim que

a problemática ecológica necessita, acima de tudo, de outros valores e de outro conceito de natureza. Enquanto um lado com forte viés economicista defende a incorporação da natureza na economia, grupos e movimentos sociais com viés ecológico rejeitam a base paradigmática de dominação da natureza pelo homem. Como expressa Leff (2006), a problemática ambiental possui caráter complexo, interrelacionando as dimensões epistêmica, técnica e política, em um mundo no qual a economia se sustenta como a centralidade da vida social. Ademais,

A relação da sociedade com o seu eu-outro, a natureza, desenvolve-se através do agir comunicativo que estabelece os fins imaginários, sócio-historicamente instituídos, plano em que a razão técnico-científica não dispõe de plena autoridade para decidir, pois este é o campo da relação sujeito-sujeito, e não da relação sujeito-objeto (PORTO-GONÇALVES, 2013:141).

Em Castree (2001a) encontramos uma elaboração sistemática dos conceitos de natureza, no qual o autor identifica três definições principais: a primeira identifica a fundação da natureza externa, não humana, fruto da separação ontológica entre social e natural, também associada a outros dualismos como rural-urbano, campo/cidade, selvagem/civilizado. A segunda natureza, como citada por Williams como uma “natureza inerente e qualidade essencial” de algo, é caracterizada por ser uma natureza intrínseca, fixa e imutável, ao mesmo tempo em que é determinada por uma qualidade ou atributo ‘essencial’. Por último, em contradição com a primeira ideia de natureza externa, existe também a noção de natureza enquanto dimensão universal, que tende a generalizar suas características e pode ser interpretada em um senso de englobar tudo o que existe.

O autor faz notar que todas as três definições implicam que: 1) a natureza pode ser conhecida “em si”; 2) no oferecimento de possibilidades e restrições sociais que são, em maior ou menor grau, imutáveis; e 3) no uso frequente para fundamentar juízos de valor. Ao que responde problematizando cada tema individualmente, pois “o que conta como verdade acerca da natureza *varia* dependendo da perspectiva do analista” (CASTREE, 2001a:9). Esse autor salienta que declarações sobre a natureza dizem tanto sobre o lugar de fala quanto revela os interesses em jogo, problematizando o peso da tomada de decisão que pode recair sobre o terceiro ponto que aborda juízos de valor e estão frequentemente associados a reivindicações sobre a natureza, as quais também podem servir como instrumentos de poder e dominação (Ibid, 2001).

Derek Gregory já demonstrara em seu artigo como o processo colonial foi responsável pela construção de “geografias imaginárias” (SAID, 2007) cujos efeitos na produção do espaço proporcionaram condições e efeitos materiais da dominação colonial. Apoiado na abordagem intelectual e projeto político denominado pós-colonialismo, Gregory (2001:84) procura relacionar “duas grandes constelações de significados e práticas que foram tecidas em torno da cultura-natureza como parte da formação de uma modernidade colonial distintivamente: a dominação e a normalização da natureza.” O autor se apoia na ideia do pós-colonialismo enquanto chave metodológica de identificação de um período histórico (colonial), inaugurado a partir do encontro de dois mundos, o mundo do colonizador e o mundo do colonizado.

Essa abordagem pós-colonialista tende a interrelacionar cultura e poder intimamente, pois a cultura é vista como uma série de representações, práticas e performances totalmente inseridas no interior da constituição do mundo. Cria-se o discurso colonial que reforça a produção de geografias imaginárias assimétricas, que coloca em lados opostos as sociedades coloniais e os sujeitos coloniais (SAID, 2007; GREGORY, 2001). Mais, as geografias imaginárias além de produzir um espaço determinado colonialmente, faz o mesmo com a natureza.

A conquista imaginada da cultura sobre a natureza que desvela Latour (2009), Demeritt (2001), Blaikie (2001), além do próprio Gregory (2001) acerca da Constituição Moderna propagada pelo Iluminismo, cria uma ideologia da natureza que obscurece as formas pelas quais as dinâmicas mercantis e capitalistas se inserem na produção da natureza. Uma natureza dominada, domesticada e feminilizada, que corresponde a um imaginário codificado em termos de gênero e sexualidade (GREGORY, 2001). A contraposição da “natureza temperada” (europeia) com a “natureza excessiva” de outras geografias reforça o duplo discurso de dominação e normalização que enquadra a natureza a padrões estipulados pela cultura científica europeia (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Para Gregory (2001) a dominação moderna da natureza envolve a produção de um espaço de visibilidade com três objetivos a serem cumpridos: promover o distanciamento (exteriorização) da natureza, promover a objetificação da natureza, e promover a estruturação da natureza em uma totalidade mais ou menos sistemática. Essa produção da natureza envolve o que o autor (Ibid, 2001:92) chama de “encenação”, entendida como uma “organização artilosa da visão” e que confere força ao dualismo que divide o mundo em realidade e

representação. Esse dualismo entre realidade e representação pode evocar um segundo dualismo por meio de operações específicas do discurso colonial, opondo assim o colonizador e o colonizado. “Por estes meios a natureza é feita para aparecer dentro de um espaço de ordem e organização e, no final, disponibilizada para o cálculo e mercantilização” (GREGORY, 2001:93). Ademais, o Estado colonial tem a tendência em criar óticas bem particulares através do qual a natureza e os povos nativos são vistos (BLAIKIE, 2001).

Mais do que simplesmente organizar os espaços e produzir naturezas dominadas, o discurso e as práticas coloniais se incrustaram no pensamento moderno impedindo que outras naturezas fossem pensadas por outras culturas, acabando por também dominá-las. Todavia, como limite às geografias imaginárias coloniais, está a natureza tropical que sustenta a geografia colonial, seja ela em forma material ou simbólica.

Aqui cabe fazer uma diferenciação da concepção marxista mais usual de produção material da natureza. Como coloca Castree (2001b), a vertente da Geografia Crítica influenciada por obras cuja base metodológica está no materialismo histórico, como *Uneven Development* do geógrafo Neil Smith, costuma considerar que a humanidade a partir do século XX não apenas interage, interfere ou altera o mundo natural, mas “materialmente produz um novo” (CASTREE, 2001b: 191). A definição de natureza que está sendo criticada nesta dissertação, uma natureza externa, fixa, não social, é tornada obsoleta pelo modo de produção capitalista. Afinal, desde a clonagem e a criação de organismos geneticamente modificados tem sido possível referir-se claramente a processos de produção material da natureza (transformação física), com especial contributo do conhecimento científico.

Escobar (2005:136) já atentara para a validade científica contida na “relação entre formas de conhecimento locais e formas modernas especializadas, em ambientes concretos, ecológico e institucionais, por exemplo no contexto dos programas de desenvolvimento e conservação, em especial nas áreas tropicais”. É cabível, portanto, estabelecer uma relação prévia com algumas políticas ambientais identificadas com o que Aníbal Quijano (2005) chama de “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber”, pois além de estarem intimamente relacionadas com a abertura de mercados financeiros, possuem um ideal de natureza e concepções de conservação e preservação mergulhados no cientificismo clássico, que ignora as perspectivas locais de natureza (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000).

Com isso, mesmo a agricultura, historicamente mais resistente à permeação do capital, se serve à produção de ‘segundas naturezas’ com o controle de certas firmas internacionais

sobre a produção, o acesso e a distribuição de sementes híbridas e estéreis (CASTREE, 2001b; PORTO-GONÇALVES, 2013).

(...) all production (capitalist and noncapitalist) is at some level reliant on materials derived from nature. Indeed, it is significant that most nature-centered of all economic activities – agriculture – has historically been the one sector resistant to being organized along capitalist lines (CASTREE, 2001b:193).

Dentre as consequências inevitáveis da produção capitalista da natureza estão os efeitos sociais e econômicos da privatização das sementes, a produção do espaço agrícola em formas de monoculturas, bem como a homogeneização genética de cultivares e a consequente dependência do produtor rural (CASTREE, 2001b). E, como informa o autor, as respostas políticas mais comuns às transformações biotécnicas da natureza, seja ela uma resposta “entusiástica”, seja de “oposição”, ou seja de “aceitação vigiada”, todas pressupõem a separação do homem e da natureza em domínios ontologicamente distintos (Ibid, 2001b).

Desse modo, é evidente o papel desempenhado pela técnica na percepção de natureza dominada. Milton Santos (2008) elaborou seu conceito de “meio técnico-científico-informacional” considerando que a noção de dominação da natureza está relacionada ao domínio da técnica, da utilização de artefatos tecnológicos, do controle do tempo, bem como pela transformação da matéria.

Há, portanto, uma tensão permanente entre tecnologia e território, tensão essa que institui o padrão de poder mundial nas suas múltiplas relações de escalas imbricadas enquanto divisão territorial do trabalho (relação cidade-campo; intra-urbana; interurbanas; intra-regionais; inter-regionais/nacionais e internacionais) (QUIJANO *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006).

Temos, portanto, que para a corrente marxista também é questionável a aceitação tácita que a ciência moderna tem da natureza, haja vista os fatores e as consequências apresentadas. Seguindo a linha do materialismo histórico dialético, o capitalismo gerou as condições necessárias para que empresas transnacionais, donas de meios de produção específicos, tomasse forma. Alimentadas por conhecimentos científicos especializados acerca da natureza, essas empresas foram capazes de transformar materialmente a natureza através de

hibridizações e engenharia genética, o que não é possível ao cidadão comum. Em se tratando de uma noção produtivista, com especial ênfase na esfera econômica, seguiremos com a discussão a fim de contemplar visões mais próximas acerca da ideia de “naturezas-culturas”.

Foi a partir da introdução da ideia proposta pelo naturalismo, e conseqüentemente da ênfase nas propriedades constitutivas pelas ciências naturais, que as formas naturais adquirem não apenas constituição, mas história. A natureza passa a ser vista então como um “criador seletivo”, tendo ela mesma história. Porém, adentrando nessa seara científica que repassa os séculos XVIII e XIX, Williams (1982) demonstra que desde que se começou a ter em consideração o poder de intervenção humana ou a combinação do trabalho com o ambiente, toda uma nova gama de relações entre homem e natureza passa a ser considerada. E com isso a separação entre história natural e história social torna-se extremamente problemática. Seria a abstração do homem um componente de análise, cuja separação da natureza se deu de várias formas: da distinção prática entre natureza e Deus ao exame dos processos naturais sem nenhuma suposição prévia de propósito, provocando assim a comparação desses processos à peças de máquinas (Ibid, 1982).

Esse deslocamento levado a cabo de forma mais intensa pelas ciências aplicadas, ao gerar conseqüências inesperadas ao meio, elevou o status de um novo significado de natureza. Passa-se então a chamar natureza tudo aquilo que o homem não tocou, reforçando a imagem de uma paisagem isolada, selvagem (*wilderness*) (WILLIAMS, 1982). No entanto, “uma parte considerável daquilo que chamamos paisagem natural tem o mesmo tipo de história. É produto de projeto e trabalho humano, e ao admirá-la como natural importa muito se queremos suprimir esse fato do trabalho ou reconhecê-lo” (Ibid, 1982: 78). Em consonância, Braun e Wainwright (2001) procuram demonstrar como a floresta é resultado de práticas de significação, e não sua causa imediata e Gregory (2001) trata da superficialidade de descrições europeias acerca de paisagens de deserto e floresta tropical.

Evidenciando o caráter de transformação dos significados de natureza, Williams (1982:81) evidencia que a natureza para ser “consumida enquanto cenário, paisagem, imagem, ar fresco”, ganha conotação de natureza selvagem com a passagem do poder simbólico para a interpretação da natureza enquanto seleção natural.

1.2. A natureza social

Essa categorização do natural é especialmente cara à Geografia devido a seu processo de constituição científica, conforme explicado brevemente nos primeiros parágrafos deste capítulo. O legado de abstração do homem provocou na disciplina que a perspectiva ‘pessoas e ambiente’ fosse dominante entre geógrafos, primeiro na separação entre Geografia Humana e Geografia Física e, posteriormente, na (re)unificação dessas especialidades em torno de uma ciência que sirva de ponte entre ciências sociais, humanidades e ciências naturais. No entanto, duas novas perspectivas despontam na Geografia contemporânea: a perspectiva ecocêntrica e a perspectiva social.

Para Castree, (2001a), a perspectiva ecocêntrica é geralmente utilizada por simpatizantes do movimento ambientalista para advogar um retorno à natureza ‘natural’, transcendente. Já a perspectiva social percebe a natureza como “inescapavelmente social” a partir do argumento de que “a natureza é definida, delimitada, e até fisicamente reconstituída por diferentes sociedades, frequentemente a fim de servir interesses sociais específicos e geralmente dominantes” (Ibid, 2001a:3). Para os estudiosos identificados com a natureza social, dois pressupostos axiomáticos devem ser levados em conta: 1) a natureza nunca foi simplesmente ‘natural’, mas intrinsecamente social; 2) falar de natureza em si mesma enquanto um domínio que é por definição não-social e imutável é favorecer a perpetuação de poder e desigualdades mundiais (CASTREE, 2001a).

Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista do discurso, entende-se a natureza socialmente construída da mesma forma que a economia política e a ecologia são entendidas como formas modernas de conhecimento, assim como o são seus objetos de estudo. A natureza, entendida enquanto recurso epistemológico, torna possível sua análise discursiva (ESCOBAR, 2002).

A natureza enquanto construção humana reflete a perspectiva do construtivismo social em dois argumentos básicos. O primeiro argumento aborda que o conhecimento acerca da natureza é determinado culturalmente por sistemas específicos de significado e significação (representação). Já o segundo argumento advém da noção marxista que enxerga a natureza de forma essencialmente econômica, no qual os modos de produção tecnologicamente avançados reconstituem materialmente a natureza (CASTREE & MACMILLAN, 2001). Partindo da crítica política à noção de natureza como um domínio exclusivo, ambas abordagens

construtivistas procuram revelar a incoerência em se imaginar a natureza como não-social, já que também ambas entendem a natureza enquanto ferramenta ou efeito do Poder (Ibid, 2001).

Mais do que uma demarcação física, o conceito de território adquire função de apropriação e controle do espaço geográfico, seus recursos e seus grupos sociais, imersos nas relações de poder que lhe são características. E como todo material também é simbólico, o sentido de natureza é problematizado pelas múltiplas relações que sociedades heterogêneas têm com o seu território, politizando a noção não só de natureza, mas também de cultura, transformando o território em uma categoria analítica que abarca “natureza mais cultura através das relações de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2012: 34).

O território, enquanto categoria central da análise da problemática ambiental contemporânea comporta em sua materialidade as tensões entre diferentes modos de apropriação do espaço, mas que a dinâmica mercantil da economia insiste em ignorar (PORTO-GONÇALVES, 2006). O território, por sua vez, pode ser visto como “fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2007:235).

Neste ponto faz-se necessário explorar um pouco o conceito de território e sua relação com os processos de produção da natureza. O geógrafo Rogério Haesbaert, um dos maiores expoentes brasileiros na temática, agrupa o conceito de território em três vertentes distintas: a vertente política (espaço-poder) ou jurídico-política (espaço-poder institucionalizado) enxerga o território como um espaço delimitado e controlado, com uma concentração de poder pelo Estado. A vertente cultural ou simbólica enfatiza uma dimensão mais subjetiva, interpretando o território enquanto produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Já a vertente econômica foca nas dimensões espaciais das relações econômicas, no qual o espaço é visto como fonte de recursos e/ou incorporado nas lutas de classes e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004; 2007).

Somente com essa breve introdução ao conceito de território já é possível verificar o quão estreita é a relação deste com a natureza. Todas as três vertentes envolvem uma concepção de natureza, sugerindo que a apropriação em torno dessa concepção se dá em um intenso jogo de poder entre essas três vertentes. É a partir, portanto, de uma perspectiva integradora, híbrida, que o território ganha feições de multiterritorialidade, podendo dialogar de forma mais democrática entre as distintas dimensões sociais e passando a incluir as

relações sociedade-natureza que conformam as políticas da natureza enquanto imbricação de múltiplas relações de poder. “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2007:78).

Tido como mediação espacial do poder, o território historicamente e geograficamente contextualizado de forma relacional

resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (...) O território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômico mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica (Ibid, 2007:93-95-96).

Verifica-se então que os processos de territorialização envolvem o controle de processos sociais através das relações de poder no espaço, tanto concretas quanto simbólicas. A desterritorialização é encarada, portanto, como um processo relacional (des-territorialização), que por um lado é mais híbrido e flexível pela presença de redes e suas tecnologias da informação, mas por outro é menos flexível devido às disputas que ocorrem no/pelo espaço entre diferentes grupos, implicando no gerenciamento da disposição e da circulação dos corpos no espaço (HAESBAERT, 2007). O movimento é marca característica da pós-modernidade. O território, permeado por fluxos e redes, dissolve os espaços, congela o tempo, ao mesmo tempo em que se apropria de pessoas e naturezas em partes distantes do mundo para legitimar relações espaciais mercantis de dominação e subordinação do trabalho, do movimento, e dos recursos.

Vista como um artefato social, a natureza ao qual nos referimos anteriormente está longe de ser um conceito acabado e apropriado por uma corrente teórica específica. Notadamente mais próxima ao pensamento crítico, como atesta Castree (2001a), a natureza social está sendo utilizada por correntes Marxistas, pós-Marxistas, feministas, antirracistas, pós-estruturalistas, anti-colonialistas, bem como na Teoria Ator-Rede e na Ecologia Política.

Fazendo parte dos argumentos construtivistas que enxergam não apenas a natureza como social, mas também a paisagem, os problemas ambientais, a AIDS, os fatos e até mesmo a morte (DEMERRITT, 2001), faz-se necessário esclarecer que o construtivismo da natureza possui implicações tanto políticas quanto filosóficas. Politicamente, procura diferenciar a construção social da natureza em âmbito conceitual e também nos sentidos físico e material, enquanto que filosoficamente essa abordagem difere entre formas de refutação (que procura refutar reivindicações particulares da natureza) e formas de crítica filosófica (que critica pressuposições sobre conhecimento e existência) (Ibid, 2001).

É a partir da negação de que entidades naturais tem valor intrínseco ou mesmo direitos que os construtivistas sociais abriram o campo para novas visões políticas da natureza. Todavia, essa vertente compartilha com os realistas naturais a inabilidade de imaginar as relações Homem-Natureza em uma forma não dicotômica (CASTREE & MACMILLAN, 2001), demonstrando que a força analítica presente na divisão do mundo social e do mundo natural advém na forma de um recurso epistemológico.

(...) bringing nature within the domain of the social simply shifts the causal and ontological arrows from the one 'side' of the social-natural dichotomy to the other. The dichotomy itself arguably remains intact (Ibid, 2001:210).

Seguindo a proposição de Williams (1982) quanto aos significados específicos do termo natureza, a crítica construtivista à ciência busca desconstruir uma visão naturalizada do conhecimento científico, comum tanto às ciências naturais quanto sociais e também na divisão Geografia Humana e Geografia Física como formas de representação natureza/sociedade. Essas formas de representação ganham conotações distintas devido às diferenças epistemológicas que emanam dos sentidos de natureza, que por sua vez reforçam ainda mais a noção de uma natureza vista objetivamente pelas ciências naturais e uma sociedade entendida subjetivamente pelas ciências sociais.

By dissolving the binary distinction between nature and society (as well those dualisms closely associated with it: objective/subjective, natural/social science, mind/body reality/representation), theories of social construction help us to recognize the intimate, sensible, and hectic bonds through

which people, organisms, machines, and other elements make and hold their shape in relation to each other in the business of everyday living (DEMERRITT, 2001:36).

Para a Ecologia Política, a natureza é social por ser caracterizada como produto de um imaginário normativo específico, ao qual através do processo reflexivo constitui-se a produção do ambiente ou daquilo que cada sociedade/indivíduo considera como relacionado à natureza. Esse processo conduz à normatização do uso da terra, forma pela qual o poder governamental assegura condições de seguridade a sistemas naturais sem resistência social (ROBBINS, 2012).

Na Geografia Crítica, de um modo geral, a natureza é social em três formas relacionadas: a primeira diz respeito ao conhecimento da natureza, que não pode ser visto como singular e objetivo, mas sim como conhecimentos constituídos socialmente. Como atestam análises Marxistas e pós-estruturalistas, conhecimentos acerca da natureza também refletem (e eventualmente escondem) outros interesses, em especial envolvendo gênero (MOECKLI & BRAUN, 2001), raça (ANDERSON, 2001) e colonialismo (BRAUN & WAINWRIGHT, 2001; BLAIKIE, 2001), assim como promovem discursos da natureza que agenciam associações da natureza a outras imagens e normas sociais (GREGORY, 2001), evidenciando que toda reivindicação acerca da natureza é discursivamente mediada (CASTREE, 2001a; PORTO-GONÇALVES, 2013).

There is, therefore, no objective, nondiscursive way of comprehending nature 'in the raw'. We have to live with the fact that different individuals and groups use different discourses to make sense of the same nature/s. These discourses do not reveal or hide the truths of nature, but rather, *create their own truths*² (CASTREE, 2001a:12).

Relacionando essa questão discursiva com a evidência de que a Constituição Moderna tem em sua composição a criação de dicotomias (LATOUR, 2009; CASTREE & MACMILLAM, 2001) é possível realizar um exercício de oposição linguística no qual todos os três significados da palavra natureza, como caracterizados por Williams (1982), dependerão de um par oposto específico ao que é visto como cultural, artificial ou humano em

² Grifo do autor.

sua origem. “Uma vez que as referências culturais do que *não é* natureza e natural são delimitadas por mudanças no espaço e no tempo, então também deve ser o que a natureza é” (DEMERITT, 2001:32)³. Pois, como bem coloca Porto-Gonçalves (2013), a especificidade natural do homem é produzir cultura, e cada cultura só faz realmente sentido para as pessoas que nela estão inseridas.

Já a segunda forma com que é relacionada a natureza social faz referência ao envolvimento humano com a mesma, pois as dimensões sociais da natureza não são reduzíveis ao conhecimento por si só. Isso significa que em toda história humana, as sociedades interagiram (e continuam interagindo) fisicamente com a natureza. Essa natureza contingente sobre práticas sociais pode ser denominada ‘socionatureza’ (CASTREE, 2001a):

It’s an insistence that the physical opportunities and constraints nature presents societies with can only be defined *relative to* specific sets of economic, cultural, and technical relations and capacities. In other words, the *same* ‘chunk’ of nature – say the Amazon rainforest – will have *different* physical attributes and implications for societies, depending on how those societies use it. In this sense, the physical characteristics of nature are *contingent* upon social practices: they are not fixed⁴ (Ibid, 2001a:13).

A terceira forma com o qual a natureza social está identificada tem a ver com o refazer da natureza, ou seja, com a “reconstituição física da natureza, tanto intencionalmente quanto não intencionalmente” (CASTREE, 2001a:15). Essa “produção da natureza” enxerga o natural de forma material e inserido internamente aos processos sociais, muitas vezes com propósitos de vantagens econômicas, como por exemplo a criação de organismos geneticamente modificados e compostos químicos que fisicamente reconstituem a natureza, chegando inclusive ao nível celular e atômico. (CASTREE, 2001a; BECK, 2013).

Assim, como exposto por Demeritt (2001), a definição construtivista de Natureza é um conceito culturalmente e historicamente definido. Além disso, tal definição está presente de forma material, a partir dos processos de transformações físicas pelos quais os ambientes sofrem em constante mudança. Para Robbins, (2012), a abordagem social construtivista ressalta as contingências de avaliações das ciências ditas ambientais e do planejamento que

³ Grifo do autor.

⁴ Grifos do autor.

propõem. Ademais, encaram o mundo objetivo como real e independente de categorizações, porém filtrado através de sistemas conceituais subjetivos e métodos científicos que são condicionados socialmente, refletindo assim a complexidade das interações discursiva/material (Ibid, 2012).

Como demonstra Castree (2001a), esse conceito está estreitamente relacionado com as políticas da natureza. Primeiramente, em forma de juízos de valores que se apropriam de conhecimentos, práticas e ausências com relação à natureza. Em segundo lugar, no entendimento de política enquanto declarações morais ou éticas a respeito da natureza, definindo assim o pensamento/ação do que é certo ou errado. Por fim, em terceiro lugar, as políticas são pensadas em um sentido mais familiar de políticas governamentais formais e tomadas de decisão, que por sua vez, regulam e moldam as relações natureza-sociedade (Ibid, 2001a). Urge, portanto, criticar a visão dominante no qual o conhecimento científico exerce sua autoridade tanto na identificação da Verdade quanto no exercício do Poder, em especial quando nos referimos a Estados com herança colonial (BAIKIE, 2001). Conhecimentos tidos como verdade e com alto grau de autoritarismo são transportados para a esfera política revelando novamente a ligação do conhecimento com o poder, à medida que essa transposição é uma escolha definida por atores poderosos, e não construída democraticamente e mutualmente.

De fato, a assumpção da natureza social neste trabalho segue a lógica proposta por Demeritt (2001), servindo de ferramenta para questionar a aparente objetividade de certas ‘verdades’ científicas e suas consequências políticas. Nesse sentido, parte-se da crítica à “aparente auto evidência da natureza e do ambiente físico como coisas pré-dadas com certas propriedades físicas fixas e que existem independentemente ou à parte das práticas sociais” (Ibid, 2001:24), e passa-se para a crítica da própria autoridade do conhecimento científico enquanto formulador de políticas ambientais. Pois, conforme salientam Braun e Wainwright (2001:41) inspirados em acadêmicos como Arturo Escobar e Donna Haraway, “a natureza social é produzida nas conjunturas epistemológicas/ontológicas no qual conceitos, ações e fatos são misturados em conjunto”.

Como bem colocam Castree e MacMillan (2001), o principal valor da perspectiva social construtivista passa pelo questionamento de ações fundamentadas em apelos a uma suposta natureza externa, não-social. Mas, como qualquer corrente teórica, ela não está isenta de críticas e deficiências analíticas. Esses autores, fazendo a defesa de uma conjugação entre

o que chamam de Teoria Ator-Rede ‘fraca’ com aspectos do social construtivismo apontam o binarismo, a assimetria, as concepções limitadas de agência e as concepções centradas de poder como grandes carências da perspectiva, pois não rompem com aspectos mais consolidados do pensamento científico moderno (Ibid, 2001). No entanto, tendo em vista os propósitos da dissertação de mestrado essa corrente teórica atende aos seus intentos, já que reúne material teórico suficiente para o embasamento de uma pesquisa de mestrado em um horizonte temporal adequado, enquanto fornece a base para um ponto de vista crítico e distinto do comumente utilizado para análise de políticas ambientais.

Buscando uma clareza terminológica que possibilite prevenir uma má interpretação dos diversos significados de natureza, procurou-se apoiar na divisão feita por Williams e Demeritt dos três significados específicos intimamente ligados da palavra natureza, passando-se assim ao próximo tópico que trata dos processos que caracterizam a passagem da natureza representada primordialmente pelo seu valor de uso para a incorporação da natureza ao rol de mercadorias com valores de troca. Ademais, o exposto até aqui teoricamente, a partir da crítica ao modelo e às práticas convencionais a respeito da natureza, fornece indícios que contribuirão para a análise do conceito de natureza adotado pelo sistema de PSA na Costa Rica, a ser realizado no último capítulo desta dissertação. O intuito dessa crítica passa por revelar as contradições inscritas nos processos de valoração e mercantilização da natureza, possibilitando assim uma abordagem crítica acerca de propostas políticas que tratam a natureza como meros recursos econômicos, de modo que possibilite novas formas de pensar a articulação sociedade-natureza.

1.3. A mercantilização da natureza

“A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (PORTO-GONÇALVES, 2013:35). Se a consolidação do sistema capitalista legitima a oposição homem-natureza, antes mesmo dessa consolidação, a economia do liberalismo econômico já entendia os elementos da natureza como simples matéria prima, fontes inesgotáveis que, transformadas pelo trabalho do homem, decompõem-se em objetos de consumo com valor de troca, determinando assim um território estritamente econômico.

Essa crescente preocupação com o meio natural (preocupação essa derivada em parte da escassez de alguns tipos de matérias-primas e da conseqüente busca por substituí-las), tem como marco as Conferências de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual, a partir de 1972 em Estocolmo, colocou o tema em voga, levando para a arena política a ideia de “sociedade de risco” (BECK, 2013). Conceitos foram criados – como desenvolvimento sustentável –, problemas foram levantados e, desde então, uma corrida sistemática para incorporação da natureza à economia tem sido erigida teoricamente. Esse discurso encabeçado pelo Desenvolvimento Sustentável – DS, como apontam Peet e Watts (2002), foi responsável por agrupar três discursos que até então estavam desconectados: a crise ecológica, a demografia global e a desigualdade econômica, promovendo assim uma série de artifícios que atacariam essas problemáticas, dando uma nova ênfase na relação homem-natureza.

Partindo da consideração de que é em escala local que são sentidos os principais efeitos dessas intervenções políticas – devido à sua maior fragilidade espacial – verifica-se a intensa relação entre local, global e políticas de desenvolvimento. Desse modo, buscou-se incluir o nível de influência dessas políticas e questionar se tal prática é válida para fomentar um desenvolvimento local. Desenvolvimento esse que deve gerar autonomia e, sobretudo, respeitar os povos que necessitam do meio para sua reprodução sócio-cultural.

Conforme bem coloca Escobar (2002), a mercantilização da natureza de um modo geral, é uma nova categoria de análise gerada pelo capitalismo pós-industrial. Aspectos internos da natureza e da sociedade passam gradativamente a serem internalizados pelo capital, revelando a nova face conservacionista do processo de acumulação capitalista a partir de novas articulações entre os sistemas social e natural.

This proposal significantly qualifies views of the dialectic of nature and capital. The argument has been that capitalist restructuring takes place at the expense of production conditions: nature, the body, space (ESCOBAR, 2002:47).

Na construção desse cenário, os serviços superam a produção industrial como gerador da expansão do capital globalizado. Eles aparecem quando a produção em nível global demanda insumos crescentemente especializados. Dessa forma, é gerada uma categoria de serviços inteiramente nova, os chamados “serviços para produtores” (SP). Sua maior

diferença é que esses SP não são centrados nos consumidores finais, e sim diretamente nos mercados para os quais foram criados, compostos por organizações, firmas e governos. Nesse viés, os SP passaram a incluir os serviços ambientais (SA) (BECKER, 2008), demonstrando novas configurações advindas da globalização neoliberal em favor das potências industriais, altamente dependentes de matérias primas oriundas de outras partes do planeta, em particular de países caracterizados como biodiversos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Conforme discutido no tópico anterior, há séculos o homem transforma em produtos os elementos provenientes da natureza, processo esse que se acelerou com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante. Esses elementos podem ser interpretados como componentes formadores da estrutura do meio ambiente. Atualmente, no capitalismo pós-industrial, esses elementos são valorados também pelas suas funções. Essas funções são geradas pela interação dos elementos estruturais e são mercantilizadas como insumos (POLANYI, 2000).

Karl Polanyi foi provavelmente o primeiro teórico a levantar as contradições da mercantilização da natureza. Em sua análise das mudanças ocorridas na organização social durante o século XIX no livro *A Grande Transformação*, retrata como que no processo da 1ª Revolução Industrial foram criadas as “mercadorias fictícias”. Segundo esse economista político austríaco, uma dessas mercadorias seria a terra. Afinal, o que é a terra senão natureza? Ela não foi produzida para ser vendida no mercado, mas, quando se tornou uma mercadoria fictícia, ela gerou um mercado real. Outro exemplo que ele nos dá é o trabalho. O que é trabalho senão vida? Ele também não foi criado para ser vendido, não foi gerado como mercadoria, entretanto, ao atribuirmos valor a esse trabalho, a essa vida, ela se torna mercadoria fictícia e, conseqüentemente, cria um mercado real (POLANYI, 2000; BECKER, 2008).

Para Polanyi, trabalho e terra, respectivamente, “nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (POLANYI, 2000:93). As mercadorias são definidas empiricamente como objetos a serem produzidos para venda no mercado, enquanto os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores.

Tem-se, portanto, algumas equivalências. O trabalho equivale à atividade humana, a terra equivale à natureza e o dinheiro equivale a símbolo do poder. Como afirma Polanyi,

(2000), a criação dessas mercadorias fictícias gera mercados reais relacionados ao trabalho, à terra e ao dinheiro. Trabalho, terra e dinheiro entram então como forma de ampliação do mercado aos componentes da indústria, com a introdução do sistema fabril em uma sociedade comercial, ocasionando na incessante busca econômica pelo valor de troca, enquanto que o valor de uso é somente um veículo para realização da troca.

No entanto, como Polanyi chegou a essas conclusões? Partindo do estabelecimento do mercado auto regulável enquanto matriz e fonte de um sistema de organização social, cujos alicerces estavam no sistema de equilíbrio de poder, no padrão internacional do ouro e no Estado liberal. O mercado auto regulável era para este autor uma utopia e fazia parte das instituições nacionais e econômicas ao qual ele subdividiu essas bases da organização social. Enquanto a auto regulação do mercado estava inserida em um contexto nacional sob uma perspectiva econômica, o sistema de equilíbrio de poder na Europa estava relacionado ao contexto político internacional. Já o padrão internacional do ouro, num contexto internacional mas sob influências de ordem econômica, enquanto o Estado liberal servia de base para a organização sociopolítica nacional (POLANYI, 2000).

Nesse sentido, o autor interpretou a paz enquanto subproduto bem-vindo do sistema de equilíbrio de poder. Sobre esse argumento, segue-se o controle de pequenas nações e impedimento de perturbação ao *status quo* vigente à época. O capital financeiro (bancos) eram os responsáveis pelo elo principal entre a organização política e econômica do mundo. O objetivo do que Polanyi chamou de *haute finance* era o lucro: para atingi-lo era necessário o bom relacionamento com os governos cujo objetivo era o poder e a conquista (Ibid, 2000).

Com o aumento da industrialização durante a passagem para o século XX, o equilíbrio de poder sofre um revés, inaugurado com o colapso do padrão ouro internacional, que se mantém ativo, mas cambaleante até a década de 1970. Este último, enquanto único pilar da economia mundial tradicional representou o elo invisível entre a desintegração da economia mundial e a transformação da organização social, e sua extinção contribuiu para o estabelecimento daquilo que Haesbaert e Ramos (2004) chamaram de “desterritorialização” financeira global. O padrão ouro foi então taxado como uma instituição meramente econômica ao invés de ser entendido como um mecanismo social. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, retorna a intenção de se atingir uma paz provisória e com isso passa-se a uma economia completamente monetarizada. Nesse sentido, o mercado auto regulável busca

incessantemente a perseguição do lucro, ao mesmo tempo em que é abalado o conceito de soberania financeira numa economia internacional interdependente (POLANYI, 2000).

Que ‘moinho satânico’ é esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto se pode atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza (POLANYI, 2000:51)?

No entanto, a Revolução Industrial foi apenas o começo de um sistema que se apoiava somente na perspectiva materialista e cujos problemas humanos seriam resolvidos quando se alcançasse a abundância de bens materiais. Problema esse que o progresso espontâneo iria resolver com o tempo. À Revolução, seguiu-se o que Polanyi (2000) considerou como a principal mudança, o estabelecimento da economia de mercado. Esta só foi possível pela implementação de uma nova lógica social. Se antes, nas sociedades tradicionais, os seres humanos buscavam a subsistência, eles passariam então a buscar o lucro. Como afirmam Leff et. al. (2002), tanto a economia quanto o conceito de desenvolvimento, aí incluído o desenvolvimento sustentável, vem afirmando o sentido do mundo e da vida em subordinação aos processos produtivos levados a cabo pela economia de mercado.

Por economia de mercado, Polanyi entende que

Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isso o que significa o simples termo “sistema de mercado” pela qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem (Ibid, 2000:60).

A ideia de economia de mercado enquanto uma ordem que tende ao equilíbrio, como demonstra Porto-Gonçalves (2006), é uma utopia. A busca incessante pela acumulação material de riquezas, o lucro, a supremacia do valor de troca, revelam que

Na medida em que a economia se desprende de qualquer vínculo moral ou ético, é natural (dessa lógica mercantil) que ela se desprenda de qualquer mundanidade, de qualquer materialidade, e se reconheça exclusivamente na sua dimensão simbólica mais abstrata, a quantidade; enfim, no dinheiro. (...) A linguagem do dinheiro, (...) é a linguagem matemática (...). Dizer que a linguagem da natureza está escrita em linguagem matemática, como se refletisse na linguagem a realidade externa do mundo, é não compreender que por meio da linguagem os homens criam mundos de significação e não simplesmente o refletem (Ibid, 2006:122-124-125).

A produção de máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Essa desorganização provoca necessariamente uma desordem não apenas do *habitat* humano, mas também acelera as apropriações material e simbólica de certos espaços geográficos. Inicia-se a era das transações monetárias, inaugurada quando a produção deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador, já que agora envolvia investimentos de longo prazo e riscos. O controle sobre os homens, sobre a natureza e sobre os territórios se acelera com a inserção das máquinas no processo produtivo, expropriando o saber do trabalhador que passa somente a operar a máquina conforme técnicas impostas e de caráter repetitivo, evidenciando inclusive um controle do movimento do corpo e do mercado de trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2006; 2013; ESCOBAR, 2002; HAESBAERT & RAMOS, 2004).

Como contraponto às noções mais economicistas de Adam Smith, Polanyi associa história econômica com antropologia social a fim de demonstrar como a economia está intrinsecamente relacionada com as relações sociais, alegando que os bens materiais, mais do que servirem a um interesse individual, estão embebidos nas lógicas sociais. Ele denuncia “o princípio da produção visando o lucro como “algo não natural do homem” (POLANYI, 2000:75), percebendo uma clara e perigosa diferença entre o princípio do uso e o princípio da acumulação. Fazendo referência à obra de Smith, Polanyi identifica que a natureza, no seu sentido físico, foi conscientemente excluída do problema de riqueza e de sua contraparte, a miséria. Não é o fator natural que conta, apenas o humano.

O conceito de produtividade e a noção de trabalho são então transformados para servir ao projeto moderno. Associado à ascensão da burguesia mercantil e posteriormente da industrial ao poder, à produção de mercadorias e ao estabelecimento do tempo abstrato, cronometrado, trabalho e produtividade subordinam a ecologia (enquanto valor de uso) à

economia (enquanto valor de troca), pela generalização das relações mercantis (PORTO-GONÇALVES, 2013). Com a finalidade de aumentar a produtividade, aparta-se o trabalhador da natureza, subordinando-o ao capital. “A organização do espaço é socialmente instituída. Deste modo, com a separação do trabalhador da terra, as relações sociais começam a ser também mercantilizadas” (Ibid, 2013:113). O espaço vai então sendo transformado a fim de incorporar a vida nas dinâmicas mercantis, que por sua vez está entremeada de relações de poder. Para Haesbaert e Ramos (2004), a separação do trabalhador dos meios de produção segundo a ótica do materialismo histórico denota o caráter desterritorializante e imanente do capitalismo.

Ao apropriar-se do trabalho, a sociedade capitalista o destrói, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma e de outra concomitantemente. Assim, por esse mecanismo, os homens perderam sua capacidade original de transformação, que passou para as organizações, para as empresas (HAESBAERT, 2007:84; RAFFESTIN, 1993).

Observa-se então que o controle da dimensão simbólica sobre a população, sobre os recursos e sobre os territórios é extremamente importante para o projeto moderno ligado à economia de mercado. “Tradicionalmente, terra e trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2000: 214). Para o autor, a terra estaria ligada às formas de organização social (parentesco, religião, vizinhança). A visão da terra por um componente essencialmente econômico, além de separar ontologicamente a terra e os seres humanos, causa o arrasamento do sistema sociocultural da vida comunitária. Esse processo se acelera na emergência da questão ecológica devido à que a economia ecologizada da natureza deixa de ser um objeto do processo de trabalho para ser codificada em termos de capital (LEFF et. al., 2002).

La geopolítica emergente de la sustentabilidad se configura en el contexto de una globalización económica que, al tiempo que lleva a la desnaturalización de la naturaleza – la transgénesis que invade y transmuta tecnológicamente la vida –, con el discurso del desarrollo sostenible promueve una estrategia de apropiación que busca “naturalizar” – dar carta de naturalización – a la mercantilización de la naturaleza (LEFF et al., 2002:479)

Essa questão é crucial quando nos atentamos para o controle e acesso de recursos naturais. “Afinal, a mobilidade desses recursos quando explorados socialmente obedece às relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006:288). Acesso e deslocamento de recursos, portanto, são decisivos para análise das relações espaciais de exploração e dominação dos recursos por um Estado Nacional frente à lógica da economia de mercado. Como a produção está voltada para a obtenção de renda, não importa a mercadoria em sua materialidade, mas somente o retorno financeiro na forma de dinheiro, revelando uma tensão entre o material e o simbólico (Ibid, 2006).

Debruçado sobre a natureza e a origem dos mercados, Polanyi identifica três padrões bem distintos que não seguiram uma lógica evolucionista: o mercado local, o mercado de longa distância e o mercado nacional ou interno. Em contraponto às pesquisas etnográficas da época, em especial as etnografias de Bronislaw Malinowski e Marcel Mauss, demonstra como o sistema de mercado depende da permuta ou da barganha e cria uma instituição específica, o próprio mercado. A instituição mercado tem por objetivo submeter as relações sociais à economia, invertendo assim a ordem das sociedades tradicionais, onde a economia estava embutida nas relações sociais. “[...] até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. [...] o sistema econômico era absorvido pelo sistema social” (POLANYI, 2000:89). Com essa mudança, uma economia de mercado somente pode funcionar em uma sociedade de mercado.

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento de bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos (...) (POLANYI, 2000: 89-90).

Segundo o autor, uma economia de mercado pressupõe: 1) o dinheiro como equivalente geral e poder de compra daqueles que o possuem; 2) a ordem na produção e na

distribuição é assegurada apenas pelos preços; 3) o preço, a oferta e a demanda não devem ser fixados ou regulados; e 4) o mercado como único poder de organização na esfera econômica (POLANYI, 2000). Ademais, a economia de mercado promoveu a separação institucional da sociedade em distintas esferas econômicas e políticas. “A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” (Ibid, 2000:93). Como acertadamente coloca Escobar (2002), as novas condições de produção tratam de mercadorias, mesmo que estas não tenham sido produzidas enquanto mercadorias.

A técnica, à medida que se torna o componente mais importante do processo produtivo, torna maior o poder estabelecido pelas indústrias de alta tecnologia, a partir do controle de padrões de qualidade e alteração dos meios ecológicos, sociais, culturais e políticos. Afinal, um sistema técnico visa um maior controle no espaço e no tempo, em ação e efeitos, ao qual a tecnologia se inscreve no território, configurando diferentes territorialidades aonde as relações sociais e de poder se fazem, também, por meio da tecnologia inerente a essas relações (SANTOS, 2008).

Esse movimento em favor do mercado auto regulável, no entanto, sofreu movimentos contrários da sociedade, em favor da regulação da economia pelo Estado. Esse contra movimento foi influenciado pela luta de classes, embasada no entendimento de que a produção adviria da interação homem/natureza. Esse processo em um mercado auto regulável transforma seres humanos e natureza(s) em mercadorias, como bens produzidos para venda. Todavia, com base em um protecionismo social, os mercados de trabalho e de terra passam a ser regulados através do nível de salários e aluguéis.

Inicia então um embate mais acirrado entre liberalismo econômico (fundado sobre o *Laissez faire* e o livre comércio) e o protecionismo social (preservação do homem e da natureza, além da organização produtiva, ambos dependentes das classes trabalhadoras e fundiárias).

Trazendo a contribuição de Polanyi para o caso particular dos PSA, levanta-se a seguinte questão: o que são os Serviços Ambientais senão mercadorias fictícias que criam um mercado real? Quando pensamos no mercado de ar, (crédito de carbono), ou no mercado da vida (a biodiversidade, a busca por matrizes genéticas) ou no mercado da água (valoração da manutenção dos ciclos hidrológicos) vemos a valoração das funções ecossistêmicas através de mecanismos financeiros internacionais. Como adverte Porto-Gonçalves (2006), uma das

maiores contradições da relação entre a lógica de livre comércio e a natureza quando vista sob a ótica do território, é a circulação da produção e a concentração dos resíduos, seja em forma de calor, poluição ou contaminantes sólidos, líquidos e gasosos.

Desta maneira, a mercantilização da natureza sob a nova geopolítica econômico-ecológica aprofunda as diferenças entre países ricos e pobres sob os princípios do desenvolvimento sustentável. A nova globalidade justifica as vantagens comparativas entre os países mais industrializados e contaminantes e os países pobres que revalorizam sua capacidade para absorver os excessos dos países ricos e oferecem os recursos genéticos e ecoturísticos de suas reservas de biodiversidade. As diferenças entre os países centrais e periféricos já não se dão somente pela pilhagem e super-exploração visível dos recursos, mas ficam camufladas sob novas funções atribuídas à natureza nas estratégias de apropriação de bens e serviços ambientais do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006:380).

A natureza, ao se transformar em mercadoria, passa a ter valor atribuído pelo mercado. O mercado dá valor de acordo com a disponibilidade de oferta do produto, ou seja, ele que define as prioridades de investimento de acordo com a escassez ou não de áreas atreladas à determinado bioma. O que pode ser a salvação de biomas com apelo internacional como, por exemplo, a Amazônia, pode ser a erradicação de biomas como o Cerrado e a Caatinga. Além do fato de a valorização monetária estar intimamente ligada à escassez, fazendo com que a natureza seja fragmentada em pedaços que passam a ser considerados e valorizados quanto mais minguantes seja sua existência. Sem ameaça, a natureza não é valorizada, pois é tratada conforme sua escassez, não por sua riqueza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Como atesta Becker (2008:6), essa fragmentação da natureza em parcelas comercializáveis é “uma forma de aviltar o valor do conjunto dos serviços prestados e de baratear o preço da *commodity*”. De fato, o que ocorre é a dominação da natureza através da criação do que Gregory (2001) chamou de “espaço diferenciável”, que insere a natureza no seio da cultura de modo ordenado, regulado e disciplinado. Essa fragmentação revela uma crise do domínio de uma territorialidade universal e padronizada, que busca através da reificação do presente dissociar a relação coerente entre passado, presente e futuro, estabelecendo assim um desencaixe espaço-temporal. O espaço, então, adquire outro sentido relacional, pois o que antes fazia parte de um “aqui e agora” encaixado se dissocia, ou seja, se

distancia espacialmente (HAESBAERT, 2007). Esse desencaixe, ao supor um alargamento de inter-relações mais extensas, já que são descontínuas, associa espaços geograficamente distantes em uma mesma temporalidade, ocasionando uma compressão espaço-temporal em forma de aproximação do global com o local (Ibid, 2007).

Intensificam-se as “geometrias do poder da compressão espaço-tempo” (MASSEY, 1993; 2008) e as diferentes formas espaciais inscritas no território. A partir da noção de espaço enquanto “teia complexa de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação” (MASSEY, 1993:81), imbuído de poder e simbolismo, diferenciando tanto atores envolvidos na disputa pelo poder quando setores da sociedade e da própria economia, já que o capital pode usufruir de uma ‘compressão total’ do tempo, circulando em ‘tempo real’ pelo mundo, mas algumas mercadorias necessitam de tempo para transporte (HAESBAERT, 2007). Isso quer dizer que indivíduos e grupos sociais estão situados de forma distinta em relação aos fluxos e interconexões que a compressão espaço-tempo supõe, demonstrando os distintos enredos do poder em que estão situados. Essa faceta do pós-modernismo demonstra empiricamente mudanças na espacialização nas formas de presenças e ausências da sociedade em sua relação com o território, conferindo ao tempo presente um valor estratégico para produção de mercadorias e circulação monetária.

Em síntese, portanto, o pós-modernismo desestabiliza a estrutura metonímica que relaciona presença e ausência com proximidade e distância. Uma união sintética de distância e presença, do estrangeiro e do íntimo, torna-se concebível e praticável. [pois] (...) as fronteiras marcam o limite onde a ausência se torna presença (SHIELDS *apud* HAESBAERT, 2007:168-169).

Com a passagem para as “formas pós-modernas de capital ecológico” (ESCOBAR, 2002:56), tem-se uma mudança qualitativa. Novas formas de normalização da natureza e da vida ganham espaço, ao passo que as relações sociais são cada vez mais interpretadas enquanto espelhos da produção. O autor desenvolve sua ideia a partir do que chamou de tripla conversão cultural: da natureza, das pessoas e do conhecimento. Tem-se a conquista simbólica tanto da natureza quanto de comunidades locais, além da conquista semiótica de conhecimentos locais, recodificados de forma utilitarista. Cada vez mais é percebida a internalização das condições de produção, na qual o homem deixa de ser força de trabalho

para se tornar criador de valor, enquanto a natureza deixa de ser fonte de matéria prima para se tornar a fonte de valor (ESCOBAR, 2002). Seguindo esse raciocínio, intensifica-se a tendência em aplicar instrumentos econômicos para a gestão ambiental, reduzindo o valor da natureza a preços possíveis de serem adquiridos no mercado de bens e serviços ambientais (LEFF et. al., 2002).

Esse processo é levado à cabo por fatores de globalização econômica que projetam uma nova configuração territorial em forma de um “território-mundo globalmente articulado” (HAESBAERT & RAMOS, 2004:29) através da recodificação de valores capitalistas em torno de novos significados, funções, possibilidades e padrões que exacerbam os processos de territorialização. A partir da reestruturação produtiva do capitalismo, mecanismos de comando são restaurados para darem conta da integração transnacional das relações econômicas internacionais subordinadas a um controle planejado e policêntrico; bem como o poder é reestruturado para acomodar a reestruturação dos componentes de produção, que intensificam a informatização e a automação da força de trabalho e do processo produtivo (Ibid, 2004).

Vatn (2000) também demonstrou os problemas relacionados com a transferência de conceitos de mercado para domínios não mercantis. Seu artigo procura demonstrar como as práticas mais comuns de valoração ambiental tendem a interpretar erroneamente os aspectos éticos relacionados com as escolhas políticas, forçando-os a se tornarem meros problemas de externalidades econômicas. Ademais, o reducionismo praticado por essas perspectivas econômicas que tratam da mercantilização da natureza contribui para ignorar importantes interdependências técnicas tanto intra quanto entre ecossistemas, bem como o caráter relacional dos benefícios ambientais, fato inclusive que dificulta a entrada dos aspectos retirados da natureza em mercados econômicos.

Observa-se, portanto, a necessidade de ressignificação e reinvenção da natureza: uma natureza desnaturalizada. “A natureza, os corpos, e os organismos devem, portanto, serem vistos como atores ‘materiais-semióticos’ ao invés de meros objetos da ciência pré-existentes em sua pureza” (ESCOBAR, 2002:60). Nesse sentido, “no novo discurso sobre a biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, os conceitos de território, de autonomia e de cultura se converteram em conceitos políticos que questionam o direito de ser e as formas de apropriação produtiva da natureza” (LEFF et. al. 2002:481).

Em se tratando de América Latina, toda região de clima tropical é facilmente incorporável ao discurso do “desenvolvimento sustentável”. Esse discurso é prontamente identificável com agências financeiras que estão no topo de uma escala geográfica transnacional, influenciando pessoas e instituições em escalas regionais ou locais. A influência do global no local é, portanto, espacializada geograficamente em torno de conflitos de interesses influenciada por jogos de poder, que à primeira vista afastam indivíduos e comunidades da perspectiva de “reafirmação do lugar” (ESCOBAR, 2005). Considerando que uma perspectiva de conservação da natureza por parte de um indivíduo ou comunidade sugere uma relação íntima com o espaço natural, e o modo como esse espaço é transformado em lugar, ou seja, quando se pressupõe algum grau de enraizamento, cotidiano e formação de identidade, possibilita vislumbrar um conflito entre a relação natureza-cultura do lugar com a percepção de natureza global mercantilizada que os sistemas de PSA procura homogeneizar.

Cada vez mais vista de forma técnica e pragmática, “a natureza será modelada sobre a cultura entendida como prática. A natureza será conhecida e refeita através da técnica e se tornará finalmente artificial, assim como a cultura torna-se natural” (RABINOW *apud* ESCOBAR, 2002:60). Essa visão é corroborada por Leff et. al. (2002), para quem a percepção de natureza por comunidades tradicionais em geral é um processo sinérgico e integrado no qual as identidades étnicas foram significando e definindo diferentes estratégias de apropriação sustentável da natureza. A cultura é aqui entendida como responsável por atribuir “valores-significado” à natureza, convertendo assim a natureza ao mesmo tempo em recurso econômico e patrimônio cultural (Ibid, 2002).

Como parte da ideologia neoliberal, a mercantilização da natureza alia-se ao discurso da desterritorialização de base econômica, diminuindo o poder de influência dos Estados soberanos e exaltando os benefícios da fluidez de mercado. Passa-se a considerar as diversas naturezas fragmentadas enquanto espaços distintos a serem colocadas nas vitrines do liberalismo econômico, apropriadas materialmente e simbolicamente pelas conjunções que permeiam a ordem econômica mundial.

Neste capítulo, procuramos desnaturalizar o conceito de natureza a partir da crítica de Latour da Constituição Moderna que separa sociedade da natureza, para dar entrada à noção de natureza socialmente construída que possibilite observar a constituição dos sistemas de PSA sob uma ótica diferenciada. Ademais, procuramos apresentar as contradições que envolvem os processos de transformação da natureza em mercadoria conjugando as ideias de

Karl Polanyi com as transformações espaço-temporais contemporâneas, projetadas pelo ideal pós-moderno em favor de um maior acesso e controle tanto do homem quanto da própria natureza pela economia de mercado globalizada. Passamos então à contextualização sócio-histórica do território da Costa Rica que nos próximos capítulos será objeto de interesse desta análise.

Capítulo 2. Contextualização – Caracterização espaço-temporal da sociedade nacional costarriquenha contemporânea.

Tentar caracterizar geográfica e historicamente o território no qual a nação Costa Rica se desenvolveu é uma tarefa ingrata, mas ao mesmo tempo necessária para compreender as causas dessa pequena “comunidade imaginada”⁵ (ANDERSON, 1993) chamar tanta atenção internacionalmente em matéria de políticas ambientais. Mesmo correndo o risco de omissão de eventos históricos importantes, procura-se traçar uma linha argumentativa que parte da caracterização fisiográfica da região para, em seguida, revelar aspectos históricos da formação sociocultural dos habitantes da Costa Rica.

Um território cujo processo de colonização europeia se deu tardiamente, cujo relevo e vegetação contêm cadeias de montanhas e vulcões ativos, tornando-se um empecilho para os avanços do conquistador europeu. Um país conhecido de modo geral como pacífico, sem grandes guerras em sua história, e que, desde finais da década de 1940, aboliu as forças armadas das instituições do Estado. Um país que desde cedo incorporou o discurso da preservação/conservação da natureza enquanto meio de se sobressair perante os demais na economia global que impera no sistema mundo moderno colonial. Um país que atualmente é modelo de “desenvolvimento sustentável” e está na vanguarda da aplicação de políticas ambientais inovadoras. Um caso dessas políticas são os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), que desde o ano de sua promulgação – 1996 – negocia via governo central recursos concebidos geralmente pelas pessoas como ‘naturais’, como ar, água e floresta.

Mas antes de chegar à questão ambiental propriamente dita, lança-se mão da historiografia básica acerca da formação espacial do país e que os múltiplos tempos históricos moldaram a fim de obter um retrato, um recorte que auxilie na compreensão da sociedade atual consciente de suas benesses naturais em termos de implementação de políticas ambientais inovadoras. Enquanto fio condutor da história aqui contada, se sobressai a questão: quais aspectos históricos de formação da “comunidade imaginada” costarriquenha são

⁵ Benedict Anderson cunhou o conceito de “comunidades imaginadas” para se referir ao nacionalismo. Para ele toda nação é uma “comunidade política imaginada”. É imaginada devido a que seus membros jamais conhecerão a totalidade de membros da nação; é limitada porque seu território é limitado pelas fronteiras nacionais; é soberana devido à garantia da soberania pelo Estado; e é comunidade porque enquanto construída com base na identificação étnica e/ou racial e/ou cultural, garante uma fraternidade entre compatriotas (ANDERSON, 1993). Para Hall (2005), a identidade nacional formada e transformada no interior da representação interpreta a nação como sistema de representação cultural (comunidade simbólica), decompondo a cultura nacional moderna em foco de identificação e sistema de representação.

relevantes para um reflexo sociopolítico contemporâneo? Para isso, parte-se de elementos sociais e políticos ocorridos no passado e que servirão de ajuda no entendimento da vanguarda desse país em matéria de políticas ambientais. Longe de ser uma exaustiva análise histórica, a intenção deste capítulo é aproximar o leitor da realidade sócio-política da Costa Rica por meio de um viés historiográfico. Para esta tarefa, recorro à minha formação em Geografia, que nunca está dissociada da História, já que tanto o espaço quanto o tempo são categorias indissociáveis.



Mapa 1: Localização da Costa Rica nas Américas.

2.1. Aspectos da formação geográfica que caracterizam o território da Costa Rica

Meu primeiro contato com a história da Costa Rica se deu por meio do livro *Conquistadores y Pobladores: Orígenes Histórico Sociales de los Costarricenses*, do historiador costarricense Carlos Meléndez Echevarría. Neste livro, o autor procura estabelecer um processo evolutivo que parte do imaginário idealizado por Cristóvão Colombo de uma terra rica em ouro, até sua conformação em uma realidade muito diferente e nada animadora, vinculada à ordem agrária e limitada geograficamente pelo Vale Central. Todavia, antes de adentrarmos no período histórico conhecido comumente como colonização, faz-se necessário um breve recuo no tempo, a fim de detalhar o período pré-colonial, ou que antecede à chegada dos conquistadores espanhóis no século XVI.

Para tal tarefa, recorro principalmente ao livro *História de Costa Rica*, de Iván Molina e Steven Palmer. Estes autores descrevem a obra como uma tentativa de oferecer uma visão da Costa Rica que ajude a entender um país que desafia muitos estereótipos associados à América Latina. Este livro, juntamente com o livro *Geografía de Costa Rica: Geología, Naturaleza y políticas ambientales*, de Tobías Meza Ocampo, conformam dois livros básicos no estudo inicial das características de um país com diversas peculiaridades em relação aos seus vizinhos da América Central e Latina.

A primeira peculiaridade que pode ser citada é a geografia ístmica que conforma seu território, o que facilita a formação de um corredor biológico e cultural que sofreu influências oriundas tanto do Norte quanto do Sul geográfico. Formado a partir de um canal interoceânico em eras geológicas distantes, a região atualmente formada pela Costa Rica, o sul do Nicarágua e o norte do Panamá estava composta por diversas ilhas que até então não estavam totalmente conectadas por terra à América do Sul. É a partir desse período que têm início os processos tectônicos, vulcânicos e orogênicos⁶ responsáveis pela formação do relevo que caracteriza o país e em parte pela biodiversidade atual da região (MEZA OCAMPO, 2010; HERRERA, 2008).

Essa peculiaridade resultante da combinação da história geológica com a localização geográfica permitiu, desde eras geológicas passadas, inúmeras ligações entre os continentes

⁶ Orogênese, de acordo com o Dicionário Geológico-Geomorfológico (GUERRA & GUERRA, 2008: 455), é o “conjunto de fenômenos que, no ciclo geológico, levam à formação de montanhas ou cadeias montanhosas”, ao qual podem ser produzidas tanto por dobramentos, falhas, atividade vulcânica e/ou erosão.

do Sul e do Norte da América, que se intensificaram a medida que os processos geológicos foram dando forma à geografia continental. Ao mesmo tempo, com o passar dos anos, diversos nichos de espécies biológicas oriundas de ambas as regiões foram se agrupando, o que explica em parte a enorme biodiversidade do país (MEZA OCAMPO, 2010; EVANS, 1999; HERRERA, 2008).

Essa área é atualmente chamada de Mesoamérica, que significa “território que emergiu do fundo marinho e que está constituído por uma ponte natural, produto de forças tectônicas, vulcânicas e orogenéticas que contribuíram para sua formação e posterior transformação do modelado terrestre” (MEZA OCAMPO, 2010: 27). Estabeleceu-se, assim, uma zona de filtração de espécies, altamente influenciada pelo fator climático⁷ e que se estende do sul do México ao norte da Colômbia. Tal zona de filtração possibilitou o encontro de diversos tipos de espécies animais e vegetais, bem como posteriormente comunidades humanas, que passaram por intenso processo de intercâmbio genético e cultural.

Costa Rica, debido a su doble condición ístmica e intercontinental, posee gran variedad de factores biogeográficos que le permiten contar con una biodiversidad única en el mundo. Es característico de esta región que las estaciones no sean tan marcadas como en otras zonas; tiene lluvia abundante y su temperatura es variada. Debido a la actividad que generó el vulcanismo reciente, se depositaron en el territorio grandes cantidades de material piroclástico⁸ que favorecieron la formación de suelos dinámicos, ricos em minerales y de gran heterogeneidad local, en los que se desarrolló gran cantidad de plantas. (Ibid:34)

Assim como, para caracterizar o país, não se pode desconsiderar a influência geológica, o fator climático também exerce papel fundamental de análise. Ele foi responsável pela formação da área e, ainda hoje, influencia constantemente a diversidade socioecológica presente na Costa Rica. Para Hall (*apud* EVANS, 1999), são os diferentes microclimas que

⁷ As zonas zoogeográficas continentais foram definidas por Alfred Russel Wallace, contemporâneo e colega de Charles Darwin, ainda no século XIX a partir da distribuição de aves e mamíferos pelo mundo. O continente americano é dividido em região Neártica (América do Norte e Groenlândia) e região Neotropical (Américas do Sul e Central e centro do México). Segundo Meza Ocampo (2010), embora haja um predomínio da fauna neotropical em toda América Central, algumas espécies neárticas conseguiram atravessar o ‘filtro’ e chegaram a ocupar as terras altas tropicais.

⁸ Piroclástica é a rocha resultante de material de origem vulcânica lançado na atmosfera (GUERRA & GUERRA, 2008).

proporcionam uma diversidade ecológica peculiar, no qual a altitude é mais relevante que a latitude nos processos climáticos.

Com base na classificação climática de Köppen-Geiger⁹, os tipos de clima presentes na Costa Rica são o Af – clima tropical úmido; o Am – clima de monção; e o Aw – clima tropical com estação seca no inverno. A média anual de temperatura do país oscila entre os 21°C e 27°C. Já a precipitação média anual é de 2.540mm, podendo chegar acima de 7.000mm em zonas mais úmidas¹⁰. Ademais, a influência dos oceanos pode ser sentida tanto pela oscilação das marés quanto pelas correntes marítimas de temperaturas quentes (Atlas Centroamericano para la Gestión Sostenible del Territorio, 2011).

⁹ O sistema de classificação climática de Köppen-Geiger é o mais difundido sistema de classificação global dos tipos climáticos. Proposta em 1900 pelo climatologista alemão Wladimir Köppen, foi aperfeiçoado posteriormente em conjunto com a colaboração de Rudolf Geiger, em 1918 e 1936. Utiliza a distribuição temporal anual de temperatura e precipitação como bases da classificação climática, que por sua vez influencia elementos que sustentam a sobrevivência de seres vegetais, os ecossistemas e as atividades humanas. No entanto, devido à sua proporção de escala, este sistema não consegue abarcar características de microclimas presentes localmente (Atlas Centroamericano para la gestión sostenible del territorio, 2011)

¹⁰ Devido principalmente à grande variação de altitude, a média anual de temperatura e precipitação de todo o território costarricense mais camufla as especificidades regionais do que revela uma heterogeneidade espacial. Para informações detalhadas acerca do clima de cada região, ver Atlas Climatológico de Costa Rica, disponível no sítio do Instituto Meteorológico Nacional <www.imn.ac.cr/mapa_clima/interactivo/index/html> ou o documento Mapas de Precipitación Media Anual – estacional, meses secos y temperatura media anual para Costa Rica (FALLAS, Valverde. 2009), disponível na Mapoteca Virtual da Universidad Nacional de Costa Rica <www.mapoteca.geo.una.ac.cr/index.php/geo/3-fisica/72-mapas-precipitacion-y-temperatura-cr.html>.

World map of Köppen-Geiger climate classification

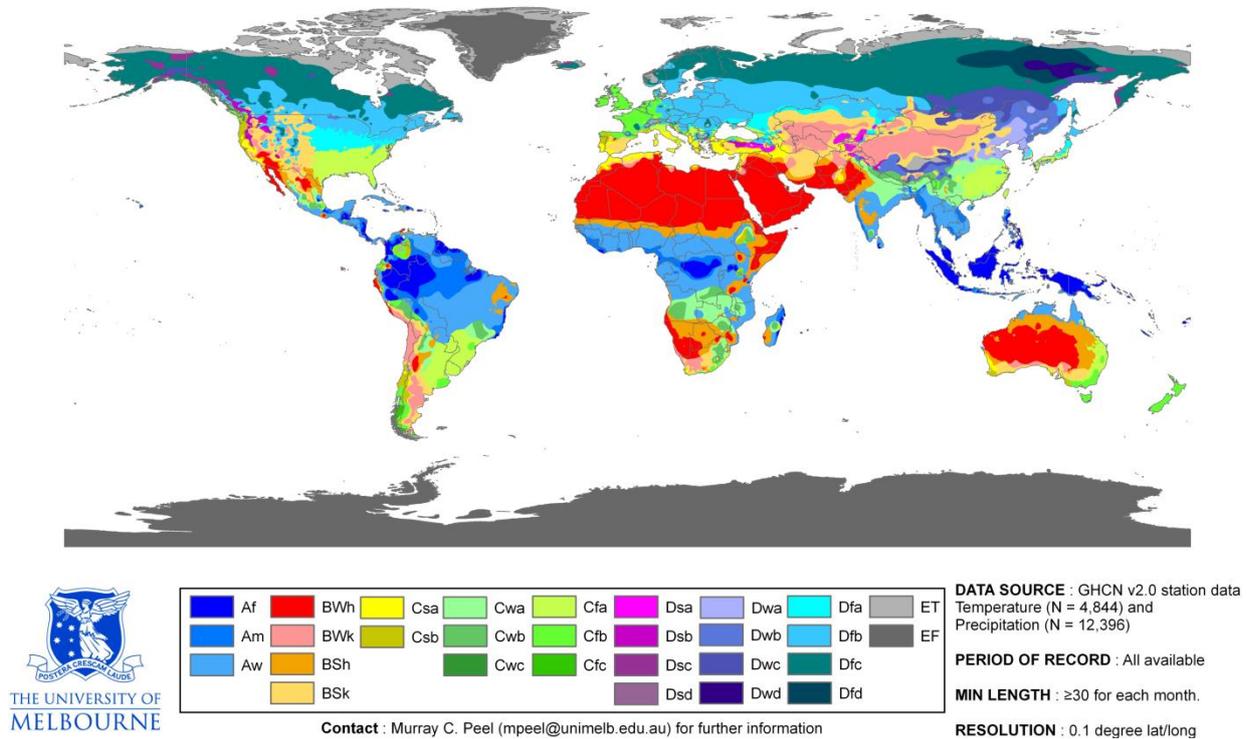


Figura 1: Croqui de Mapa Mundo da classificação climática Köppen-Geiger.

Fonte: Universidade de Melbourne.

Af – Clima equatorial	CSa – Clima mediterrâneo	Dsa – Clima continental	Dfa – Clima continental húmido
Am – Clima de Monções	CSb – Clima mediterrâneo	Dsb – Clima continental	Dfb – Clima continental húmido
AW – Clima tropical de savanna	Cwa – Clima subtropical húmido	Dsc – Clima continental	Dfc – Clima subártico
BWh – Clima desértico	Cwb – Clima subtropical húmido	Dsd – Clima continental	Dfd – Clima sub
BWk – Clima desértico	Cwc – Clima subtropical húmido	Dwa – Clima continental húmido	ET – Clima de tundra
BSh – Clima semi-árido	Cfa – Clima oceânico	Dwb – Clima continental húmido	EF – Clima de calotas polares
BSk – Clima semi-árido	Cfb – Clima oceânico	Dwc – Clima subártico	
	Cfc – Clima oceânico	Dwd – Clima subártico	

Com o intuito de aprofundar um pouco mais na questão da ‘formação da natureza’ costarriquenha, consideramos importante trazer a figura do botânico e climatólogo estadunidense Leslie Holdridge e seu trabalho de classificação da natureza em zonas de vida. As diferentes zonas de vida que compõem a classificação de Holdridge surgem do estudo do comportamento e das interrelações de três variáveis: temperatura, precipitação e umidade.

Utilizando dados de variações de latitude relacionados com as variações de altitude, o autor cria representações da natureza em um complexo mosaico ecológico. A utilização desta classificação está associada à preparação de mapas ecológicos, que podem ser tomados como base para estudos posteriores acerca do uso da terra, manejo dos recursos naturais e impactos ambientais (MEZA OCAMPO, 2010; EVANS, 1999).

Em resumo,

El sistema de clasificación de Holdridge toma en cuenta la temperatura y la precipitación pluvial y considera que la fluctuación y la distribución de estos parámetros climáticos son los principales determinantes de la vegetación mundial. Estas unidades bioclimáticas se llaman **zonas de vida**¹¹. La vegetación de cada zona de vida tiene una fisionomía y una estructura particular, que se presenta cada vez que existen condiciones bioclimáticas similares (Ibid, 2010: 40).

Esse sistema trabalha com um diagrama que classifica aproximadamente 116 zonas de vida ao redor do mundo.¹² Em relação à Costa Rica, uma especificidade interessante é a nomenclatura adquirida a partir da consideração de uma linha de temperatura crítica marcada por associação à frequência de geadas. Conhecida como linha do café, ela marca o limite de produção desse cultivo que, como veremos adiante, foi - e ainda é - de suma importância comercial para o país.

Enfim, embora biogeograficamente a Costa Rica esteja delimitada pela região neotropical, os padrões climáticos presentes localmente estão em constante alteração. Isto decorre das seguintes características do país: território pequeno em termos relativos; presença de duas faixas costeiras; e uma complexa geomorfologia, que apresenta variações consideráveis de altitude. Tais aspectos se refletem na grande quantidade de ecossistemas que fazem parte do território, como demonstra Holdridge em seu sistema de classificação por zonas de vida. O resultado disso é a construção de várias naturezas, cada uma delimitada e categorizada a partir de elementos também considerados ‘naturais’, como o clima e a temperatura. Essas zonas de vida serão espacializadas abaixo em forma de mapa e serão objeto de maior atenção posteriormente.

¹¹ Grifos do autor.

¹² Mais detalhes do sistema em HOLDRIDGE, L. **Ecología basada em zonas de vida**. 1ª ed. 3ª reimpr. San José: IICA, 1987.

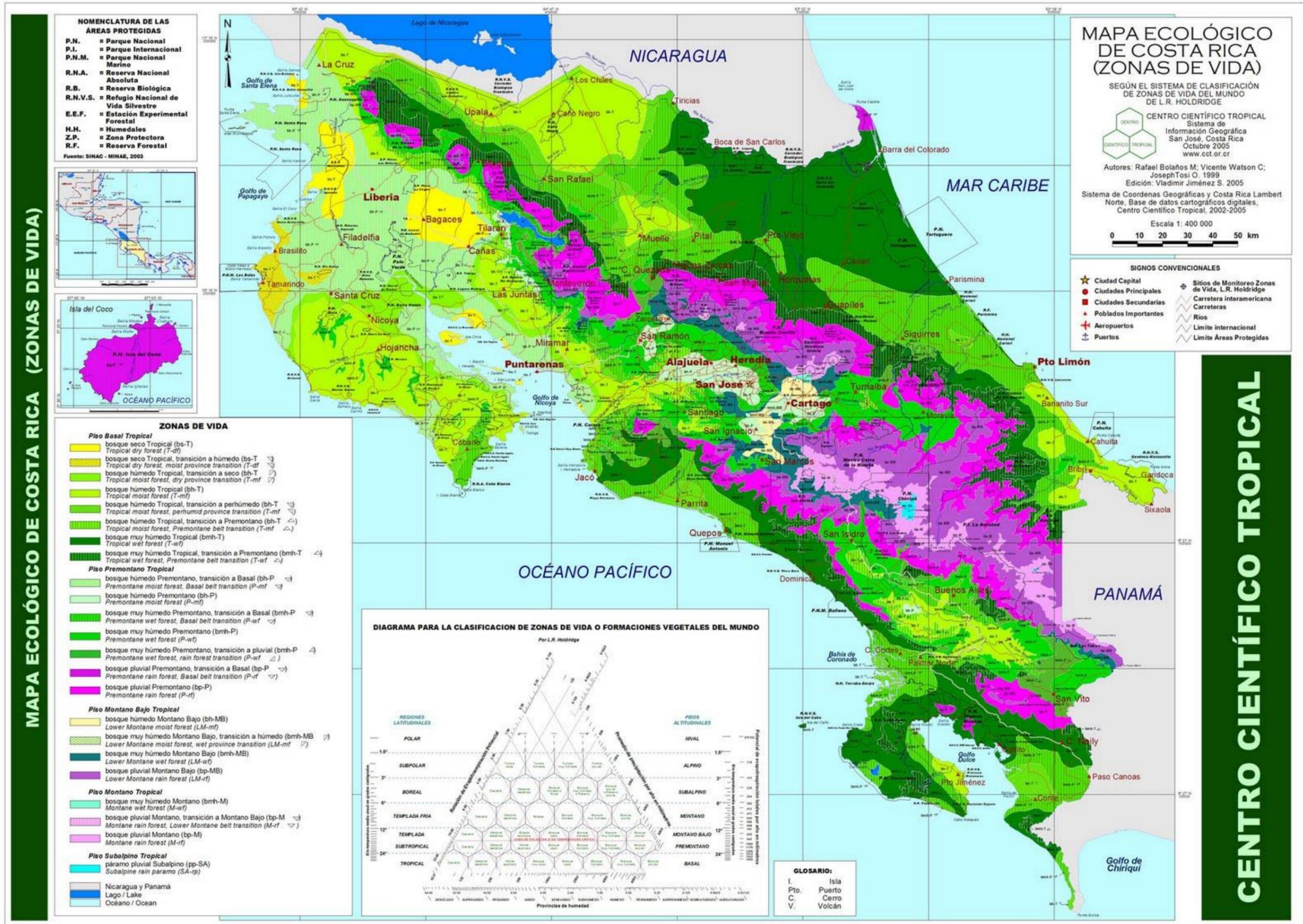


Figura 1: Mapa Ecológico da Costa Rica segundo as Zonas de Vida de Leslie Holdridge. Fonte: Centro Científico Tropical, 2005

2.2. Aspectos sociais que caracterizam o encontro de dois mundos

Até agora, a presença humana não teve a devida importância no texto. Trata-se de uma consequência da separação homem/natureza que está na base do pensamento moderno. Essa oposição é tão ‘natural’ para nós, modernos, que condiciona inclusive minha escrita, apesar do esforçar-me para estabelecer uma crítica a esse afastamento, à ausência do homem na natureza. Acredita-se que essa ausência é ainda mais visível na ‘história natural’ da Costa Rica devido a dois fatores primordiais, ligados entre si por um evento em comum: o processo de colonização da América pelos europeus.

Enquanto marco do sistema mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 1998), esse processo foi e ainda é determinante metafisicamente, na forma como construímos o pensamento, na forma como o pensamento constrói a história, e na forma como a história é propagada como verdade. Em função desse encontro de dois mundos – Europa e América - nos chegamos pela historiografia tradicional que na Costa Rica 1) as formas de organização social e os meios materiais das comunidades indígenas eram (e são) pouco complexos; e 2) a ocupação do território pelos conquistadores espanhóis se deu de forma tardia e incompleta. Esses dois fatores são tratados pela historiografia de tal modo que reificam a dissociação de uma possível co-evolução entre os seres humanos e os ambientes que os cercam, pois a ação humana sobre o espaço natural fica limitada à processos de degradação da natureza oriundo do modo de pensar eurocêntrico que objetifica a natureza enquanto recurso, e jamais enquanto um ser codependente do meio natural. Posteriormente, como veremos adiante, essas características também foram utilizadas pelas elites na criação de uma aura de diferença em relação ao Outro, promovendo assim seu reconhecimento perante à alteridade (TAYLOR, 2005), pois “é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue” (HAESBAERT, 1999:175). Em boa parte dos relatos históricos da Costa Rica, o homem entra na história quando a paisagem está pronta, disponível enquanto recurso, para dela se apropriar e a partir dela satisfazer suas necessidades.

Em divergência à ‘história natural’, a ‘história social’ da Costa Rica tem início aproximadamente a partir de 40.000 A.C, com a ocupação da região por caçadores especializados. A partir de 8.000 A.C, começou o processo de sedentarização e, conseqüentemente, de domesticação alimentar (MOLINA & PALMER, 2012). Como já explicado anteriormente, a condição de ‘filtro biológico’ resultou na assimilação de cultivares

característicos do norte (atual México), como o milho e o feijão, bem como o de mandioca e batata-doce, característico da atual América do Sul.

A consolidação da agricultura ocorre aproximadamente em 1.000 A.C, com a mandioca e o milho como cultivos básicos, impulsionando o crescimento populacional e acentuando a produção de conhecimento local. Ao mesmo tempo, as mudanças nos sistemas de organização social e política definiram a passagem para o sistema de organização tribal associado a vínculos de parentesco. Essas mudanças aceleraram os processos de expansão territorial e deram origem à divisão do trabalho no interior dessas sociedades (MOLINA & PALMER, 2012). Todavia, como explica Evans (1999), a geografia única costarriquenha conduziu a um padrão específico de uso da terra tanto para indígenas quanto para os conquistadores espanhóis.

O comércio entre aldeias foi muito profícuo durante o período que se estende até os anos de 1500. Enquanto as populações do Caribe entraram em contato com as rotas comerciais do Sul do continente americano, a região do Pacífico norte teve uma influência maior na rota direcionada ao norte da América Central e México. Com o declínio Maia a partir de aproximadamente 1000 D.C., a influência externa passou definitivamente do Norte para o Sul. Esta mudança se reflete especialmente no artesanato local: o trabalho artesanal em jade deixou de ser o ofício principal, passando para o trabalho em metais. Nesse período, houve também um aprimoramento de feições redondas de pedra cuja função nessas sociedades permanece desconhecida até os dias de hoje (MOLINA & PALMER, 2012). Já Herrera (2008), em sua análise histórica, fala em uma caracterização territorial particular, caracterizada por assentamentos geograficamente dispersos e um aumento no comércio de bens entre centros populacionais.

Nesse ínterim, floresceu o processo denominado de Caciquismo, que durou de 800 a 1.500 D.C. O Caciquismo funcionava sob a base da produção intensiva de grãos e raízes, a irrigação natural e o corte e queima da floresta para preparação de campos de cultivo. Ademais, como complemento à produção, havia a caça, a pesca e a coleta, proporcionando às sociedades um crescimento demográfico que se deu acompanhado de diversificação do artesanato e inclusive de obras de engenharia rudimentar como pontes, aquedutos, templos e muros de defesa. Todavia, a organização social dominada pelos caciques aprofundou a diferenciação social ao supor uma nobreza religiosa e militar, favorecendo guerreiros e xamãs

no interior da organização social em detrimento dos vínculos de parentesco e do princípio da reciprocidade (MOLINA & PALMER, 2012).

Às vésperas da chegada espanhola em terras costarriquenhas, as sociedades localizadas nessa porção territorial eram configuradas como “diversas e dispersas, fragmentadas politicamente e pouco complexas tecnológica e socialmente” (Ibid, 2012:11), quando comparadas com a civilização Maia, por exemplo. As porções de terra com maior ocupação se davam no Vale Central e no Pacífico Norte, tendo como pano de fundo um ambiente predominado pela floresta tropical. A federação de distintas aldeias caracterizavam os *cacicazgos*, situando cada aldeia na hierarquia de poder segundo o tamanho da população e a extensão espacial ocupada. Além dos *cacicazgos*, existiam os senhorios: estruturas sociopolíticas e militares mais amplas e complexas, cuja jurisdição centralizada compreendia usualmente um território em disputa.

Para Carlos Meléndez (1982), o nome Costa Rica está ligado diretamente a Cristóvão Colombo. Este último, considerado um homem vivendo entre duas épocas – Idade Média e Renascimento – (DUSSEL, 1994), inicia o mito de uma terra repleta de ouro. Essa alegação, por sua vez, justificava os constantes financiamentos da Coroa Espanhola para suas expedições. Inicialmente denominada Verágua, a província fora reivindicada por Colombo, e após sua morte, por seus herdeiros. Esse fato impediu que a região fosse alvo dos interesses da Coroa Espanhola, o que reflete na asserção de que na Costa Rica a conquista seja considerada “tardia e incompleta” (MOLINA & PALMER, 2012:19). Porém, essa constatação não impossibilitou a população autóctone de sentir os efeitos imediatos da chegada dos conquistadores, reduzindo seu número de 400 mil pessoas para 120 mil em 1569 e para apenas 10 mil em 1611.

Com a mudança oficial do nome em 1539, o território da Costa Rica passou por uma demarcação mais precisa, considerando toda a extensão entre as costas marítimas. Mas antes mesmo dessa conformação territorial, já ocorriam as primeiras incursões espanholas, datando do período que abarca os anos de 1519 a 1525, caracterizadas pela convergência de dois movimentos distintos: um vindo do norte e outro vindo do sul. Foi somente em 1561 que o processo de conquista do território e conformação da dominação espanhola ocorreu de fato, baseado principalmente na ideia de riqueza e abundância de metais preciosos (MELÉNDEZ, 1982). O processo do ouro como elemento onipresente na *Conquista da América* já foi estudado por Tzvetan Todorov (1999), que o considerou um meio para atingir a conversão

católica. No caso da Costa Rica, contudo, o ouro nada mais era do que uma justificativa da viabilidade da terra, haja vista que esse mineral nunca foi abundante na região como esperava Colombo.

É durante o primeiro século da chegada dos espanhóis à América que ocorreu também o que Hall (*apud* EVANS, 1999:34) chamou de “colonialismo ecológico”, ou seja, a introdução de cultivos próprios da Europa, mais adaptados a climas temperados, criando um “amálgama do que eles (os colonizadores) descobriram, o que eles introduziram, e o que eles próprios criaram” (Ibid, 1999:34). Esta citação demonstra a veracidade da argumentação sobre a desnaturalização da natureza debatida no capítulo anterior.

O processo colonizador, como é possível inferir a partir da leitura do livro de Meléndez (1982), demonstra que a “conquista” da Costa Rica tem as mesmas características apontadas por Dussel (1994)¹³, o que em parte desmistifica o caráter diferente desse processo de invenção, descoberta, conquista e colonização. Todavia, há que se acrescentar, ao caráter tardio da colonização, o fato desta conquista ter sido conduzida em grande parte por mesoamericanos descendentes de espanhóis (elite *criolla*). Este fato fez com que, no processo de colonização da Costa Rica, o etnocentrismo aparecesse no período apenas como pano de fundo, e não de forma explícita.

A fragmentação política existente dificultou o controle e a dominação espanhola. Foi somente com o passar do tempo que a conquista europeia se estabilizou, possibilitando a consolidação da Província da Costa Rica em 1570, ao mesmo tempo submissa ao Reino da Guatemala, mas com uma unidade administrativa autônoma em relação ao Vice-reino da Nova Espanha (México), fato este que caracterizou a Costa Rica durante todo seu período colonial (MOLINA & PALMER, 2012).

A dura realidade diária contrastava com as falsas promessas de riqueza e prosperidade. Os assentamentos espanhóis pouco resistiram às retaliações de guerra, às dificuldades proporcionadas pela geografia e natureza locais e à escassez de alimentos. Enquanto a costa do Pacífico desde cedo foi sendo paulatinamente subjugada, a costa do Caribe foi uma

¹³ Dussel (1994) trata das “figuras (Gestalten) abstratas do processo de constituição da ‘subjetividade’ moderna”, no qual o descobrimento da América é um “determinante constitutivo” da Modernidade. Essas figuras históricas que possuem conteúdos distintos teoricamente, espacialmente e diacronicamente fizeram parte do domínio europeu na América por meio dos processos de 1) invenção da América; 2) descobrimento da América; 3) conquista da América e 4) colonização da América.

conquista cheia de problemas e dificuldades, como atestam grande parte dos relatos da época (MOLINA & PALMER, 2012; MELÉNDEZ, 1982).

A conquista do Vale Central, berço da organização social da comunidade imaginada costarrriquenha, iniciou-se em 1562 com a expedição que no ano seguinte fundou a cidade de Garcimuñoz (atual Cartago), capital colonial da Província. Todavia, o controle sobre o Vale Central se consolidou somente no final do século XVI (MOLINA & PALMER, 2012). Mesmo se tratando de uma unidade colonial autônoma, o interesse material da Coroa espanhola pela Província foi diminuindo à medida que descobriu ser ilusão a terra com ouro abundante prometida por Colombo, ao passo que os crescentes gastos com as expedições rumo ao centro do país não tinham o devido retorno.

Essa percepção de isolamento, aliada à carência de ouro, ocasionaram mudanças no processo colonizador. Tais mudanças conduziram a transição do “soldado” para o “agricultor”, conforme caracterizado por Meléndez (1982). Nesse processo, com o intuito de criar uma estrutura que desse sustentação à troca da espada pela enxada, foram acrescentadas aos já existentes regimes de *encomiendas* (relação servil que obrigava os nativos a prover produtos e trabalho aos conquistadores), as áreas conhecidas como *reducciones*, espécies de guetos localizados nas franjas urbanas e nos quais os indígenas eram concentrados sob justificativas de facilitação da evangelização e de proteção do núcleo urbano.

A mão de obra utilizada na conquista era primordialmente de indígenas e de poucos negros escravizados. As *encomiendas* funcionavam como modo de dominação material e simbólica, enquanto que o agrupamento de indígenas em *reducciones* serviu, mais do que para mantê-los sob constante vigília, para submetê-los ao chamado “controle das formas de subjetividade” (QUIJANO, 2005). Tal controle subjugava o indígena de diferentes formas: em sua dimensão espiritual, pelo processo de catequização; em sua dimensão social, pela conotação de inferioridade; em sua dimensão material, pelo artifício de tributação; e em sua dimensão espacial, pelo confinamento em guetos.

É sob essa base de trabalho que inicia-se o primeiro ciclo básico de exportação da Costa Rica, cujo auge ocorreu entre 1590 e 1680. A partir de 1650 observa-se forte crescimento das atividades de criação de gado e de produção de cacau, que embora tenham permanecido rendas oscilantes até o século XVII, fomentaram o processo de mudança da paisagem natural

e deram origem a uma economia baseada na apropriação de vastas extensões de terra (MOLINA & PALMER, 2012).

Com o domínio consolidado na costa do Pacífico Norte e de parte do Vale Central, as conquistas entre 1611 e 1709 se concentraram nas regiões do Caribe e do Pacífico Sul. Unindo incursões militares e missões religiosas, inicia-se um largo processo de invasão e expropriação territorial (MOLINA & PALMER, 2012; MELÉNDEZ, 1982).

Com a decadência definitiva das *encomiendas* e da escravidão, a sociedade hierarquicamente dominada por produtores de gado e de cacau fracassa em sua tentativa de se aliar à crescente expropriação colonial que se dava à época no continente americano. No entanto, ela forneceu a base para um período posterior de crescente mestiçagem, em cujo curso consolidou um campesinato livre, composto de uma estrutura hierárquica de dominação *criolla* e na qual a relação espanhol-índio se impunha enquanto fator limitante de ação para os dois grupos. Além dessa dualidade social, um terceiro grupo de mestiços soma-se ao trabalho na terra, consolidando a ocupação do Vale Central devido à boa qualidade do solo para cultivo (MELÉNDEZ, 1982; MOLINA & PALMER, 2012).

2.3. Aspectos sociopolíticos do processo de ocupação do Vale Central

A partir do século XVIII, a capital colonial Cartago se tornou o polo de uma rede urbana, que teve início com a fundação dos novos assentamentos de Heredia (1706), San José (1736) e Alajuela (1782), e foi propiciada pela atratividade de ocupação de novas terras no Vale Central. Apesar do mito de democracia rural igualitária que existe no país, é possível observar contrastes significativos de renda e bens materiais, incluindo camponeses proprietários de terras e outros em terras comunais. A chácara era a unidade produtiva básica e contava com uma base familiar que combinava a produção de subsistência com cultivos comerciais. O universo camponês se alargava na comunidade aldeã e definia novas formas de uso da terra, de exploração da floresta, de utilização da água e de outras tarefas comunais. A aldeia pode ser caracterizada como o eixo da vida cotidiana, conformando as visões e os valores de uma identidade camponesa (MOLINA & PALMER, 2012).

A sociedade costarriquenha que prosperava no Vale Central tinha no comércio sua principal forma de estratificação social. Dada à dificuldade de exploração de mão de obra baseada em preconceito étnico, os comerciantes locais se diferenciavam mais por suas posições econômicas estratégicas na estrutura mercantil da época do que por qualquer traço racial ou étnico. A exploração assumiu uma forma simples de vínculo mercantil entre grupos sociais, juridicamente livres, mas com posições econômicas diferenciadas. “A expansão da produção camponesa e a formação de uma sociedade que não se baseou na relação servil nem na escravidão a converteram em um espaço mais integrado, étnica e culturalmente” (MOLINA & PALMER, 2012:47).

Com a independência Centro-americana em 1821, as relações entre comerciantes e camponeses se alteraram. O livre comércio, a chegada de empresários estrangeiros, um breve ciclo de exploração de minérios e a extração de pau brasil aceleraram o desenvolvimento econômico, cujos ventos trouxeram turbulências políticas e culturais. Como consequência da independência, o atual território da Costa Rica foi se configurando com a anexação da região de Guanacaste, que preteriu a Nicarágua no processo. No entanto, perdeu a região formada por centenas de ilhas no Caribe conhecida como Bocas del Toro para a Colômbia, atualmente Panamá (MOLINA & PALMER, 2012).

Todavia, é somente com o café que a Costa Rica logra de vez alcançar uma vinculação estável com o mercado econômico mundial. A partir de 1830 e concentrado no Vale Central, o café consolidou o comércio de exportação da Costa Rica e transformou a agricultura em uma atividade capitalista, com base na privatização da terra e em um mercado de força de trabalho assalariada. Baseados no controle do crédito, no controle da exportação e da importação, e o acesso à tecnologia de processamento do café, a elite cafeeira do Vale Central garantiu simbolicamente a vanguarda do reconhecimento externo do país (MOLINA & PALMER, 2012). O café pode ser definido como o primeiro ponto de ruptura em relação à alteração significativa da paisagem, seja ela concebida quanto ‘natural’, seja ela entendida quanto um híbrido construído socialmente.

No entanto, é importante caracterizar que a produção de café ocorreu principalmente em pequenas propriedades familiares, formando uma economia com forte pressão social desde baixo. Devido a essa formação social, a concentração de grandes propriedades era dificultada e a burguesia local desencorajada a explorar violentamente os camponeses. Todavia, a pressão exercida pelos produtores de café leva à privatização de terras comunais, o que permitiu que

agricultores pobres vendessem sua parcela de terra e escolhessem ou migrar para novas áreas de fronteira agrícola ou trabalhar como mão de obra assalariada (Ibid, 2012).

Após a independência, as forças políticas formadas no interior da Costa Rica caracterizavam-se por uma soberania fragmentada, dividida em assentamentos filiados, porém rivais, de Cartago, Heredia, San José, e Alajuela. A disputa de poder entre os cabildos locais iniciou um processo de localismo, cujos grupos rivais apresentavam opiniões opostas sobre o futuro do país: uns defendiam a anexação ao Império Mexicano; outros clamavam pela via republicana. Dessa disputa, ocorreu uma curta guerra civil em 1823, mas o destino do país passou a ser decidido mais externa do que internamente. Com o fortalecimento da federação de países da América Central, a ideia de anexação ao Império Mexicano perdeu força. Em 1835, outro conflito interno ocorreu, com vitória para San José, consolidando à atual capital enquanto principal força econômico-militar interna (Ibid, 2012).

Com a proclamação da república em 1848, San José é declarada a capital e toma à dianteira enquanto polo central do capitalismo agrário e base da sociedade nacional. Posteriormente, como demonstra Acuña (2002), esses eventos históricos foram recontados para sustentar a ideia da diferença costarriquenha em relação a outros países da América Central. A intenção era (des)caracterizar os conflitos armados na área como breves e esporádicos e, desse modo, camuflar as diferenças locais e possibilitar o surgimento de uma identidade nacional da Costa Rica.



Mapa 2: Divisão Político Administrativa da Costa Rica

2.4. Aspectos da inserção da Costa Rica no pensamento moderno: questão de identidade

O período da primeira metade do século XIX é marcado por uma onda de imigrantes europeus que inculcaram nas elites locais a ideia de modernidade (LATOURE, 2009), aderindo ao Iluminismo, o liberalismo, a maçonaria e a ideologia do progresso em sua versão capitalista e positivista. O reflexo disso é sentido principalmente em San José, que passa por esse processo de europeização cultural. Tal processo está associado ao crescimento urbano acelerado que, por sua vez, foi responsável por alimentar uma crescente cultura urbana, representada especialmente pela criação da imprensa, porta voz do discurso de identidade nacional. Em contraste, os camponeses e artesãos estavam mais vinculados a suas comunidades aldeãs e foram capazes de manter uma identidade local com profundas raízes católicas e coloniais. Essas diferenças locais se aprofundam nas décadas seguintes (MOLINA & PALMER, 2012). De acordo com Acuña (2002), essas classes de trabalhadores, em geral representadas por indígenas, negros e mulatos, foram e continuam sendo invisibilizadas da “comunidade imaginada” costarriquenha, processo se deu a partir da criação pelas elites de uma pretensa comunidade homogênea, branca e de origem europeia.

Los adalides del progreso – abogados, médicos, educadores y periodistas – empezaron a extender, con mesiánico celo, los valores del patriotismo, el capitalismo, la ciencia, la higiene y la pureza racial. Los sectores populares fueron alentados a ajustar su vida cotidiana al calendario y al reloj, a controlar pasiones y vicios, y a identificarse con el ideal burgués de la familia nuclear como base de la moral y la prosperidade (MOLINA & PALMER, 2012:70).

Esses fatores sociais estão intimamente relacionados com a expansão do cultivo do café pelo Vale Central e outras localidades, garantindo estímulo e diversificação ao mercado interno. No entanto, à medida que o café proporcionou o enriquecimento de pequenos e médios produtores, ele foi prejudicial aos camponeses mais pobres que tiveram suas terras comunais privatizadas, enquanto os indígenas foram condicionados a ocupar áreas montanhosas, condenados a um processo de exclusão e esquecimento (MOLINA & PALMER, 2012). A substituição de florestas nativas por campos de cultivo e pastos dá o tom da “modernização” costarriquenha. Apesar disso, observam-se também, alguns esforços oficiais de conservação da natureza como controle de queimadas, preservação de florestas e

bacias hidrográficas, bem como leis de controle de caça já eram observadas no país antes mesmo da chegada do século XX (EVANS, 1999).

Data desse período um fato histórico muito relevante no imaginário social do país. Em 1855, uma onda de ataques armados vindos da Nicarágua sacode o panorama social e político da Costa Rica. O mercenário *filibustero* William Walker deteve por um curto período o controle do país com o intuito de controlar o território, que é estrategicamente beneficiado pela geografia local, e cuja intenção era a construção de um canal interoceânico na América Central. Walker foi repellido por uma coalizão do exército regular da Costa Rica complementado com milícias camponesas, que limitou o controle de Walker ao extremo norte do país. No ano seguinte e com a ajuda britânica, a fronteira estava garantida, e em 1860, Walker foi morto (MOLINA & PALMER, 2012).

Toda uma agitação revolucionária em curso, além da batalha contra William Walker ainda nos primeiros anos como Estado-Nação, reforçam o que Acuña (2002) chama de processos de consolidação da Costa Rica com base na instituição militar e na unificação das elites em torno da produção cafeeira.

Nesse contexto, entram em cena os programas reformistas que acentuam o embate entre Estado e Igreja, aprofundando a divisão cultural entre os setores urbanos e populares. O meio encontrado para superar esse conflito foi a difusão sistemática, através da imprensa, do aparato educativo e dos estatutos públicos. Além disso, buscou-se construir uma identidade nacional centrada na “Campanha Nacional” da batalha contra William Walker e na figura de Juan Santamaría, mártir naquela peleja (MOLINA & PALMER, 2012). Para conformação da identidade típica costarrriquenha, foi dado aos vizinhos, especialmente os nicaraguenses, o papel de “Outro” que contrapõe toda e qualquer suposta ‘superioridade’ costarrriquenha em uma conotação negativa.

Sabendo do grande potencial explicativo contido na categoria identidade, já que “a construção da vida, das instituições e da política em torno de identidades culturais coletivas é historicamente a regra, e não a exceção” (HAESBAERT, 1999:170; CASTELLS, 2002), faço uma breve explanação acerca dessa categoria de análise. Para a Antropologia, identidade e alteridade estão inter-relacionadas, pois “a identidade é construída a partir do olhar do outro” (CLAVAL, 1999:14). Alteridade e identidade refletem o que Taylor (1994) chama de busca por reconhecimento. Ademais, a identidade é uma “noção elusiva” (CLAVAL, 1999:15) que

deve ser analisada através do discurso, já que se trata de uma construção cultural. Ela funciona através da seleção de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo, promovendo um processo de classificação/distinção que “legitima um existir social onde a percepção das diferenças é fundamental para a afirmação do grupo cultural” (HAESBAERT, 1999:175).

No entanto, a identidade não está inscrita somente no plano simbólico. “(...) a relação tecida entre história e o espaço fornece uma base aparentemente material à realidade: ela lhe proporciona um território” (MARTIN *apud* CASTELLS, 1999:16). O sentimento identitário confere ao território sua base material, pois a dimensão concreta do espaço geográfico é um componente estruturador da identidade, que pode ser definida de forma ampla como um “processo relacional, dialógico, inserido numa relação social” (HAESBAERT, 1999:174). Afinal, ao conter uma característica espacial, a identidade “pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico (...) [através dos] referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída” (Ibid, 1999:178).

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias”: suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente (...) (HALL, 2005:71-72).

Acuña (2002) reforça que a invenção da noção de diferença da sociedade costarriquenha funciona como imagem fundamental da criação da identidade nacional. Em oposição à Nicarágua, o “Outro” da Costa Rica, a primeira imagem criada da nação reflete um interesse das elites em alcançar maior autonomia política. Em se tratando de um período tenso da história das Américas, tempo no qual estouravam guerras pela independência contra a Espanha, a Costa Rica forma sua imagem em contraponto às outras pretensas nações centro-americanas, especialmente a Nicarágua. Esse contraponto é expresso no caráter pacífico da Costa Rica em contraste com as sucessivas guerras ocorridas na região, mesmo que para isso as elites tivessem que recorrer à “engenharia social” (Ibid, 2002) para superar o localismo existente nas cidades do Vale Central.

Desse período que se estende até inícios do século XX, fica uma imagem nacional construída em favor de uma autonomia política e idealizada como espelho invertido das nações vizinhas, em especial da Nicarágua. Tal imagem foi forjada principalmente pelas elites costarriquenhas que buscavam sobrevalorizar seu país. Com poucos negros até então¹⁴, e com os indígenas ou já integrados às classes mais baixas da sociedade ou isolados em regiões mais remotas, a Costa Rica emerge com uma aura europeia, pacifista e neutra, fruto de uma etnicidade homogênea. É interessante notar que, a partir do momento em que o café passa a ser uma mercadoria altamente valorizada internacionalmente, a consciência emanada pelas elites do Vale Central se espalha pelo país e se fixa na consciência nacional.

Nesse ponto é cabível a discussão acerca de se a identidade social construída pelas elites costarriquenhas no século XIX também é uma identidade territorial. Identidade territorial é uma

identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência à um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território (HAESBAERT, 1999:178).

A identidade territorial, ao recorrer a uma dimensão histórica contida no imaginário social, recorre ao espaço a fim de “condensar” a memória de grupo, tendo como exemplo clássico a criação de monumentos históricos nacionais (HAESBAERT, 1999). Na Costa Rica de finais do século XIX dois eventos históricos e uma característica fundiária com claras vinculações espaciais foram utilizados na criação do imaginário social em torno da identidade: a anexação de Guanacaste, transformada em data comemorativa; a Campanha Nacional que derrotou William Walker, que transformou áreas de batalhas em sítios históricos; além da estrutura fundiária com base na pequena propriedade territorial.

¹⁴ A presença de população de origem negra, em geral afro-caribenha, na Costa Rica só se fez presente no país com esse processo já consolidado. Para maiores informações, ver SOTO-QUIROS, R. Un otro significante en la identidad nacional costarricense: el caso del inmigrante afrocaribeño, 1872-1926. In Boletín nº 25 AFEHC: Mestizaje, Raza y Nación en Centroamérica: identidad y conceptos, 1524-1950, 2006.

2.5. A *United Fruit Company* e a produção bananeira

Enquanto reflexo de esforços concentrados na produção do café, a economia do país fica à mercê das oscilações dos preços internacionais de mercado. Isso faz com que o governo promova, em meados da década de 1880, uma estratégia nacional de desenvolvimento da região caribenha. Tal estratégia, baseada em um contrato com o estadunidense Minor C. Keith, culminou na criação da empresa *United Fruit Company*. A empresa, com forte presença em toda América Central, se estendeu velozmente por todo o Caribe e monopolizou a produção de bananas na Costa Rica, servindo de condutor do imperialismo dos EUA no país (MOLINA & PALMER, 2012).

Com o estabelecimento da *United Fruit* no país, também se consolida um “outro significativo da identidade nacional costarriquenha” (SOTO-QUIROS, 2006), o negro afro-caribenho. Essa imigração de caribenhos descendentes de africanos em direção à América Central se inicia com a construção do canal do Panamá pela França em 1881 e se estende por pelo menos meio século. Recrutada como força de trabalho principalmente na Jamaica e em Barbados, a população afro-caribenha se dirigiu para as plantações de banana, estabelecendo-se principalmente na região do Caribe costarriquenho (Ibid, 2006).

Para Evans (1999), é nesse período que se inicia o legado científico da Costa Rica no estudo das condições biológicas do país. É também nesse período que o interesse da comunidade científica internacional se torna mais expressivo devido, principalmente, por dois fatores: a demanda internacional pelo café, e a construção do canal Trans-ístmico na baixa América Central. Esses fatores são descritos como o início de um crescente interesse científico que transformou o país no centro das principais pesquisas científicas da América tropical nas primeiras décadas do século XX.

O início do século XX foi testemunha de intensas atividades dos EUA em toda América Central. Sua atuação se dava tanto em termos políticos como militares: controle espacial e econômico de vastas terras em posse de empresas como *United Fruit*; construção e poder de influência sobre o canal do Panamá (1904-1914) que ocorreu após a independência do país frente à Colômbia (1903); e ocupação militar na Nicarágua (1912-1934). Fatores esses responsáveis por aprofundarem ainda mais a dependência da região perante Washington (MOLINA & PALMER, 2012).

É importante notar que a presença da *United Fruit* no Caribe nunca foi bem digerida por certos setores sociais, de modo que no país a influência estadunidense coexiste desde essa época com certo clima anti-imperialista. Isso ocorre, em parte, devido à presença de uma perspectiva racista na sociedade costarriquenha que, já em períodos distantes historicamente, condenava a importação de trabalhadores negros, anglófonos e protestantes (Ibid, 2012). Esse fato, aliado à presença de comunidades indígenas no Caribe, compele a essa zona área uma especificidade e complexidade de “culturas/naturezas” (LATOIR, 2009) diferentes das restantes do país.

Depois do café, a inserção da banana na socrionatureza da Costa Rica pode ser considerada como a segunda ruptura em relação à alteração significativa da paisagem. Rapidamente transformando a paisagem agrícola nas terras baixas costarriquenas, o processo produtivo de banana, diferentemente do café, agenciou uma enorme rede de infraestrutura de transportes sob um regime de trabalho de capital intensivo (EVANS, 1999). Em tempo, a expansão, cultivo, colheita, processo e exportação de café, banana e carne constituíram a base socioeconômica que definiram as relações de poder no país (HERRERA, 2008).

Em vistas dos acontecimentos elencados até aqui, é possível perceber que as paisagens da Costa Rica vão se alterando paulatinamente à medida que um novo produto agrícola alcança certo *status* de mercadoria lucrativa. Baseada em uma “estratégia produtiva depredatória” (MOLINA & PALMER, 2012:80), a *United Fruit Company* inaugurou a tomada dos meios de produção das mãos dos empresários locais, se expandiu velozmente, e transformou a banana em uma mercadoria do mesmo *status* que o café, com a diferença de que a primeira está ligada a um monopólio privado internacional.

Enquanto isso, o Estado assumia um papel de maior intervenção econômica e social:

La gradual integración política de campesinos, artesanos y trabajadores proporcionó una base sólida para la invención de la nación em Costa Rica. Los dos procesos se reforzaron mutuamente. Los sectores populares no eran ciudadanos unicamente en los discursos oficiales, sino en la práctica electoral, la cual fue el eje de una estratégica conexión entre demandas sociales y gestión gubernamental que impactó el presupuesto del Estado (MOLINA Y PALMER, 2012: 86-87).

O projeto de modernização, como assinalam os autores, conseguiu incorporar as classes marginais no ideal de Nação. Um sinal desse avanço liberal foi o crescimento do índice de alfabetização em 1930, que alcançou a cifra de 500 mil pessoas. O café continuava dando o tom simbólico de uma república que experimentava seu vanguardismo artístico e intelectual na temática social, buscando com isso o propósito de uma educação de massas. “O Estado costarricense, longe de praticar o *laissez-faire*, desde finais do século XIX começou a intervir sistematicamente na sociedade e na cultura por meio da educação” (MOLINA Y PALMER, 2012: 90). Com o início de uma cultura de massas na Costa Rica, os setores populares procuraram incorporar algumas práticas de interesse das elites, sem, no entanto, abandonar totalmente sua própria cultura local.

Los sectores populares, que descubrieron en la cultura de masas una fuente para revalorizar algunas de sus propias costumbres y creencias, aprovecharon su creciente alfabetización y sus derechos políticos para asociar la identidad nacional con contenidos promovidos por la generación de intelectuales radicales de 1900: la justicia social, la pequeña propiedad territorial y la paz (MOLINA & PALMER, 2012: p. 92).

As primeiras décadas do século XX também marcaram a expansão da produção bananeira para outras áreas do país. Segundo Evans (1999:36), “de 1900 a 1965 aproximadamente 185 mil acres (74.867 hectares) de floresta foram transformados em bananais”. Na passagem da década de 1940 para 1950, a palma africana começa a ser introduzida no país, demandando mais estrutura de apoio à produção (Ibid, 1999).

2.6. O Estado-Nação moderno

Com a fundação da Universidade da Costa Rica – UCR – na década de 1940, inaugura-se simbolicamente o projeto de Estado moderno, ao mesmo tempo que dá fôlego à formação da primeira geração de profissionais formados em casa e que irão continuar com as pesquisas científicas no país (MOLINA Y PALMER, 2012; EVANS, 1999). Posteriormente, a Escola Nacional de Agricultura é incorporada à Universidade, empregando valores de conservacionistas no ensino da ciência agrônômica. Ademais, também surgem as primeiras organizações conservacionistas no país. Nesse período, se estabelece o real interesse pela

proteção de ecossistemas a partir das visões das ciências biológicas, que procuram entender o ambiente ‘natural’ através das interrelações entre ecossistemas; e as influências ou impactos recíprocos entre seres humanos e natureza. Para o autor, esse suporte científico, embora diminuto, é em grande parte responsável pelo legado das ciências tropicais no país e, em consequência, no estabelecimento de uma consciência ecológica na sociedade (EVANS, 1999).

Enquanto isso na arena política nacional, e apesar da já ligação estreita com os EUA, o Partido Comunista era mantido na legalidade e promovia discussões em torno da justiça social e trabalho, contribuindo para que algumas ideias reverberassem na sociedade e fossem incorporadas por adversários políticos (MOLINA Y PALMER, 2012).

No entanto, uma série de irregularidades em processos eleitorais na década de 1940 deu início à Guerra Civil de 1948. Liderado pelo exilado José Figueres, o levante oposicionista armado autointitulado “Exército de Liberação Nacional” rapidamente derrotou e dispersou as tropas oficiais. Às vésperas de enfrentar as milícias pró-governo que ocupavam San José, um acordo pondo fim ao conflito foi firmado entre o governo e os oposicionistas. No entanto, logo em seguida, o acordo foi desfeito pelo novo detentor do poder, o oposicionista Figueres que, entre outras ações: tornou ilegal o Partido Comunista; estabeleceu o Pacto do Caribe (responsável por impedir o uso do território costarricense pelos EUA para atacar ditaduras vizinhas); e, por último, o fato mais emblemático, aboliu o exército. Esta ação teve enorme importância simbólica e encerrou o caminho de uma futura militarização (MOLINA & PALMER, 2012). A abolição das forças armadas no país, segundo Evans (1999), é geralmente citada enquanto uma economia financeira vital capaz de garantir recursos financeiros para emprego, notadamente educação e, posteriormente, conservação da natureza.

La apertura democrática, que experimentó Centroamérica entre 1944 y 1954, se desvaneció con la polarización desatada por la guerra fría, lo cual alentó outro brote de tiranías tropicales apoyadas por Estados Unidos. El proyecto político de Costa Rica, en ese contexto, fue excepcional: convertir la justicia social y la modernización del Estado en la base de la democracia política (MOLINA & PALMER, 2012: 118).

Com a promulgação de uma nova Constituição em 1949, tem-se início o projeto socialdemocrata na Costa Rica que, ao promover novas mudanças sociais e políticas, culmina

em novos patamares de indicadores sociais no país, superiores aos comumente encontrados em países de Terceiro Mundo. No mesmo período, a região passa por um vertiginoso crescimento demográfico. Dentre tais indicadores, merecem destaque: a expectativa de vida média de 70 anos; as quedas crescentes nas taxas de mortalidade infantil; a alfabetização de 90% das pessoas com mais de 10 anos de idade; seguro social cobrindo três quartos dos assalariados nacionais; e taxas de desemprego que não alcançavam os 5% (MOLINA & PALMER, 2012; HERRERA, 2008). Essa configuração da realidade costarriquenha, um pequeno país tropical com aspirações socialdemocratas, configurou-se como polo de atração de migrantes, principalmente da vizinha Nicarágua, migrantes esses que passaram a ocupar posições hierarquicamente inferiores da estratificação social do país.

En el avance social se apoyó en un crecimiento espectacular, vinculado con la expansión de la economía global después de finalizada la Segunda Guerra Mundial. La exportación de banano ascendió de 3,5 a 18 millones de cajas anuales entre 1944 y 1952, y el precio del quintal¹⁵ de café subió de 9 a 68 dólares entre 1940 y 1956. Los productos tradicionales proporcionaron extraordinarios beneficios que, tras ser canalizados vía la banca del Estado, permitieron financiar mejoras tecnológicas y una amplia diversificación en la agricultura y la industria (MOLINA & PALMER, 2012: 119-120).

Com a inserção tecnológica proporcionada pela Revolução Verde¹⁶, ganhou-se em produtividade e se acentuaram os processos de modificação da paisagem de floresta para pastos e campos de cultivo. Aliado aos avanços da tecnologia agrícola, surgiram também estímulos governamentais proporcionados pelo Partido de Liberação Nacional – PLN – (antigo Exército de Libertação Nacional) de subsídios e de diversificação econômica num contexto econômico internacional de reconstrução da Europa no pós-Guerra. Na ocasião, as principais mercadorias que despontaram no cenário econômico nacional foram a produção de madeira e a criação de gado. Esta última estava voltada para o mercado consumidor externo, principalmente os EUA e foi implementada por meio da “criação de pastagens através de desmatamento sistemático” (EVANS, 1999:39).

¹⁵ Unidade de medida. Equivalente a 100 kilogramas

¹⁶ Revolução Verde refere-se ao processo de modernização agrícola baseado na produtividade, por meio do desenvolvimento de sementes, fertilização do solo e utilização intensiva de maquinário agrícola.

A tentativa de diversificação da economia culmina no processo de industrialização (substituição de importações). Esse processo foi extremamente rápido no país, visto que em menos de 20 anos já se encontravam mais de 100 companhias em território nacional, a maior parte vinculada ao capital estrangeiro (MOLINA & PALMER, 2012). Nessa expansão de seu parque industrial, a Costa Rica pôde também diversificar sua produção. Entretanto, a diversificação se deu sob uma base econômica controlada por monopólios estrangeiros dos produtos exportados e sob o custo da diminuição da produção alimentícia no país, assim como condicionou a migração e o aumento de *precaristas* (posseiros) em novas áreas do país. Esse fato fez com que o governo promulgasse a *Ley de Tierras y Colonización* e o estabelecimento do *Instituto de Tierras y Colonización* – ITCO (atualmente *Instituto de Desarrollo Agrario* – IDA). Com o objetivo de auxiliar os posseiros e impor sanções a proprietários de terra que mantém áreas improdutivas, o ITCO passou a reconhecer a colonização como um problema econômico e social, sendo a autoridade competente para estabelecer os tipos de uso do solo, determinar quais áreas são propícias para agricultura e quais são sensíveis ambientalmente (EVANS, 1999).

La ‘edad de oro’ del crecimiento con distribución tuvo tres perdedores básicos: el campesinato, los trabajadores y el ambiente. Los pequeños productores de granos y otros víveres, aunque a veces trataron de organizarse en cooperativas y adoptar el uso de abonos, fueron desplazados por la agricultura capitalista a grande escala, un proceso que los condenó a un porvenir de frustración, pobreza, expropiación, éxodo y precarismo. El ascenso de las empresas agrícolas acentó la concentración de la tierra en unos pocos dueños y sometió al medio a un deterioro sin precedente. La deforestación fue especialmente aguda en la actividad bananera, y caracterizó el crecimiento de la ganadería extensiva en Guanacaste. La expansión masiva en el uso agroquímicos dejó un saldo de contaminación que permaneció invisible entre 1950 y 1970, cuyos graves efectos empiezan a evidenciarse en el presente (MOLINA & PALMER, 2012: 128-129).

Em relação à cultura material, houve um grande crescimento de um modo de vida ligado ao cotidiano urbano, com uma expansão considerável de informações e entretenimentos procedentes dos EUA. Todavia, é sob a ótica da assimilação impositiva que a

representação da sociedade costarrriquenha perde em sua diversidade com a insistência em reforçar a invenção identidade nacional:

Las políticas educativas y culturales, dominadas por los valores de la sociedad del Valle Central, reforzaron la identidad nacional inventada por los liberales en el decenio de 1880, cuyo énfasis era la Costa Rica “blanca”. El modelo, impuesto a comunidades de origen indígena y mulato en Guanacaste y Puntarenas, tuvo su mayor impacto sobre la población negra de Limón. El período posterior a 1950 presenció la asimilación gradual, en la experiencia costarricense dominante, de la una vez peculiar cultura afrocaribeña anglófona. El proceso precedente, que condujo a la decadencia de la activa y cosmopolita esfera pública configurada por los afrocaribeños en las primeras tres décadas del siglo XX, fue fomentada por la inmigración de familias de otras partes del país (...), por el racismo y por el rechazo del Estado a ofrecer instrucción en inglés en las escuelas públicas (MOLINA & PALMER, 2012: 137-138).

À semelhança do que ocorreu com outros países latino-americanos nesse período, o modelo de substituição de importações na Costa Rica, financiado por exportações de matérias primas agrícolas que, além de se mostrar um investimento sem o devido retorno financeiro, não conseguiu envolver economicamente a sociedade nacional. O setor industrial controlado pelo capital estrangeiro demandou o uso intensivo em tecnologia e se aproveitou dos baixos custos de produção que oferecia o país. Em contraste, a qualificação de trabalho exigida era superior à média de qualificação da população nacional e o quantitativo oferecido, insuficiente. Dada a não permanência de capital nas divisas costarrriquenhas, cresce o déficit fiscal e a dívida pública externa (Ibid, 2012). Para Herrera (2008), a falta de responsabilidade do setor público e a falta de consciência ecológica ao fim desse período causaram uma dupla crise, o que abriu caminho para que um novo modelo de desenvolvimento neoliberal, alimentado por uma “agenda verde”, adentrasse as portas da política econômica do país a partir da década de 1980.

El costo catastrófico del modelo productivo que se configuró después de 1948 fue evidente a partir de 1979. El crecimiento económico prácticamente se detuvo y el país pareció retroceder en el tiempo, a medida que los acreedores tocaban a la puerta y un viento revolucionario estremecía Nicaragua, El Salvador y Guatemala (MOLINA & PALMER, 2012: 143-144).

O ponto de virada da história da conservação da natureza na Costa Rica é a promulgação da primeira *Ley Forestal* de 1969. Esta lei, embora na prática não tenha tido resultados expressivos contra o desmatamento, certamente inaugurou a encarnação de um cenário representando uma “república verde”. O resultado foi a formação de um arena de embates entre distintos arranjos sociopolíticos da sociedade que continuamente exigiam posições políticas mais ativas na proteção de ecossistemas e propagavam uma “consciência de uso racional dos recursos da floresta” (EVANS, 1999:65). Apesar de os sucessivos governos anteriores a 1969 demonstrarem ter tido preocupações ambientais e mesmo de já existirem áreas protegidas por lei¹⁷ no país, foi apenas com a promulgação da nova lei que se abriu espaço para o começo do marco da perspectiva conservacionista, iniciando o processo de criação dos primeiros parques nacionais no início da década de 1970.

Esse contexto ganha mais expressão à medida que a cronologia avança. Embora algumas mercadorias tenham se sobressaído na economia e, conseqüentemente, afetado a paisagem, aos poucos a sociedade nacional percebeu os impactos negativos e multifacetados do desmatamento, entre os quais destacam-se a perda de *habitats* e de paisagens cênicas e os danos em bacias hidrográficas. Esses problemas levam à sociedade a ter um “dilema agrícola” (EVANS, 1999:43) ou uma “ambivalência técnica” (PREBISCH, 1980)¹⁸ entre desenvolvimento agropecuário ou conservação ambiental. Até 1980, a agricultura correspondia por dois terços da economia nacional e as principais produções envolviam, na ordem, banana, café, açúcar e carne. No entanto, a tradição da chácara em forma de pequena propriedade permanece sem grandes alterações: três em cada cinco fazendas são de porte médio e somente 3% do total de terras são grandes propriedades, caracterizando o país pela presença de minifúndios (EVANS, 1999).

Entretanto, com a entrada em cena da Lei Florestal em 1969, inscreve-se na política de Estado a intenção de criação do sistema de parques nacionais, áreas que teriam o propósito não apenas de conservar a fauna e flora, mas também oferecer oportunidades de recreação, turismo e pesquisa científica. Sob coordenação do novo *Directorio General Forestal* – DGF,

¹⁷ Além das legislações acerca de proteção de florestas, de mananciais de água, conservação do solo e de animais silvestres, a primeira reserva natural criada em 1965 (Cabo Blanco) foi mais um esforço particular do proprietário da área do que um projeto de governo. Para maiores detalhes ver EVANS, S. **The Green Republic: a conservation history of Costa Rica**. 1ª Ed. University of Texas Press. 1999.

¹⁸ Para Evans (1999), o dilema agrícola é caracterizado pelo embate entre desenvolvimento agrícola de prosperidade econômica de curto prazo e a conservação ambiental de proteção dos recursos naturais de longo prazo. Já Prebisch (1980) identifica a ambivalência técnica no fato de que sua enorme contribuição ao bem estar humano, graças ao aumento incessante da produtividade, se deu às custas de graves conseqüências sobre a biosfera.

vinculado ao *Ministerio de Agricultura y Ganaderia*, cria-se um fundo de financiamento com o intuito de gerar uma linha orçamentária e abrir caminho para doações. Já no ano seguinte, com o intuito de “vender ao público a ideia de conservação” (EVANS, 1999:79), o DGF concentrou seus esforços na criação de poucos parques em paisagens de extrema beleza cênica e sítios históricos e transformá-los em modelos pra o futuro (Ibid, 1999). Como bem observa Haesbaert (1999:181), “a definição de parques e reservas nacionais, tanto quanto uma questão ecológica, transforma-se também, concomitantemente, numa ‘questão cultural’, carregados que estão de simbolismo na construção de uma identidade nacional (...)”.

Com a crise do petróleo na década de 1970, a recessão econômica atingiu em cheio o pequeno país da América Central, com índices de inflação anual na casa dos 90% em meados dos anos 1980, trazendo consequências diretas na produção de grandes empresas, como a *United Fruit*, que encerrou suas atividades no Pacífico Sul. Servindo de base de apoio à Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN – na Nicarágua, a Costa Rica também sofreu as consequências regionais das disputas no país fronteiriço e das ofensivas revolucionárias que ocorriam em El Salvador e Guatemala. Toda essa agitação foi responsável por desarticular comercialmente a América Central e acelerar o intenso fluxo de refugiados e imigrantes, que chegaram a cifras de 300 mil pessoas em 1990 (MOLINA & PALMER, 2012).

Todavia, desde cedo preocupados com outras fontes de financiamento, os dirigentes do DGF já conseguiram estabelecer uma rede de relações entre o ambientalismo oficial e instituições internacionais por meio de doações. Com esse recurso, o governo conseguiu estimular o turismo por meio de diferentes estratégias: relacionando os parques com mensagens simbólicas de valor histórico e cultural, apelando ao patriotismo; solicitando alterações do currículo escolar com intuito de incluir informações sobre os parques nacionais e incentivar visitas estudantis às áreas protegidas, o que segundo Fournier (*apud* EVANS, 1999:88) “resultou (...) em ter uma dupla função: a proteção da herança cultural e natural da nação bem como o fornecimento de serviços públicos de lazer”.

Com resultado do sucesso quase que instantâneo dos primeiros parques nacionais, as fontes de financiamento aumentaram, dando estímulo para a criação de seis novos parques até 1974. O ‘fenômeno’ da conservação em meados dos anos 1970 já tinha sua intermediação com a sociedade, como é relatado em uma entrevista realizada por Evans (1999: 90-91) ao qual

Alexander Bonilla, one such avid supporter, professional associations as well as mountain-climbing and caving clubs, environmental groups, garden societies, and youth groups all ‘played very important roles in the development of these wild areas.’ International organizations, like IUCN, World Wildlife Fund, The Nature Conservancy, Sierra Club, and various European environmental groups all continued their financial and technical assistance.

A sucessão desse período é marcada com ascensão ao governo de Daniel Oduber (1974-1978). Objetivando potencializar o turismo no país, Oduber apostou na expansão do sistema de parques nacionais. Com o aumento do pressuposto orçamentário, a criação de novos parques e a ampliação de outros, o espaço ocupado por áreas protegidas praticamente dobrou, alimentando também uma “crescente ética conservacionista” (EVANS, 1999:96). Ademais,

One of the most important changes that occurred during the Oduber years was in the status of the National Parks Department. First, in 1975, the department within the General Forestry Department (DGF) was elevated from ‘subdirectorate’ to ‘general directorate’ with greater individual autonomy. Then in 1977, with the Legislative Assembly’s approval of the National Parks Act, it was completely separated from the DGF and became the National Parks Service (SPN), its own division within the Ministry of Agriculture. The change of status was more than just bureaucratic shuffling; it established the legal framework for the SPN’s work and provided the freedom for the SPN to expropriate land for parks (EVANS, 1999: 102).

Chegada a década de 1980 e com ela a onda neoliberal que tomou conta das repúblicas latino-americanas e caribenhas, ocasionando na abertura de mercados, em tomadas de empréstimos financeiros e na indicação de produções agrícolas não tradicionais pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, o que torna a Costa Rica uma das dezessete nações mais endividadas do mundo e com maior débito *per capita* das Américas. Um fato que destoa, porém, foi o enfrentamento da Costa Rica com a instituição financeira internacional, culminando com a declaração de moratória da dívida em 1982 (MOLINA & PALMER, 2012; EVANS, 1999).

Todavia, como afirma Evans (1999:110), “Apesar de cortes orçamentários, no entanto, esses anos também foram marcados por um significativo crescimento nos esforços de

conservação e criação de parques nacionais e reservas equivalentes”. A estratégia no período se concentrava em buscar outras formas de financiamento que não a Estatal. Uma campanha de arrecadação de fundos foi lançada e ao menos 26 organizações ao redor do mundo contribuíram com ajuda técnica e financeira.

Como marco desse período que representa o início da década de 1980 tem-se a criação do Parque Internacional La Amistad, um parque bi nacional criado em conjunto com o Panamá e que, sozinho, praticamente dobrou em área todo o sistema de parques nacionais. Ademais, outro componente interessante desse parque é que foram criadas reservas indígenas em seu perímetro. O Parque Internacional de La Amistad, não apenas representa o fim do período de criação dos parques para uma fase posterior de aprimoramento do sistema, como afirma Evans, (1999), mas também representa uma ruptura na dicotomia homem/natureza pois o estabelecimento de reservas indígenas no interior de áreas protegidas para conservação reafirma a questão de que essas naturezas/culturas são indissociáveis.

A fim de recuperar o prestígio perdido com os Estados Unidos devido à declaração de moratória, surge o plano “Iniciativa Cuenca del Caribe”¹⁹. Após a implementação da Iniciativa, os EUA, por meio da Agência Internacional de Desenvolvimento – AID – cria um “Estado paralelo” (MOLINA & PALMER, 2012: 149), cujo objetivo era abrandar as condições impostas pelo FMI. Os resultados dessa operação garantiram uma diminuição do gasto público e das taxas de importação, a privatização de empresas estatais, o fomento de exportações não tradicionais e a acomodação de bancos privados.

No sistema de parques nacionais, o governo costarricense inaugura um escritório em Washington D.C. com o propósito de captação de recursos, tornando-se a principal fonte de financiamento de unidades de conservação durante a legislatura de Luis Alberto Monge (1982-1986). O principal interesse dessas arrecadações era a regularização das terras nas quais estavam os parques nacionais com o intuito de consolidação da gestão dos parques e manutenção de suas características ecológicas (EVANS, 1999). Esse fato é de extrema importância, pois na Costa Rica “a terra é frequentemente confiscada para fins de criação de parques” (EVANS, 1999:143). Assim, apesar do clamor com que o sistema de parques nacionais da Costa Rica é tratado internacionalmente, convém se atentar para a

¹⁹ Programa nascido em 1983 que contém medidas tarifárias e de comércio, destinadas para promover a revitalização econômica e expandir as oportunidades do setor privado da região. Disponível em www.sice.oas.org

desterritorialização de pessoas que é fruto da criação de áreas protegidas no país. Em muitos casos, tal desterritorialização ocorre sem a devida compensação dos antigos moradores da área (processo de reterritorialização conduzido de forma menos impactante possível)²⁰ a ser transformada em parque, revelando uma faceta negativa do projeto conservacionista. Essa desterritorialização de base econômica, conforme Haesbaert e Ramos (2004; 2007), não se resume apenas à chamada “deslocalização” dos processos produtivos como resultado da acumulação flexível, mas toda uma subordinação econômica, social e cultural de pessoas e comunidades à uma lógica de expropriação, precarização e exclusão.

Nesse ponto, faz-se importante fazer um pequeno adendo. A questão territorial se coloca no debate socioambiental enquanto processo histórico de expropriação dos povos originários pelo ideal eurocêntrico. É o reconhecimento da existência de múltiplas territorialidades, que por sua vez abarcam múltiplas identidades, no interior de um estado-nação cujo “colonialismo interno” (CASANOVA, 2002) não conseguiu suprimir.

Contudo, após a intervenção dos EUA no país, a economia começou a se estabilizar já em 1982. Com cortes no gasto social (de 23 a 14% do PIB entre 1980 e 1982) e aumentos no custo de serviços públicos, uma onda de mobilizações populares de base comunal incomoda o governo. No entanto, outro interesse despontava nessa parceria EUA/Costa Rica:

La esperanza de la administración Reagan era convertir el territorio costarricense en un frente sur de la guerra contra los sandinistas. Los exilados nicaraguenses empezaron a operar en San José, patrocinados por la embajada de Estados Unidos, que controló las fuerzas de seguridad de Costa Rica y las orientó militarmente. Los principales medios de comunicación, escritos, radiales y televisivos, fueron aliados leales de la estrategia estadounidense, y clamaron por militarizar el país para enfrentar la amenaza roja del sandinismo y detener a los ultraizquierdistas locales, quienes perpetraron una serie de actos violentos entre 1980 y 1983 (MOLINA Y PALMER, 2012: 150-151).

Apesar de ser parceira dos EUA e enfrentar grande pressão do governo norte-americano, a Costa Rica não aceitou servir de base militar ianque. O governo local declarou-se neutro no conflito, evocando simbolicamente a história de paz com que o país fora

²⁰ Acerca dos conceitos de desterritorialização e sua contraparte, a reterritorialização, ver HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

construído. Com o fim da URSS e a subsequente crise da esquerda ocidental, os interesses dos EUA se redirecionaram e os investimentos no país ficaram escassos, fazendo com que a AID encerrasse suas operações.

Com uma nova mudança de governo, em 1987 se inicia um período de reestruturação da administração pública, que gera, por sua vez, mudanças filosóficas nas estratégias com relação às políticas ambientais. Essa reestruturação cria o *Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas* – MIRENEM –, ao qual a DGF passa a ser subordinado. Posteriormente, na década de 1990, o MIRENEM é transformado em MINAE, *Ministerio del Ambiente y Energía*. Essa mudança de nomenclatura também marca o início de uma administração descentralizada (EVANS, 1999).

Outra faceta dessa reestruturação é a inclusão de áreas protegidas em um novo contexto socioeconômico nacional, onde há a incorporação dos princípios estabelecidos pelo amplo conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, elaborado anos antes pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD da ONU. Por meio de novos tipos de manejo relacionados às necessidades biológicas de cada parque individual, há uma ruptura na ‘filosofia do cuidador’ (EVANS, 1999), que antes imperava no país, para uma maior integração entre sociedade e natureza. É o ‘giro verde’ de que fala Herrera (2008), no qual as políticas de desenvolvimento passam a incluir, ao menos em sua retórica, questões de sustentabilidade social e ambiental.

Novas iniciativas então começam a despontar, tendo em vista o crescente sucesso turístico proporcionado pelos parques nacionais e o retorno financeiro significativo derivado das incessantes buscas por recursos externos. Uma dessas iniciativas foi o “débito para natureza”, uma espécie de permuta que permitiu aos países endividados reduzirem suas dívidas externas ao mesmo tempo em que incrementou o orçamento para conservação (EVANS, 1999). Nesse período a Costa Rica já assumia uma posição de vanguarda na inserção de seu ‘capital natural’ nas redes do mercado financeiro, promovendo ações que beneficiavam os cofres públicos por meio da ‘venda’ de sua natureza.

Longe de ser um sistema sem falhas, os parques nacionais em finais de 1980 revelaram a falta de uma reforma agrária no país. A fim de incluir critérios socioeconômicos às orientações de manejo dos parques, buscou-se realizar um planejamento misto capaz de

integrar as comunidades vizinhas às áreas protegidas, de modo a beneficiar a economia com base na natureza local.

Com uma nova força política em ação, o Partido da Unidade Social Cristã (PUSC), no começo da década de 1990, inicia suas atividades com uma nova política neoliberal. O aumento do imposto de vendas, o congelamento de salários, a aplicação de cortes orçamentários e a redução do emprego público foram algumas das intervenções do governo (MOLINA & PALMER, 2012). Em contrapartida, os gastos com educação e saúde diminuíram, a mortalidade se elevou, os números de empregos informais e de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza aumentaram de forma significativa, este último índice chegando a aproximadamente 32% em 1991.

La decisiva transformación experimentada por Costa Rica desde la crisis de 1980 era evidente al terminar la década de 1990: en 1987, por vez primera en 150 años, el valor de las exportaciones de café y banano fue superada, de manera sostenida, por el de los productos no tradicionales. Los principales, entre estos últimos, eran los textiles, elaborados en fábricas de ensamblaje final (maquiladoras), propiedad de extranjeros y altamente móviles; la piña, una actividad controlada por la transnacional Del Monte; las plantas ornamentales y los mariscos (MOLINA & PALMER, 2012: 157-158).

A passagem da década de 1980 para a de 1990 também é marcada pelo *boom* do turismo no país. De acordo com Molina e Palmer (2012), esse processo começou a ser significativo em 1985 e, em 1999, ele envolveu 1 milhão de turistas estrangeiros. Em 2004, esse número alcançou 1 milhão e meio de pessoas e o país obteve 1,3 bilhões de dólares em receita, o equivalente à 7% do PIB. O fator turístico, aliado à instalação de empresas de tecnologia, como a Intel, proporcionou ao país um cenário macroeconômico de crescimento a uma taxa anual de 4% entre 1987 e 2003.

No entanto, essa crescente internacionalização do país teve consequências ecológicas. Aliada à superexploração turística de algumas áreas ocorreu também a intensificação das atividades agropecuárias, em especial da produção de banana e da criação de gado, o que levou a um crescimento vertiginoso das taxas de desmatamento. Apenas no final da década de 1990 que o desmatamento foi combatido de maneira mais eficaz pelo governo da Costa Rica, que por sua vez conseguiu atingir uma recuperação florestal impressionante: em 2001, a

estimativa é de que quase 50% do território encontrava-se coberto por zonas de vida florestais.

Todavia, o principal problema ambiental no país advém da caótica urbanização do Vale Central, que em 2005 possuía dois terços dos 4,3 milhões de habitantes do país²¹. O crescimento de subúrbios e o fechamento do transporte ferroviário, juntamente com uma baixa dos direitos de importação de veículos, estimularam a expansão da frota de carros particulares.

Na temática ambiental, o início dos anos 1990 é marcado pela promulgação de uma nova legislação florestal (COSTA RICA, Ley nº 7174, de 1990), que passa a estabelecer restrições quanto à mudança de uso do solo (EVANS, 1999). Com isso, uma área de floresta particular não pode ser alterada para formação de campos ou pastos, mas deve permanecer com uma vocação econômica relacionada a sua condição florestal.

Dada à crescente implementação da política neoliberal, os impactos no mundo do trabalho foram amplos e profundos. Como atestam os autores:

Los costarricenses, en el curso de esa redistribución, tendieron a abandonar actividades como la construcción, la agricultura, la seguridad privada y el servicio doméstico, las cuales empezaron a emplear indocumentados, en particular a entre 300 y 400 mil nicaraguenses. La estrategia del Estado para enfrentar este proceso ha combinado la persecución y expulsión de estos trabajadores, con legalizaciones masivas (en 1990, 1993, e 1999) y con una nueva ley migratoria, aprobada en el 2005, que criminaliza a todos los involucrados en el tráfico ilegal de personas (MOLINA & PALMER, 2012: 163).

Além do predomínio de imigrantes nicaraguenses, em grande parte refugiados da guerra e dos acontecimentos da Revolução Sandinista em seu país, ocupando as piores condições de trabalho da sociedade costarriquenha, a deterioração dos direitos trabalhistas está relacionada com a erosão do sindicalismo e das vanguardas intelectuais e políticas identificadas com a justiça social. Boa parte das maquiladoras, que sustentavam parte da classe média urbana, se diversificou em outras categorias mais vulneráveis e informalizadas, em especial o turismo e

²¹ De acordo com o Atlas Programa Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible: Estadísticas de Centroamérica, indicadores sobre desarrollo humano sostenible, em 2013 a Costa Rica possuía aproximadamente 4,8 milhões de habitantes.

centro de chamadas (*call centers*). Em contrapartida, os direitos civis e a promoção do indivíduo foram reforçados. “A identificação com o privado foi reforçada pela transnacionalização cultural. (...) A globalização cultural foi fomentada pelo auge turístico, pelo maior acesso à produtos de outros países (...), pela imigração, e pela expansão do protestantismo evangélico (...)” (MOLINA & PALMER, 2012:169). Mais importante, foram reconhecidos, pelo Estado os direitos às diferenças étnicas, de gênero e idade, como uma tímida iniciativa oficial de distanciamento da imagem da identidade nacional, mas que é apenas o primeiro sinal de mudança.

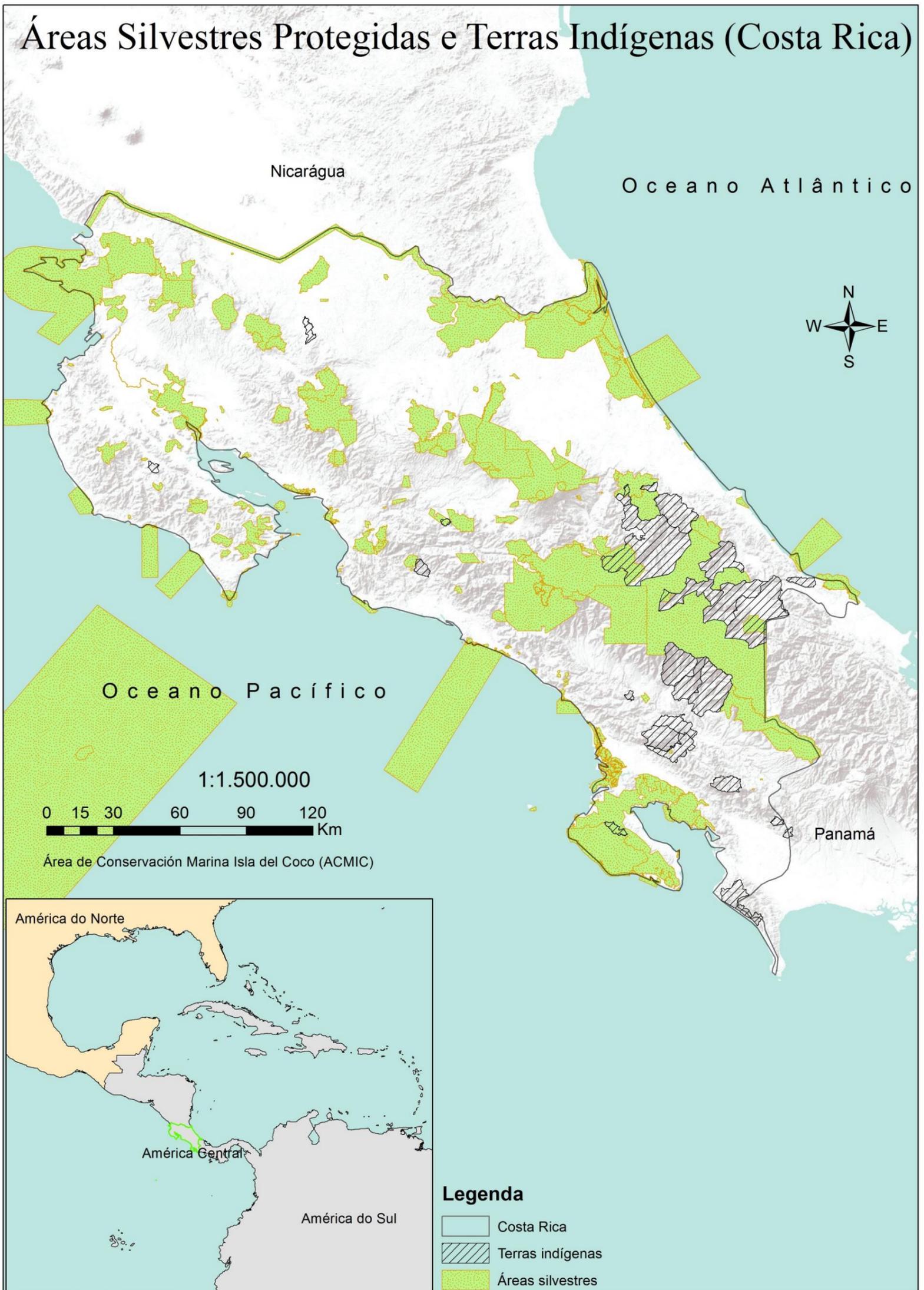
Um crescente número de pessoas em idade para trabalhar e uma participação maior do universo feminino como força de trabalho configuram mudanças da estrutura demográfica do país numa visão economicista. Consolida-se uma cultura de classes:

La distinción, asociada con el consumo de productos de marca y el acceso a servicios privados en diversas áreas (educación, salud, y seguridad), se expresa, con toda su fuerza, en la segregación residencial. El modelo de ciudades cuyo espacio era – desigualmente – compartido por distintos grupos sociales, dominante antes de 1980, fue sustituido por otro, que separa a los sectores populares de las capas medias y de las cúpulas políticas y empresariales (MOLINA & PALMER, 2012: 172).

Tendo em vista os problemas sociais que acompanham o país, a continuação da reestruturação institucional da máquina pública em favor da diminuição da burocracia estatal e do gasto público culminou na criação em 1994 do *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* – SINAC –, que passa a estar subordinado ao MINAE. O SINAC, enquanto resultado da reestruturação e descentralização das políticas de conservação, dividiu o país em dez áreas de conservação baseadas em características geográficas. Com a missão de desconcentração, descentralização e democratização das políticas de conservação, o SINAC é a expressão resultante da combinação entre avanço econômico via conservação da biodiversidade (EVANS, 1999).



Mapa 3: Áreas macro de conservação da Costa Rica estabelecidas pelo SINAC



Mapa 4: Áreas Silvestres Protegidas – ASP – e Terras Indígenas

Evolución de la extensión de las áreas silvestres protegidas (miles de hectáreas)

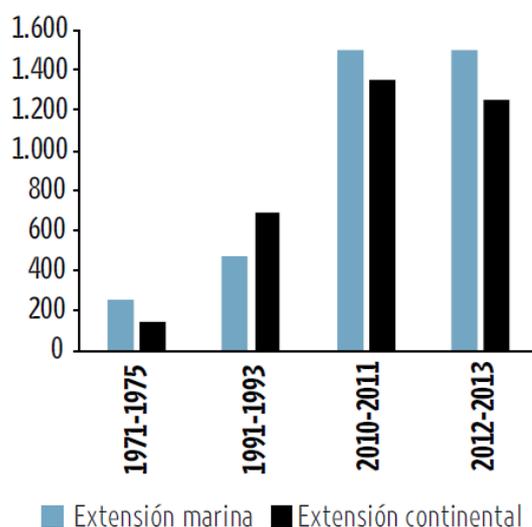


Gráfico 1: Evolução da extensão de áreas silvestres protegidas.
Fonte: Estado de la Nación (2014)

Logo após a criação do MINAE e da institucionalização do SINAC, outra revisão da *Ley Forestal* é promulgada em 1996 (*Ley Forestal n° 7575*), estabelecendo um regime de permissões para corte de madeira, bem como incentivos de conservação e reflorestamento. Além disso, a revisão da lei criou também taxas e restrições penais aos envolvidos em crimes ambientais. Mais, ela ratifica a proibição de alteração de uso do solo (EVANS, 1999). Essa lei pode ser vista como um primeiro passo em relação à mercantilização da natureza, haja vista que logo em seguida esses incentivos foram utilizados de modo semelhante através dos Pagamentos por Serviços Ambientais.

Conforme Herrera (2008), com a adoção formal da agenda neoliberal no país após 1990 na forma de programas de ajuste estrutural, ocorreu grandes cortes no aparato estatal e despesa pública, reduzindo o investimento social e ocasionando o declínio na qualidade dos serviços públicos essenciais, como água potável, educação, saúde pública, infraestrutura pública, e empréstimos subsidiados a pequenos produtores rurais. Como resultado, aponta o autor (Ibid, 2008), as políticas neoliberais moldaram as lacunas econômicas e as diferenças no padrões de qualidade de vida entre grupos de renda no país.

It was within this context that modern environmental ideals were first institutionalized in Costa Rica. However, modern environmentalism as a critique to contemporary values and productive practices, with few exceptions, did not reach the country in a pristine state. (...) environmentalist ideas were universalized in the context of free-market liberalism and thus were brewed into a new concept: sustainable development. Sustainable development in turn was institutionalized in Costa Rica under sociological reality of growing material inequalities, reduced government spending and rampant deforestation (HERRERA, 2008:116).

Fatores como reconhecimento externo, polo de turismo, transnacionalização cultural foram algumas das mudanças sociais por quais passou a Costa Rica em um passado recente e no qual reforçam a crítica ao mito da identidade nacional, que inventou uma nação de pessoas brancas, pacíficas e igualitárias, vinculadas com o trabalho agrário. “Os costarriquenhos, em princípios do século XXI, descobriram-se como uma sociedade pluricultural e multirracial, urbanizada, insegura, crescentemente diferenciada, e à procura de maiores níveis de competitividade e consumo” (MOLINA & PALMER, 2012:174). Ou como escreve Herrera (2008:89), “O lugar da Costa Rica que nós temos agora é o produto dessa dialética²², sua interação com ideologias e debates globais, e suas relações com os processos biofísicos locais, regionais e globais”.

A identidade nacional é então reduzida pela “fragmentação do indivíduo moderno” (HALL, 2005), demonstrando que as identidades “não são fixas” (CLAVAL, 1999), mas “descontínuas, fragmentadas e/ou sobrepostas, onde vigora o diálogo, a relativa fluidez e a interseção, elaborando assim novas formas de identificação social” (HAESBAERT, 1999: 183). Através da análise da sociedade costarriquenha contemporânea é possível observar as três possibilidades concomitantes de manifestação identitária expostas por Hall (2005): as identidades “globais” (aquelas que foram diluídas pelo processo da globalização); as identidades de resistência (aquelas que resgatam memórias coletivas em torno de lutas sociais e/ou objetivos políticos); e por último as identidades pluriculturais (aquelas que são fruto de um diálogo entre o global e o local).

²² A dialética ao qual se refere Herrera trata-se das transformações conduzidas por argumentos intrínsecos, e que são geralmente informados e legitimados por discursos e práticas políticas. Para maiores detalhes, ver HERRERA, M. Sustainable Development in Costa Rica: A Moral Geography. Tese de Doutorado. University of Kansas, 2008.

(...) as identidades pós-modernas são transterritoriais e multilinguísticas. Estruturam-se menos pela lógica dos Estados do que pela dos mercados; em vez de basearem-se nas comunicações orais e escritas que cobriam espaços personalizados e se efetuavam através de interações próximas, operam mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado de bens (CANCLINI, 1996:35).

Na dita sociedade pós-moderna, a construção de identidades evoca simultaneamente elementos materiais, pertencimentos territoriais e valores em um mesmo plano (CLAVAL, 1999). O território, além de ser locus das relações sociais e de poder, passa a servir também como “meio de identificação e de reformulação de sentidos, de valores (...)” (HAESBAERT, 1999:185), que pode ser visualizado na criação de áreas protegidas e na ética ambiental costarriquenha. E embora seja possível reconhecer um “debilitamento da mediação espacial nas relações sociais” (Ibid, 1999: 171) resultante da sociedade globalmente mercantilizada, o território é categoria estruturante das políticas ambientais de Pagamentos por Serviços Ambientais que serão tema de discussão no próximo capítulo.

Capítulo 3. Os Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica

Os Pagamentos por Serviços Ambientais ou Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos²³ - PSA - são uma nova forma de política ambiental que busca conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. No entanto, antes de adentrarmos nas características gerais dos sistemas de PSA, e posteriormente às características específicas do PSA na Costa Rica, veremos como esse conceito fora cunhado, sua evolução ao longo do tempo, e sua inserção na arena política internacional. Para tanto, faz-se necessário apresentar brevemente uma análise da criação do conceito de Serviços Ambientais e/ou Serviços Ecosistêmicos, sua inclusão em consonância com as teorias econômicas de características neoliberais, com enfoque na conservação e preservação de ambientes naturais associados aos “serviços” que a natureza provê para benefício do bem estar humano.

Ademais, com o intuito de continuar o debate iniciado no primeiro capítulo, faz-se importante retomar algumas ideias e considerações que foram abordadas anteriormente acerca dos processos que integram a inserção da natureza na esfera econômica internacional. Como a própria história demonstra, a construção de um conceito envolve um jogo de poder no qual atores específicos se apropriam do discurso em torno desse conceito para servir a propósitos distintos daqueles anteriormente pensados. Com o conceito de Serviços Ambientais não foi diferente.

Em grande parte apropriados pela literatura das cartilhas de organismos financeiros internacionais (os quais apoiados por uma gama crescente de pesquisas nas áreas de economia e ecologia aplicada ao bem estar humano), os PSA são incentivados enquanto políticas de desenvolvimento, voltados em geral para países situados nos trópicos. Esse esquema político tem estreita ligação com a noção de “vender a natureza para salvá-la” baseado no fortalecimento da ideologia do “desenvolvimentismo verde” (McAFFE, 1999), ou do

²³ O termo Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos é considerado por alguns autores uma “subcategoria” do termo Pagamentos por Serviços Ambientais, no qual está relacionado exclusivamente com os benefícios humanos derivados de ecossistemas naturais (MURADIAN et. al. 2010). Para McAffe e Shapiro (2010), ambos os termos são utilizados pelo discurso político, mas salienta que o termo Serviços Ecosistêmicos é mais restrito, já que os Serviços Ambientais possuem um segundo significado: serviços como a limpeza de resíduos tóxicos, tecnologias de redução de emissão atmosférica, ou avaliações de impactos ambientais. No entanto, mesmo entendendo que conceito de ecossistemas seja mais adequado, já que por si só já evoca questões de interação entre seres, processos físico-químico e biológicos, optou-se por manter o conceito original de Pagamentos por Serviços Ambientais já que a Política Nacional Costarriquenha faz referência aos Serviços Ambientais. Devido a essa compatibilização, Serviços Ambientais e Serviços Ecosistêmicos serão entendidos nessa dissertação como equivalentes.

chamado “ambientalismo de mercado” (KOSOY & CORBERA, 2010) que procura legitimar o comportamento daqueles que procuram estabelecer um quadro político em seu próprio benefício, intercedendo junto aos mercados enquanto estratégia para adquirir um balanço entre a conservação da natureza e a expansão capitalista através da precificação dos serviços da natureza, da constituição de direitos de propriedade e da expansão dos mercados no rol dos serviços ecossistêmicos (Ibid, 2010). Até recentemente, era essa ‘literatura cinza’ que detinha a explicação do conceito, e que ainda mantém forte poder simbólico sobre ele, embora já se tenha acumulado um considerável debate tanto acadêmico quanto público em relação ao tema.

Nesse sentido, a noção mais dominante de SA é oriunda da Economia Ambiental e se deu através da divulgação de material através de publicações patrocinadas por grandes instituições financeiras internacionais. Autores ligados ao Banco Mundial, como Engel et. al. (2008) e Wunder (2006), são os principais responsáveis pela apropriação do conceito de Serviços Ambientais em consonância com a sua valoração monetária e incorporação em mercados (MURADIAN et al, 2010).

Para Wunder (2006), cinco critérios definem os princípios de um PSA. Um sistema de PSA é uma transação voluntária (1), onde um SA bem definido (2) é “comprado” por pelo menos um comprador de SA (3) a pelo menos um fornecedor de SA (4), somente se o fornecedor assegura o fornecimento do SA negociado – condicionante (5). Diferem nas formas de remuneração (pagamentos, mercados, gratificação e compensação) e nos tipos (embasados em área ou embasados em produtos, públicos ou privados e uso restrito ou realce produtivo). O emprego dos PSA é medido se o custo de oportunidade de conservação for igual ou maior que o rendimento dos usos alternativos da terra.

Na prática, a ideia central de PSA afirma que os beneficiários externos dos SA paguem – de maneira direta, contratual e condicionada – aos proprietários e usuários locais por adoção de práticas que assegurem a conservação e restauração dos ecossistemas. Seu enfoque reconhece explicitamente o conflito de interesses pelo uso do território, buscando conciliá-lo mediante compensação. Daí surge os quatro tipos de SA que possuem valor comercial significativo: sequestro e armazenamento de carbono, proteção da biodiversidade, proteção de bacias hidrográficas e beleza cênica (WUNDER, 2006).

O autor destaca que, embora já tratados e em vias de consolidação em mercados mais sólidos como nos países de economia desenvolvida, os PSA são pouco tratados em economias em desenvolvimento, geralmente com mercados mais frágeis e dependentes de aporte

financeiro externo (WUNDER, 2006). Acrescenta-se a isso o fato de países em desenvolvimento possuírem uma estrutura institucional pouco eficiente (VATN, 2010). No entanto, entende-se que os serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos partem da premissa de que a sociedade, ao se beneficiar com a oferta desses serviços, também participaria de sua manutenção em forma de custos econômicos, comumente revelados por custos de manutenção e/ou custos de oportunidade, e também através de incentivos públicos (NOVAES, 2014).

O fato de os PSA serem uma abordagem nova, vinculando economia e meio ambiente, os fazem estar em constante adaptação e aperfeiçoamento, tanto em sua teoria quanto principalmente em sua prática. Nesse sentido, surgiram novas propostas de definição de PSA, já que a definição mais utilizada de cinco critérios proposta por Wunder (2006) dificilmente é atingida (MURADIAN et al., 2010; FARLEY & CONSTANZA, 2010). A definição utilizada para esta dissertação parte da percepção de que, mais que uma ferramenta econômica, os PSA fazem parte de um programa de desenvolvimento territorial, conciliando a questão social com instrumentos políticos de objetivos múltiplos, de forma a conjugar as implicações socioculturais e comportamentais da mercantilização dos serviços ambientais (MURADIAN et al., 2010).

Essa proposta, associada à vertente da Economia Ecológica, atinge uma maior categorização de esquemas de PSA, procurando identificar o papel desempenhado pelos incentivos na provisão atual dos SA, a extensão da mediação entre provedores de SA e beneficiário final dos SA, além de verificar em que medida e o quão claro que os SA podem ser acessados e adquiridos em quantidades mensuráveis (TACCONI, 2012).

Adentremos, então, no debate sobre os Serviços Ambientais, procurando esclarecer sua origem, suas dinâmicas e processos ao longo do tempo, e com isso tentar responder questões relativas a quem se beneficia com entendimento atual de serviços ambientais, para em seguida voltar nossa atenção para o caso específico dos PSA na Costa Rica.

3.1. O que são Serviços Ambientais – SA?

A ideia de Serviços Ambientais (SA) na forma como é conhecida e divulgada atualmente tem sua origem na década de 1970, a partir do enquadramento utilitário dos benefícios provenientes das funções ecossistêmicas. Essas funções passam então a ser entendidas enquanto serviços com o intuito de aumentar o interesse público pela conservação

da biodiversidade. A partir da década de 1990, essa ideia passa a ser recebida de forma otimista pelo mercado financeiro internacional, aumentando exponencialmente sua inclusão em políticas de desenvolvimento e/ou ambientais, em especial após o estudo encomendado pela ONU intitulado “Avaliação Ecosistêmica do Milênio” (*Millennium Ecosystem Assessment - MAE*) (MAE, 2003).

Para Gómez-Baggethun et. al. (2010), o conceito de SA começa a ser formulado na década de 1970 a partir da literatura especializada voltada à Ecologia, na qual inúmeros autores buscaram enfatizar funções particulares da natureza que servem às diversas sociedades. Nesse sentido, esses autores procuraram enquadrar as questões ecológicas em termos econômicos como forma de salientar a dependência social em relação aos ecossistemas, bem como de alavancar o interesse público em temas de conservação da biodiversidade. Baseados nessa literatura anterior, o conceito é cunhado em meados da década de 1980, com uma lógica principalmente pedagógica, cujo interesse era demonstrar como o desaparecimento da biodiversidade afeta diretamente as funções dos ecossistemas que sustentam os serviços críticos para o bem-estar humano (GÓMEZ-BAGGETHUN et al., 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011).

No entanto, é a partir das décadas de 1990 e 2000 que o conceito lentamente passa à esfera política, principalmente após as reuniões que culminaram com a criação da Convenção da Diversidade Biológica – CDB – e, posteriormente, com a publicação do estudo “Avaliação Ecosistêmica do Milênio” (MA, 2003), cujo enfoque antropocêntrico busca demonstrar a dependência humana não só dos serviços dos ecossistemas, mas também sobre o funcionamento de ecossistemas subjacentes que contribuem para a visibilidade do papel da biodiversidade no bem estar humano (MA, 2003; GÓMEZ-BAGGETHUN et al., 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Com o interesse político no tema, crescem os estudos de valoração monetária dos SA, e conseqüentemente, criam-se instrumentos econômicos de mercado com o intuito de favorecer incentivos econômicos para conservação²⁴. Após a publicação do artigo de Ferraro e Kiss (2002) na prestigiada revista *Science*, as funções ecosistêmicas tomadas por serviços e sua posterior inserção no sistema de pagamentos é, de certa forma, ‘legitimada’ cientificamente como uma boa estratégia de

²⁴ Diversos autores (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010; NORGAARD, 2010; KOSOY & CORBERA, 2010; NOVAES, 2014) revelam que diversos serviços ambientais foram comercializados em mercados antes de existir algo chamado Serviços Ambientais. Todavia, eles notam que a criação de uma estrutura formal de instrumentos econômicos de mercado e a sua promoção enquanto uma ferramenta de conservação integrada desenvolveu-se primordialmente nas últimas duas décadas.

conservação da natureza, e sua aplicação passa a se reproduzir cada vez mais rápido (MURADIAN et. al. 2013) .

Para McAffe (1999), essas novas instituições supranacionais como o CDB funcionam como fontes de financiamento eco-desenvolvimentistas baseadas no discurso global envolto no paradigma de Desenvolvimento Sustentável, os quais refletem a tentativa de regulação internacional de fluxos de “capital natural” através da abordagem denominada “desenvolvimentismo verde”. Para a autora, esse paradigma repousa em uma economia ambiental pós-neoliberal²⁵ e está fundado em uma lógica de natureza construída enquanto moeda mundial, de modo que os ecossistemas são recodificados enquanto depósitos de recursos genéticos para a indústria de biotecnologia e conhecimentos tradicionais sobre a natureza (Ibid, 1999).

Green developmentalism, with its promise of Market solutions to environmental problems, is blunting the North-South disputes that have embroiled international environmental institutions. But by valuing local nature in relation to international markets – denominating diversity in dollars, euros or yen – green developmentalism abstracts nature from its spatial and social contexts and reinforces the claims of global elites to the greatest share of the earth’s biomass and all it contains (MaCAFFE, 1999:133).

Sem o propósito de descartar a forte crítica de McAffe, (1999), há que se fazer uma ressalva. Embora a noção de “desenvolvimentismo verde” seja útil, expressando toda uma série de ressalvas à crescente “valoração da natureza local em relação aos mercados internacionais”, sua proposta de pós-neoliberalismo não contempla o movimento dual previsto por Polanyi (2000) de impulso e resistência dos mercados ao controle da natureza (McCARTHY & PRUDHAM, 2004). Como demonstram McCarthy e Prudham (2004:276), (...) “apesar de sua polivalência, o neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de ideologias, discursos e práticas coerentes, (...) podendo ser entendido como um projeto ambiental distinto, ao que necessariamente replica aspectos do liberalismo clássico”. É

²⁵ Para a autora, o paradigma global econômico-ambiental é pós-neoliberal porque, diferentemente da economia política neoliberal, procura incorporar as interações entre ambiente e economia e também porque reconhece que os mercados em ativos ambientais requerem planejamento e intervenção institucional (MaCAFFE, 1999).

possível, portanto, estabelecer um paralelo entre o desenvolvimentismo verde proposto enquanto uma fase do próprio neoliberalismo²⁶, que busca superar suas preconcepções de mercado e regulação para atingir uma nova onda de acumulação financeira.

Na agenda das instituições ambientais internacionais está a produção discursiva do ambientalismo “global”, servindo de voz dominante à versão do discurso neoliberal da Economia Ambiental, aplicado em escala global, e funcionando sob o pretexto de aproveitamento de soluções de mercado para falhas políticas (MaCAFFE, 1999), denotando à natureza o papel de objeto da sociedade moderna (PORTO-GONÇALVES, 2013). Desse modo, abre-se espaço para a privatização e mercantilização dos aspectos reconhecíveis da natureza.

Segundo a autora, as propostas do CDB para políticas ambientais combinam austeridade fiscal com ganhos ambientais por meio da precificação da vida, que “oferece à natureza a oportunidade de ganhar seu próprio direito à sobrevivência em uma crescente economia de mercado mundial” (MaCAFFE, 1999: 134). Sobrevivência essa, salienta-se, obtida através da escassez, já que o com a subordinação dos valores de uso pelos valores de troca, o valor é atribuído pelo mercado (PORTO-GONÇALVES, 2013).

This global environmental-economic paradigm reduces organisms and ecosystems to their allegedly fungible components, and assigns monetary prices, calculated with reference to actual or hypothetical markets, to those components. The result is a pan-planetary metric for valuing and prioritizing natural resources and managing their international exchange. This method for measuring the worth of living things provides a framework for implementing the triple mandate of the CDB: (1) the conservation of biological diversity, (2) the sustainable use of biological diversity, and (3) the “equitable sharing” of the benefits of genetic resources (McAFFE, 1999: 133-134).

²⁶ Neoliberalismo é entendido por Harvey (2005) como uma teoria da prática político-econômica cujo propósito passa por alavancar o bem estar humano através da liberação das habilidades empresariais individuais. Depende de uma estrutura institucional caracterizada por direitos de propriedade rígidos, livre mercado e livre comércio, processos que levam à privatizações, redução da intervenção econômica estatal, e a expansão das avaliações de mercado a domínios que anteriormente não eram afetados pelo comércio. No entanto, como demonstram McCarthy e Prudham (2004:277), “o neoliberalismo é também um projeto ambiental, e é assim necessariamente”. Para estes autores, as ideias de *laissez-faire* com referências em Malthus, Adam Smith e David Ricardo estão ligadas diretamente com a noção de estado administrativo como regulador ambiental, evidenciando o movimento dual previsto por Polanyi (2000) de impulso e resistência do mercado ao controle da natureza (McCARTHY & PRUDHAM, 2004).

Com isso, tem-se a inclusão da natureza em sua forma imaterial no seio da expansão capitalista, legitimando e acelerando a extensão das relações de mercado em ambientes diversos e complexos socioecologicamente, e possivelmente alterando as dinâmicas materiais e culturais de distintas sociedades. Através de três formas de poder, o discursivo, o institucional e o econômico, o paradigma calcado no neoliberalismo econômico busca, portanto, regular a os fluxos de recursos internacionais para lidar com a crise ambiental. Como demonstra McAffe (1999) em seu artigo, o poder discursivo do paradigma oriundo da concepção de Desenvolvimento Sustentável, aliado ao poder institucional do Banco Mundial e de instituições ambientais multilaterais, assim como ao poder econômico dos países capitalistas avançados e corporações transnacionais refletem na aplicação de modelos de políticas ambientais estreitamente relacionadas à criação de mercados e à uma lógica utilitária perante às relações sicionaturais. Essa lógica, por sua vez, demonstra a estreita vinculação do projeto moderno que enxerga a natureza enquanto recurso e objeto de disputa de conhecimentos (PORTO-GONÇALVES, 2013; BRAUN & WAINWRIGHT, 2001).

Esse esquema de poder funciona da seguinte forma: o poder institucional do Banco Mundial permite a criação e a imposição de mecanismos econômicos-ecológicos padrões aliados a replicações burocráticas de si mesmo no interior de Estados do Sul, cujo objetivo é implementar as condições políticas impostas pelo Banco. O poder institucional do Banco emana de seu poder econômico de empréstimo e caminha paralelo ao poder econômico de Estados capitalistas avançados e firmas financeiras privadas transnacionais. Em conjunto, essas formas de poder favorecem e reforçam o poder discursivo do Banco para construção da natureza mercantilizada enquanto componente do mercado financeiro global (McAFFE, 1999). A natureza se transforma em recurso “global”, alijada do tempo e do espaço ao qual está inserida. Cria-se uma natureza deslocada, removida e dissociada de seu contexto social e histórico, de suas práticas de significação, aproximando o local das decisões tomadas em escala global (HAEBAERT, 2007).

Ademais, essa natureza global, ao estimular a compra e venda de suas funções benéficas aos seres humanos, reflete um poder de compra cujos principais favorecidos são as elites econômicas, pois as mesmas refletem as inequidades estruturais e as desarticulações entre economias industrializadas e economias baseadas em produtos primários (*commodities*), e entre economias de mercado e de subsistência no interior da mesma região (MaCAFFE,

1999), confirmando a noção de geometrias do poder da compressão espaço temporal (MASSEY, 1993; 2008).

Seguindo com a análise de McAffe, o desenvolvimentismo verde busca racionalizar as práticas agrícolas e industriais e contabilizar o custo para limitar os danos ecológicos e redução de lixo, de modo que isso não impeça o contínuo crescimento da economia mundial. Busca então socializar os custos da poluição e da degradação de recursos naturais através da implementação de mecanismos econômicos de taxaço, subsídios e financiamentos, procurando manter uma separação entre a problemática ambiental e questões políticas mais amplas, preferindo apostar em soluções tecnológicas e baseadas cientificamente do que na promoção de mudanças sócio estruturais, reforçando as injustiças ambientais em uma escala global (McAFFE, 1999).

(...) green developmentalism bases the valuation of ecological assets on their potential international marketability, systematically, understimating the values of nature to people whose purchasing power in the global supermarket is small or nil. Measuring the value of a country's biological resources on the basis of their marketability, or in terms of the market costs of replacing them, is the environmentalist equivalent of measuring progress toward development strictly in terms of gross domestic product, neglecting the effects of the distribution of that product and ignoring the non-monetized goods, activities, and relationships that contribute to well-being and to the physical and social reproduction of life (McAFFE, 1999:148-149).

Essas iniciativas que colocam os SA na agenda política internacional foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento paralelo de análises de custo benefício endereçadas a problemas ambientais de grande escala, caso das mudanças climáticas e perda da biodiversidade, bem como a criação de mercados para mercadorias ambientais e os próprios esquemas de PSA (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Esses mecanismos foram implementados a partir de duas soluções econômicas principais: a solução Pigoviana e a solução Coaseana. A primeira tem por princípio que a intervenção pública tem um papel principal na correção das "falhas de mercado" por meio de taxas estatais e subsídios, enquanto na segunda a correção das falhas de mercado está endereçada através de transações privadas, geralmente em mercados, nos quais os ecossistemas podem ser vendidos e

comprados livremente – em teoria. Suas ações eram justificadas a partir dos mecanismos de mercado de serviços de ecossistemas, vinculado ao princípio do “poluidor-pagador” e ao pagamento de serviços ecossistêmicos, vinculado ao princípio do “proprietário-ganhador” (Ibid, 2011).

O princípio do “poluidor-pagador” está calcado sobre a ética da responsabilidade, no qual os agentes econômicos que causem danos ambientais devem ser responsabilizados economicamente pelos custos das externalidades negativas geradas. Com os PSA, as externalidades positivas são valoradas para privilegiar o princípio do “proprietário-ganhador” que mantém ou protege os serviços beneficiados comunitários (Ibid, 2011).

Aqui cabe uma pequena reflexão acerca da propagação da solução Coaseana entre os principais adeptos da valoração de SA. Há claramente uma mudança na ideologia neoliberal ao considerar a intervenção estatal na economia de mercado. É a diferença que McAfee (1999) propõe de sua ideia de desenvolvimentismo verde para a concepção clássica neoliberal. Resgatando Polanyi (2000), porém, veremos que o dinheiro enquanto linguagem universal para intercâmbios, do mercado enquanto único poder organizacional da esfera econômica, e dos preços assegurando as ordens de produção e distribuição da mercadoria, preços esses que estão vinculados à escassez de oferta e ao conhecimento especializado das funções ecossistêmicas. Optou-se, portanto, por interpretar a mudança de uma característica neoliberal identificada por Polanyi da economia de mercado como uma forma de superação do próprio capitalismo para incorporação de novas mercadorias e, conseqüentemente, criação de novos mercados.

Com isso, tem-se ao longo de três décadas um vertiginoso crescimento do número de funções ecossistêmicas que passam a ser caracterizadas enquanto serviços, que posteriormente são valoradas em termos monetários e, em menor grau, incorporadas à mercados e mecanismos de pagamento. Gómez-Baggethun et. al. (2010) revelam que à medida que a noção de SA passa a se tornar dominante na arena política internacional, há uma modificação da aplicação do conceito divergindo significativamente do propósito original. Antes o que foi concebido como um conceito pedagógico, baseado na intenção de conscientização pública da conservação da biodiversidade, passa-se a uma ênfase de como ganhar dinheiro com a criação de SA vistos como mercadorias a serem comercializadas em potenciais mercados.

O artigo de Gómez-Baggethun et. al. (2010) busca traçar um histórico do surgimento da noção de SA na teoria econômica a partir do exame das noções de capital natural e serviços ambientais a partir do período econômico clássico até chegar ao atual campo de pesquisas em serviços ecossistêmicos, abordando principalmente os marcos críticos e as mudanças de padrões à longo prazo (Quadro 1).

Período	Escola Econômica	Conceito de Natureza	Relação valor-ambiente
Século XIX	Economia Clássica	Terra enquanto fator de geração de produção de aluguel (renda)	Teoria do valor-trabalho (troca). Benefícios da natureza como valores de uso
Século XX	Economia Neoclássica	Terra removida da função produtiva	Terras substituíveis/produzíveis pelo capital, e assim passível de monetarização
1960 em diante	Economia Ambiental e de Recursos Economia Ecológica	Capital Natural substituível por capital manufaturado. Capital natural complementa o capital manufaturado	Benefícios da natureza como serviços monetarizáveis e permutáveis. Controvérsias sobre monetarização e mercantilização de benefícios da natureza.

Quadro 1: Sistematização da intersecção entre Economia e Ecologia. Adaptado de GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010

Para a economia clássica do século XIX, os recursos naturais merecem tratamento analítico distinto devido à sua característica de prover serviços de graça. Trabalho (e posteriormente o Capital) difere(m) da Terra, que permanece um fator separado na função produtiva. Com isso, o capital natural é entendido enquanto Terra, de modo que por sua característica gratuita, não apropriável, considera-se que somente tenha valor de uso, nunca valor de troca. Para Marx (2006), o valor emergiria da combinação entre o trabalho e a natureza, processo que chamou de metabolismo. Somente o trabalho teria capacidade de produzir valor de troca.

Com a Revolução Industrial, ocorrem mudanças críticas no pensamento econômico neoclássico. Inicia-se com a passagem lenta do foco principal da produção na Terra e Trabalho para Trabalho e Capital, na mudança da análise física para monetária e, por último, mas provavelmente a mais importante, o movimento do foco em valores de uso para valores

de troca (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010). Essa mudança de paradigma é caracterizada pelos autores (Ibid, 2010) como definidor do tratamento analítico que a natureza passaria a ter na ciência econômica, ou seja, a natureza passaria a ser enxergada a partir de seus valores de troca e a teorização econômica sobre substituibilidade dos recursos naturais com capital de origem humana.

A partir dessa passagem para a Economia Neoclássica, “gradualmente as análises se restringiram à esfera dos valores de troca” (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010: 1211), discurso que enfatiza os direitos de propriedade privada e corporativa, além da supremacia do mercado na determinação dos usos dos recursos produtivos e na distribuição do que é produzido, “equacionando os valores das coisas com seus valores de troca” (McAFFE, 2012:108). Desse modo, foi apenas uma questão de tempo para que as análises monetárias extrapolassem os limites dos mercados destinando suas atenções para as chamadas externalidades econômicas. A escassez física é então tomada como escassez de capital, que passa a ser expressa em unidades monetárias homogêneas, isto é, em dinheiro.

Chega-se então à fase mais atual do conservacionismo moderno, com a criação de subdisciplinas no interior da ciência econômica, que por sua vez serão expoentes de distintas formas de visualização e mensuração dos serviços ambientais. Como veremos a seguir, Economia Ambiental e Economia Ecológica²⁷ travam uma disputa de conhecimentos especializados que terão reverberações diretamente associadas à constituição e consolidação de SA específicos, bem como suas valorações e suas inserções (ou não) em mercados de *commodities*. Mais recentemente, pode-se falar até em “economia dos ecossistemas” (ANDRADE & ROMEIRO, 2009), cuja finalidade é estudar as relações entre ecossistemas, os serviços por eles prestados e suas relações com o bem estar humano.

Para a vertente denominada Economia Ambiental, é possível alargar o âmbito da análise da economia neoclássica ortodoxa através do desenvolvimento de métodos para valorizar e interiorizar impactos econômicos sobre o meio ambiente na tomada de decisões, por exemplo, através da análise estendida de custo-benefício. Sendo assim, Serviços Ecossistêmicos não

²⁷ A Economia Ambiental difere-se bastante da Economia ecológica. A primeira possui suas bases na economia neoclássica, que pressupõem a eficiência alocativa do mercado e possibilidades de mudança tecnológica. Ela somente considera a primeira lei da termodinâmica – lei da conservação de energia. Já a Economia Ecológica está apoiada na física mecânica, sobretudo, na 2ª Lei da Termodinâmica, a entropia. Ela busca transcender a ciência econômica e construir um entendimento dos processos físicos e biológicos que permitam compreender melhor os limites da sustentabilidade (LOYOLA, 1997)

comercializados são vistos como externalidades positivas que, se valorados em termos monetários, podem ser incorporados mais explicitamente nas tomadas de decisão econômicas (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010). Essa vertente situa-se no âmbito do que Escobar (2002) chamou de formas pós-modernas de capital ecológico, pois através da normalização da natureza, procura satisfazer a internalização das condições de produção que transformam a natureza em fonte de valor.

Já a vertente conhecida como Economia Ecológica desafia alguns dos pressupostos da Economia Clássica e conceitua o sistema econômico como um subsistema aberto da ecossfera²⁸ em constante troca de energia, materiais e fluxos de resíduos com sistemas sociais e ecológicos com os quais co-evolui (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010). O foco na orientação para eficiência de mercado na Economia Neoclássica é expandido para questões de equidade e escala em relação aos limites biofísicos e para o desenvolvimento de métodos para contabilizar os custos físicos e sociais envolvidos no desempenho econômico a partir da utilização de contas monetárias juntamente com biofísicas e outras línguas de valorização não monetária.

Dessas duas vertentes podem-se retirar duas grandes controvérsias. A primeira é o embate que ficou conhecido como sustentabilidade forte *versus* sustentabilidade fraca, no qual a substituíbilidade do capital natural elaborado pela Economia Ambiental é contraposto pelo capital natural e manufaturado em relação à complementaridade, e não da substituíbilidade, promovido pela Economia Ecológica. (Ibid, 2010). Segundo a Economia Ecológica, o crescimento econômico estável é altamente questionável, já que o capital não pode ser reproduzido sem a entrada de recursos naturais.

Já a segunda controvérsia está ligada diretamente à valoração dos SA, no qual a Economia Ecológica oferece um embasamento teórico a partir de uma postura crítica da análise de custo benefício, enfocando na incomensurabilidade monetária de linguagens as quais considera conflitantes. Nesse sentido, as ferramentas de tomada de decisão em matéria ambiental que de alguma forma reduzam os valores dos SA em uma única medida, geralmente monetária, é vista de forma crítica, preferindo-se adotar métodos que envolvam processos de

²⁸ Ecosfera ou biosfera trata-se de um sistema ecológico maior e mais próximo à autossuficiência, incluindo todos os organismos vivos do da Terra em interação com o ambiente físico como um todo, “de tal forma que se mantém um sistema intermédio de estado constante no fluxo de energia entre a grande entrada de energia solar e o sorvedouro térmico que o espaço constitui” (ODUM, 2004, 6).

decisão deliberativos e de multi critérios (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010). Enquanto a Economia Ambiental procura inserir os SA em modelos de mercados, com uma ênfase na eficiência, a Economia Ecológica busca que as instituições econômicas se adaptem frente às características físicas dos ecossistemas, priorizando a sustentabilidade ecológica e a distribuição justa baseada em uma perspectiva interdisciplinar (ENGEL et. al. 2008; MURADIAN et. al., 2010; FARLEY & CONSTANZA, 2010; TACCONI, 2012).

A partir de uma análise em perspectiva histórica, Gómez-Baggethun et. al. (2010) revelam que, paralelamente à identificação das funções dos ecossistemas em termos de serviços (normalização da natureza), tem-se o processo de mercantilização do funcionamento dos ecossistemas (internalização das condições de produção), o qual abrange três etapas principais: a primeira visa enquadrar uma função ecológica como um serviço; a segunda busca atribuir a esse serviço um valor de troca único; e a terceira busca conectar fornecedores e usuários desses serviços em um mercado de câmbio. Embora não reconhecidos pelos autores, esses processos estão circunscritos nos processos de Híbridização e Purificação descritos por Latour (2009), pois tratam tanto da formação de redes quanto da separação das redes em domínios distintos de cultura e natureza.

Seguindo essa linha de raciocínio, o primeiro estágio dessa perspectiva histórica se dá pela estruturação utilitarista das funções ecológicas, cujo interesse fora ser concebido para funcionar principalmente como uma ferramenta de comunicação, uma “metáfora de mercado” que reflita as dependências sociais dos ecossistemas (NORGAARD, 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). O segundo estágio passa pelo desenvolvimento de técnicas de valoração, apropriando-se de processos ecológicos para traduzi-los em termos econômicos, cujo empenho era justificado pela vontade de demonstrar a importância econômica da natureza e os custos relativos da dependência humana com a perda da biodiversidade e, com isso, auxiliar as tomadas de decisões envolvendo questões ambientais que demonstram a tendência apontada por LEFF et. al., (2002) de aplicação de mecanismos econômicos na gestão ambiental. Já o terceiro estágio desse processo de mercantilização refere-se aos esforços de inserção dos SA em mercados reais através do planejamento e implementação de estruturas institucionais para a apropriação e intercâmbio desses SA, tornando-se assim um paradigma de pensamento acerca desenvolvimento e natureza cujo intuito explícito é o planejamento de programas de gestão ambiental (GÓMEZ-

BAGGETHUN et. al., 2010; NORGAARD, 2010). Como escreveu Polanyi (2000), mercadorias fictícias criam mercados reais.

Coincidindo com o momento forte do neoliberalismo no mercado econômico mundial, os principais fomentadores do discurso de mercados de SA buscaram no teorema de Coase²⁹ as bases teóricas de apropriação de SA intangíveis. Partindo da argumentação da necessidade de se estabelecer direitos de propriedade bem definidos (e geralmente privados), busca-se estabelecer regulações de mercado eficientes em matéria ambiental (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010; TACCONI, 2012), conjugando o espaço-poder do território político com o território econômico, capazes de denotar marcadamente a natureza enquanto fonte de recursos ao mesmo tempo em que reforça o controle do território (HAESBAERT, 2007).

Com a criação de estruturas institucionais de regulação, o ciclo da mercantilização se completa, e abrem-se as portas dos mercados para comercialização de bens e serviços ambientais. Para Norgaard (2010:1225), “a mudança em direção ao pensamento de ecossistemas como tendo serviços e de conservação por meio de pagamentos por serviços ambientais aumentou a dominância da fé nos mercados nesse período, com pouca orientação pública e uma regulação enfraquecida”, demonstrando a necessidade, para seguir esse caminho, de estimular novas formas de conhecimento, de aprendizagem e de gestão que envolvam a coletividade, a participação e o discurso.

A noção mais dominante de SA é oriunda da Economia Ambiental e se deu através da divulgação de material por meio de publicações patrocinadas por grandes instituições financeiras internacionais. Autores ligados ao Banco Mundial, como Engel et. al. (2008) e Wunder (2006), são os principais responsáveis pela apropriação do conceito de Serviços Ambientais em consonância com a sua valoração monetária e incorporação em mercados. Essa perspectiva se escora nas pesquisas em Ecologia que buscam identificar o uso sustentável das funções ecossistêmicas, os chamados Serviços para Produtores apontados por Polanyi (2000). Este autor, por sua vez, não foi capaz de predizer os efeitos e as aplicações, tanto gerais quanto específicas, das diversas interações e processos que ocorrem intra e inter

²⁹ A chamada Análise Coaseana é utilizada para representar a lógica dos PSA enquanto mecanismos de tradução de valores não mercantis da natureza em incentivos econômicos reais, enfatizando a eficiência econômica, as vantagens de transação em mercados transparentes, os direitos de propriedade bem definidos e a ausência de intermediários (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al. 2010). Para Muradian et. al. (2010), a abordagem Coaseana é a solução para as falhas de mercado para o baixo suprimento desses serviços, cujo objetivo é atingir níveis sociais ótimos de externalidades ambientais.

ecossistemas, já que a literatura ecológica não se encaixa nos padrões de serviços ambientais para o bem-estar humano (VATN, 2000; NORGAARD, 2010).

Essa base ecológica, além de incipiente, interage com fenômenos sociais e ecológicos em múltiplas escalas em diferentes horizontes temporais. Nas propostas políticas, a base ecológica deve estar em consonância com as escalas e os tempos das instituições responsáveis. Nota-se, portanto, que se tratam, de maneira geral, de uma estratégia de valoração pragmática e transitória em busca por soluções políticas de curto-prazo em uma linguagem que comunica o valor da biodiversidade de um modo a refletir o pensamento hegemônico político e economicamente (VATN, 2000; GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011).

De um lado, ecologistas e pesquisadores da área de ciências naturais são compelidos a enfocar seus estudos em estruturas de fluxo de estoque para promover os serviços ambientais, enquanto os cientistas sociais veem com cautela a estruturação da sociedade enquanto indivíduos ligados através de mercados (NORGAARD, 2010). O local é subsumido no contexto geral de formas de categorizar a natureza. A aplicação de um dado de determinado ecossistema é geralmente traduzido em termos de outro ecossistema geograficamente distinto, gerando distorções tanto do entendimento do serviço provido, quanto da interação de elementos próprios ao ecossistema e da relação com a sociedade com o qual está vinculado. Ao passo que ocorre a transformação física da natureza através desses processos vinculados à colonialidade do poder e à colonialidade do saber (QUIJANO, 2005), aquela é fragmentada em parcelas mais ou menos homogêneas para sua comercialização (BECKER, 2008).

Seguindo essa lógica, o próprio ramo da Ecologia fica inerentemente atrelado à dominância do pensamento econômico em termos de mercados e de como essa dominância afeta às necessidades expressas em termos de serviços para o bem-estar humano. Ora, esse viés, como coloca Norgaard (2010:1222), pode levar a “formas dominantes de pensamento em ecologia que podem substancialmente reduzir os entendimentos públicos e científicos das verdadeiras complexidades dos ecossistemas”, bem como demonstrar o controle da dimensão simbólica através da ciência e da técnica no papel da natureza dominada (SANTOS, 2008; LEFF et. al., 2002), auxiliando a formulação de políticas que detém o poder da Verdade e é imposta na maioria das vezes de uma forma autoritária (BAIKIE, 2001).

Para Gómez-Baggethun e Ruiz Pérez (2011), seguindo a linha de raciocínio proposta por Polanyi (2000), o apoio de cientistas naturais pela valoração enquanto uma ferramenta transitória de curto prazo geralmente recai na desconsideração de que esse movimento pode levar a uma expansão do domínio do valor econômico em economias de mercado, incentivando processos econômicos e sociopolíticos mais amplos. Afinal, será que os cientistas que promoveram o conceito de SA nas décadas de 1970 e 1980 acharam que este iria permanecer somente no plano da conscientização social? Consequências não intencionais certamente adviriam de forma potencialmente contra produtivas a partir dos processos de valoração da natureza, a começar pela sua inserção no ambiente institucional responsável pela gestão de políticas ambientais cada vez mais dependente de instrumentos de mercado para promoção de modelos de conservação (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011).

Prosseguem os autores com o fortalecimento dessa ligação entre a gestão ambiental promovida pelo desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico, uma abordagem que reflete a posição ontológica dominante das culturas do Ocidente que concebem o homem separado do ambiente e a conservação da natureza enquanto uma concessão advinda do desenvolvimento econômico (Ibid, 2011), reforçando formas de representação da relação natureza/sociedade. Esse alinhamento, portanto, responde à mudança da noção de que o desenvolvimento econômico é rival da conservação da natureza para uma lógica no qual a conservação serve ao desenvolvimento econômico.

Seguindo os preceitos dessa racionalidade neoliberal (HARVEY, 2005), aliada e com um domínio teórico metodológico provido pela Economia Ambiental que diverge de seus antecedentes neoclássicos devido ao apoio de formas particulares de intervenção econômica por instituições estatais e supra-estatais (McAFFE, 2012), a Costa Rica foi o primeiro país a adotar sistemas de PSA em escala nacional, inicialmente oferecendo U\$45 (dólares) por hectare aos proprietários que aderiram as condições do sistema (PAGIOLA, 2008; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Mais recentemente, outros mecanismos econômicos foram acrescentados ao rol de estratégias de “desenvolvimento verde”, oriundos de acordos em conferências capitaneadas pela ONU. São os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL –, resultado das discussões do chamado Protocolo de Kyoto, e o mecanismo de

Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, conhecido por REDD e os subsequentes REDD+ e REDD++³⁰.

Desde meados do século XXI, o elemento natural valorado com maior aceitação é o ar, mais especificamente o monóxido de carbono, que inclusive possui a sua cotação nas bolsas de valores internacionais. Diferentemente dos outros elementos, o ar possui uma quantificação mais precisa, sendo a tonelada de carbono a medida utilizada nas transações comerciais. O famigerado monóxido de carbono virou o grande vilão da crise ambiental contemporânea, sendo taxado como o principal responsável pelo aumento médio da temperatura global. Nesse contexto, a vegetação surge como o principal responsável pelo “resgate” desse gás na atmosfera.

A proteção dos ecossistemas florestais aliada ao rígido controle das emissões de carbono são as principais medidas para salvar o planeta da crise ambiental na qual ele se encontra. O termo “crédito de carbono” evidencia em que bases éticas estão calcadas as políticas ambientais da ‘economia verde’. Trata-se do processo mais acelerado de mercantilização de SA da chamada neoliberalização da natureza (CASTREE, 2006; McAFFE, 2012). Com isso, consonante à compra desses créditos, está o suporte à abertura de mercados para os países em desenvolvimento, com os atrativos da remoção de barreiras aos fluxos de capital e de restrições à empréstimos e financiamentos (McAFFE, 2012).

Os MDL estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto são tidos como a primeira estrutura para um mercado internacional de créditos para emissões de gases de efeito estufa. Seu propósito é permitir a poluidores compensar uma parte de suas emissões na atmosfera pela compra de créditos em projetos de mitigação do aquecimento global em países em desenvolvimento. Todavia, os MDL não estão ligados a nenhuma estratégia coerente de redução de gases de efeito estufa (McAFFE, 2012).

No interior dessa lógica de “desenvolvimento verde” ou “ambientalismo de mercado”, a gestão ambiental objetiva conciliar o crescimento econômico, eficiência alocativa e conservação da natureza. Seus processos se dão através do estabelecimento de um sistema de direitos de propriedade bem definido e geralmente privado para SA tidos como bem público,

³⁰ REDD trata de valorar os diversos ecossistemas florestais em termos de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal em países em desenvolvimento. REDD+ é o mesmo que REDD, acrescentado o papel da conservação relativo ao manejo sustentável de florestas e ao aumento do estoque de carbono em florestas nos países em desenvolvimento. Já o REDD++ inclui a agricultura, definindo práticas agrícolas que contribuam com a diminuição do desmatamento (ONU-REDD).

valoração das externalidades ambientais e o uso de mecanismos de mercado para conservação (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Consonante a essa lógica, estão as Organizações Não Governamentais (ONG's) transnacionais como União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), o World Wildlife Fund (WWF), a Conservação Internacional (CI), The Nature Conservancy (TNC), entre outras, as quais têm em suas principais estratégias de conservação a valoração ecossistêmica e mercantilização da natureza (McAFFE, 2012).

The concept of commodification refers to the expansion of market trade to previously non-marketed areas. It involves the conceptual and operational treatment of goods and services as objects meant for trading. It describes a modification of relationships, formerly unaffected by commerce, into commercial relationships. Commodification of ecosystem services thus refers to the inclusion of new ecosystem functions into pricing systems and market relations (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011:7).

Essa mercantilização da natureza que se dá por meio do estabelecimento de serviços ecossistêmicos ocorre através de quatro estágios fundamentais: 1) através do enquadramento econômico discursivo das funções do ecossistema enquanto fornecedor de serviços, iniciado a partir da interpretação antropocêntrica das funções da natureza e prosseguido com a aplicação do conceito de SA desde o final da década de 1960; 2) a monetarização, cujo processo ocorre quando os valores de uso embutidos nos SA são expressos enquanto valores de troca, monetarizado e/ou precificado; 3) a apropriação dos SA que se dá através da formalização dos direitos de propriedade sobre o SA específico ou das terras que o produzem; e 4) a comercialização dos SA a partir da criação de uma estrutura institucional para sua venda, garantindo assim uma expansão da fronteira mercadológica em áreas anteriormente não mercantis (KOSOY & CORBERA, 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Como veremos à frente, a política de PSA da Costa Rica esteve presente em todas as etapas acima descritas.

Como recordam McAffe e Shapiro (2010), os SA são produzidos atual e continuamente enquanto o ecossistema que produza o serviço permaneça resiliente. Nessa perspectiva, os valores monetários podem ser calculados, ou ao menos estimados, para que os SA possam ser medidos e oferecidos para venda e remuneração, resultando em uma demanda de mercado

gerada a partir das receitas dos beneficiários de SA em direção àqueles que gerenciam a produção de paisagens de SA, sob a justificativa de diminuição da degradação da natureza (Ibid, 2010).

Dentre os problemas da mercantilização da natureza, é possível citar qual seria o conjunto de limites da demarcação da fronteira do mercado quanto aos ecossistemas e aos não humanos, assim como essa mercantilização pode afetar a complexidade de ambientes sicionaturais pela homogeneização de toda essa complexidade em linguagem monetária, transformando um valor simbólico em uma relação objetiva e quantificável (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011; McAFFE, 2012), demonstrando a tensão apontada por Porto-Gonçalves (2006) entre material e simbólico.

Ademais de mascarar a complexidade ecológica e os valores simbólicos dos diversos tipos de naturezas, a mercantilização da natureza está imersa de relações assimétricas de poder (KOSOY & CORBERA, 2010; McAFFE, 1999). Resgatando a ideia de Polanyi (2000), tem-se uma ficção de tratamento ao equiparar as coisas não produzidas pelos seres humanos às produzidas através do trabalho. Sem falar na já mencionada dificuldade da ciência ecológica em determinar características específicas de cada função que sirva à racionalidade econômica enquanto serviço, que demonstra que questões políticas de equidade e justiça devem levar em conta que o acesso a mercadorias é restrito ao poder acumulado pelos indivíduos. Esse processo pode ocasionar em diferentes níveis de acesso ao SA de acordo com a possibilidade de pagamento de cada um, revelando assim dificuldades técnicas de se estabelecer fronteiras em sistemas ecológicos (VATN, 2000; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). Ademais, há necessidade de se levantar os dilemas éticos e estéticos que resultam da utilização da lógica puramente economicista advinda desse esquema de conservação ambiental (VATN, 2010).

No entanto, a simples conceptualização das funções ecossistêmicas enquanto serviços não envolve o processo de mercantilização, a princípio, embora auxilie a pavimentar o caminho que leva à mercantilização. Valoração e mercantilização, como acertadamente colocam Gómez-Baggethun e Ruiz Pérez (2011), não são conceitos equivalentes, pois desde Polanyi (2000) a economia política define mercadoria como qualquer produto produzido para ser vendido em mercados, e mais recentemente simplesmente qualquer objeto destinado à troca (APPADURAI, 1986). A valoração seria, portanto, condição necessária, mas não suficiente para a mercantilização já que enquanto bens e serviços valoráveis, é necessário que

haja possibilidade de alienação para que se tornem mercadorias. Tem-se então a necessidade de criação de uma estrutura institucional que permita a apropriação dos SA enquanto direitos de propriedade e sua posterior colocação à venda no mercado (NORGAARD, 2010).

O primeiro passo, portanto, passa pelo reconhecimento ou pela criação de uma propriedade de direitos comercializável relativa às funções ecossistêmicas (MaCAFFE, 2012). A titulação de terras bem definida é necessária para a criação de mercados e pode atuar como piloto de privatização de sistemas de propriedade comum contando com os direitos consuetudinários. Ademais, baseia-se em uma racionalidade cujo aparato institucional é capaz de modificar padrões de comportamento e motivações para com a natureza, ao induzir lógicas de mercado individualistas em contraponto às motivações estruturadas em valores de reciprocidade, podendo ocasionar inclusive uma alteração da lógica conservacionista, passando de um entendimento ético comunitário para o interesse individual próprio (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010).

Dessa forma, busca uma ação política cujo objetivo é notadamente marcado em curto prazo, demonstrando seu encaixe com a ideologia e as estruturas institucionais dominantes através da formulação de políticas baseadas em mecanismos de mercado cuja posição hegemônica na tomada de decisões leva à um “fetichismo da mercadoria” (KOSOY & CORBERA, 2010). Esse processo incide sobre importantes implicações qualitativas, seja no estabelecimento de um estágio para a percepção das funções ecossistêmicas enquanto valor de troca que podem ser sujeitas à monetarização da vida, seja enquanto resultado controverso do enquadramento econômico de preocupações ambientais com o crescente estabelecimento mercantil de funções dos ecossistemas e da reprodução de lógicas de mercado no campo da conservação da natureza, ou ainda seja pelos processos de valoração e de determinação de valores econômicos que, por serem construídos culturalmente, como tal agem como valores articulando diferentes instituições (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010).

Nesse sentido, os processos de valoração podem agir enquanto veículos de articulação de noções específicas de propriedade e posse, assim como de racionalidades e formas de se relacionar com o ambiente que são específicas de sociedades particulares, podendo contribuir para modificar os sistemas de propriedade aplicado aos ecossistemas, exportando aspectos motivacionais de conservação e determinadas visões de mundo que condicionam a compreensão da relação entre homem e natureza.

Procuramos neste tópico demonstrar os processos nos quais os Serviços Ambientais foram estabelecidos e sua posterior desvirtuação quando da entrada na arena política internacional. Baseado em concepções econômicas oriundas da ideologia neoliberal, o estabelecimento das funções dos ecossistemas em serviços para o bem estar humano pavimentam o caminho para a incorporação da natureza imaterial à dimensão econômico-financeira, se apropriando de territórios e valores-significado da natureza em favor da suposta conservação e do estabelecimento da natureza externa em linguagem monetária.

3.2. Os esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais

Os PSA, da mesma forma que os SA, acabam por se alastrar velozmente, geralmente sem um debate crítico sobre sua inserção na política ambiental já implantada, bem como no debate de políticas de conservação da natureza. Geralmente abordadas sob um prisma economicista, essas políticas são tratadas como uma forma de enquadrar as preocupações ambientais de forma utilitarista a partir da sua inserção em mercados, o que pode ocasionar em uma mudança na forma como os seres humanos percebem e se relacionam com a natureza (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al. 2010).

Seguindo com a análise teórica dos Pagamentos por Serviços Ambientais, faz-se necessário uma melhor aproximação conceitual e metodológica para posteriormente auxiliar no caso específico da Costa Rica. Partindo da definição mais abrangente do *Millenium Ecosystem Assessment – MEA* (2005), os PSA serviriam para garantir o fluxo de serviços derivados do estoque de recursos naturais, reconhecido como importantes elementos para a riqueza global por intermédio dos capitais físico, financeiro, humano e social (KOSOY & CORBERA, 2010). O MEA classifica os Serviços Ambientais em quatro categorias distintas que incluem: serviços de provisão, seja de comida, de água, de madeira ou genéticos; serviços de regulação (do clima, de cheias/secas e tratamento de resíduos), serviços culturais, como recreação e beleza cênica, e serviços de suporte, como formação do solo, polinização e ciclos de nutrientes (MEA, 2005).

Conforme visto anteriormente, o modo como essa temática se relaciona com a literatura de cartilhas de organismos internacionais faz com que a aplicação do conceito base de SA nos diversos esquemas ao redor do mundo seja ao mesmo tempo fixa e ambígua, servindo a diversos contextos políticos (MURADIAN et. al. 2010; KOSOY & CORBERA, 2010). O

mainstream da teoria econômica ambiental é o tratamento dos SA como externalidades econômicas, cuja necessidade passa pela sua internalização nas decisões de cunho econômico. De acordo com alguns defensores dos PSA, este seria um modelo a ser seguido para reversão da degradação ambiental ao mesmo tempo em que diminui a pobreza e estabelece uma nova dinâmica rural-urbana através da transferência de fundos de ‘consumidores’ para provedores desses serviços (PAGIOLA et. al. 2005). Essa construção de cenários “ganha-ganha” (*win-win*) representa parte da atração recente do movimento ecológico e de entidades políticas por esse modelo de política (MURADIAN et. al. 2013).

Para Sánchez-Azofeifa et. al. (2007), os PSA se enquadram em uma nova geração de abordagens conservacionistas, que se diferenciam das abordagens tradicionais em três formas inter-relacionadas: a ênfase em paisagens dominadas por usos humanos, o foco em Serviços Ambientais e a utilização de mecanismos financeiros.

No entanto, longe de ser uma unanimidade mesmo entre seus defensores, a noção de que os PSA podem abarcar tanto a conservação da biodiversidade quanto à diminuição da pobreza é vista com desconfiança, por ser potencialmente contraproducente em termos ecológicos (WUNDER, 2005). O autor, um dos grandes expoentes do tema e defensor dos esquemas de PSA, foi possivelmente o primeiro a tentar sistematizar a proposta de intercâmbios das funções da natureza transformadas em serviços, caracterizando os PSA como uma transação voluntária de um SA bem definido, comprada por um comprador se, e somente se, o fornecedor garantir a provisão do serviço determinado (WUNDER, 2005). Todavia, como procuramos demonstrar no tópico anterior, essa caracterização é extremamente problemática, pois não corresponde à realidade de aplicação desses esquemas pelo mundo, excluindo assim uma série de esquemas sobre diferentes princípios, haja vista a dificuldade de se ter SA bem definidos e de garantia em termos de provisão (KOSOY & CORBERA, 2010; MURADIAN et. al. 2010).

Trazendo a contribuição da Economia Ecológica, os PSA seriam então uma "transferência de recursos entre os atores sociais, que visa criar incentivos para alinhar as decisões de uso da terra individual e/ou coletiva com o interesse social na gestão dos recursos naturais" (MURADIAN et. al. 2010:1205), proposta que resolve ao menos parcialmente o poder da eficiência de mercado, fortalecendo a sustentabilidade ecológica e a justa distribuição de recursos no aprofundamento dos interesses sociais (FARLEY & CONSTANZA, 2010).

Nesse ínterim, Kosoy e Corbera (2010) procuram demonstrar como alguns esquemas de PSA funcionam enquanto instrumentos políticos através do qual se faz possível subsidiar a gestão ambiental, enquanto outros são mercados reais dependentes da existência de outras mercadorias. Enquanto inserido dentro da economia neoliberal, os PSA, como qualquer outro mercado monetário, envolvem a definição de um ou vários serviços delimitados para se tornarem mercadoria sujeitas ao comércio, o estabelecimento de uma unidade de troca padrão, isto é, o dinheiro, assim como o estabelecimento de um fluxo de oferta, demanda e intermediação entre os indivíduos que afetam, controlam ou gerenciam a prestação desses serviços e aqueles que estão dispostos a pagar por eles (Ibid, 2010).

Nesse sentido, o processo de mercantilização da natureza passa por necessariamente três estágios: o primeiro envolve o estreitamento da função ecológica ao nível de um serviço ecossistêmico, separando esse ‘serviço’ do ecossistema como um todo; o segundo atribui um valor de troca único para o fornecimento desse serviço e o terceiro une ‘prestadores’ e ‘consumidores’ desses serviços em intercâmbios de mercado reais ou em tipos de mercado (KOSOY & CORBERA, 2010). Ademais, pode-se acrescentar um quarto estágio, que é a formalização de uma estrutura de direitos de propriedade para o estabelecimento de quem é beneficiário e que é provedor do serviço (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011).

Para Kosoy e Corbera (2010), os PSA podem ser identificados como uma espécie de fetichismo da mercadoria, conceito retirado de Marx e trabalhado ao longo dos anos pela Economia Ecológica e pela Ecologia Política, através do qual procuraram demonstrar a existência de múltiplas linguagens de valoração e as desigualdades de poder na construção e implementação tanto da ciência quanto da política ambiental (FORSYTH, 2003). Marx utilizou o termo fetichismo para representar o processo de objetificação dos seres humanos e das relações sociais através da produção de mercadorias levado à cabo pela Revolução Industrial.

A ideia de fetichismo da mercadoria é entendida como uma máscara das relações sociais subjacentes aos processos produtivos (MARX, 2006). Essa crítica é baseada na identificação de três invisibilidades inerentes à mercantilização dos SA, as quais incluem a simplificação da complexidade dos ecossistemas socionaturais, a priorização de um tipo único de valor de troca, e a máscara posta nas relações sociais incorporadas no processo de ‘produção’ e venda de serviços ecossistêmicos (KOSOY & CORBERA, 2010). Essas invisibilidades, por sua vez,

denotam como o ambientalismo de mercado pode ser visto como uma extensão do fetichismo da mercadoria na seara das políticas ambientais.

Mercadorias (*commodities*) são, por definição, um objeto fora de nós, uma coisa que por suas propriedades satisfaz os desejos humanos de um tipo ou de outro. Está dentro do sentimento de satisfação humana que as mercadorias têm valor de uso, isto é, cada coisa tem uma utilidade que cria um valor de uso (MARX, 2006). Ao mesmo tempo, as mercadorias têm um valor de troca, revelado na “(...) relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (Ibid, 2006: 58), que por sua vez demonstra que os preços são relativos na economia monetária. Já o valor representa o tempo de trabalho socialmente necessário subjacente à produção de qualquer mercadoria, determinado, portanto, pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produção de determinada mercadoria, havendo então uma equivalência entre mercadorias individuais produzidas em iguais quantidades de tempo e em similares condições de trabalho (Ibid, 2006).

Outros autores, como Appadurai (1986), definem mercadoria como qualquer objeto projetado para troca. Polanyi (2000) se refere às mercadorias enquanto bens produzidos para venda em mercados de tomadas de preços. Embora possam haver algumas diferenças conceituais entre os autores, fica estabelecido que a mercadoria necessita de pelo menos dois pré-requisitos: necessita ser possuída por alguém e necessita de limites de modo que o direito de propriedade possa ser executado (VATN, 2000; KOSOY & CORBERA, 2010).

Nesse sentido, o caráter fetichista da mercadoria emerge com a passagem dos valores de uso para valores de troca, isto é, quando a produção é voltada ao mercado. De acordo com Kosoy e Corbera (2010), o fetichismo se faz notar por meio de dois processos principais: no intercâmbio de mercadorias no interior dos mercados, ao qual contribui para mascarar as relações sociais de produção e naturalizar as propriedades da(s) mercadoria(s); e na criação da mais-valia, que por sua vez, depende de trabalho e capital (MARX, 2006). Seguindo essa lógica, o lucro seria uma forma de assimetria de poder que o fetichismo de mercadorias se sustenta e se perpetua (KOSOY & CORBERA, 2010).

No entanto, como fazem notar algumas pesquisas antropológicas, “as mercadorias e os presentes, bem como suas diversas conotações relacionais, são categorias fluidas, as quais são mediadas historicamente” (Ibid, 2010). Para Appadurai (1986) e outros cientistas sociais

identificados com a questão da globalização, a troca de mercadorias através de redes globais também incorporam categorias culturais e relações sociopolíticas que definem o mundo globalizado em novas formas, novas territorialidades.

Overall, commodity fetishism remains a powerful concept for the study of commodification process; insofar it reflects the complex trajectories and valences of commodities and the increasing complexity of their provisioning terms of chains, networks or circuits in a globalising world (KOSOY & CORBERA, 2010:1230).

A utilização da categoria fetichismo de mercadoria já é responsável por demonstrar diversas críticas à ideologia do ambientalismo de mercado. Uma delas é a simplificação das relações ecológicas, ou seja, ecossistemas distintos, porém semelhantes, tendem a ser interpretados da mesma maneira. De um lado a aparente estabilidade e sistematicidade das hierarquias e taxonomias ecológicas são utilizadas para dar embasamento aos sistemas de PSA, enquanto de outro os custos científicos para isso são extremamente custosos, incertos e fortemente mediados pelos interesses dos agentes que regulam os mercados (KOSOY & CORBERA, 2010).

Seguindo esse raciocínio, a primeira dimensão dos PSA como fetichismo de mercadoria consiste na discriminação dos serviços ecossistêmicos para o propósito de avaliação monetária, de preços e de câmbio. Esses processos, por sua vez, ocultam a complexidade dos ecossistemas e o estabelecimento de limites no interior dos ecossistemas que são difíceis, se não impossíveis, de mensurar (Ibid, 2010). Essa itemização, conforme Castree (2003) reúne a individualização e a abstração como fases do processo de mercantilização, os quais envolvem colocar limites legais e materiais em torno de fenômenos de modo que possam ser comprados, vendidos e utilizados igualmente por indivíduos, grupos ou instituições 'delimitados'. Dessa forma tem-se a assimilação da especificidade qualitativa de qualquer coisa individualizada transportada para uma homogeneidade qualitativa, abstraindo-se assim as interdependências entre as dimensões espacial e funcional (Ibid, 2003).

Itemisation is thus sustained on scientific expertise which separates ecosystem functions into discrete units of trade, (...), and on managerial principles which define specific land-use management strategies that can potentially enhance the provision of such ecosystem functions (KOSOY & CORBERA, 2010:1231).

Em suma, essa itemização de que falam Castree (2003) e Kosoy e Corbera (2010) resulta da separação das funções biológicas dos ecossistemas, em geral representados por florestas primárias e por florestas plantadas, enxergadas de forma homogênea enquanto suas medidas são computadas através do volume de biomassa ou de modelos que medem as toneladas de dióxido de carbono sequestradas, fazendo com que haja uma preferência econômica pela plantação de florestas do que pela preservação e conservação de florestas nativas.

O caso dos mercados para biodiversidade é ainda mais complexo, devido à caracterização da biodiversidade através de níveis ecológicos, genéticos e taxonômicos (KOSOY & CORBERA, 2010). Essa complexidade faz com que o estabelecimento de limites seja praticamente impossível de definir, o que explica o porquê de grande parte dos PSA vinculados à serviços fornecidos diretamente pela biodiversidade preferiram estabelecer regimes com propósitos de trocas, incluindo áreas protegidas, direitos de acesso à bioprospecção, produtos “sustentáveis” entre outros (LANDELL-MILLS & PORRAS, 2002). Essa forma de reducionismo falha em reconhecer a biocomplexidade presente nas propriedades ecossistêmicas, as quais “emergem da ação recíproca das interações comportamentais, biológicas, físicas e sociais que afetam, sustentam ou são modificadas por organismos vivos, incluindo os seres humanos” (KOSOY & CORBERA, 2010:1232).

Outro fator preponderante da dimensão dos PSA enquanto fetichismo de mercadoria é o estabelecimento de um valor de troca único em forma de valor monetário e precificação do serviço ecossistêmico. Esse fator é relevante devido à invisibilidade que proporciona às relações Homem-Natureza a partir da imposição de uma linguagem de valoração única (KOSOY & CORBERA, 2010), podendo ocasionar no fortalecimento de formas hegemônicas de experiências socionaturais, muito em parte porque a linguagem monetária dominante pode levar a mudanças comportamentais na forma de se relacionar com a natureza, bem como mudanças produtivas no uso do solo.

O terceiro fator levantado que relaciona os PSA com o fetichismo de mercado trata da invisibilização das assimetrias institucionais por meio da formação de preços e da fixação de direitos de propriedade, evidenciando as desigualdades de acesso ao serviço provido. O estabelecimento de preços não segue limites quantitativos ou qualitativos estritos, mas são socialmente construídos e refletem a intensidade das preferências sociais em relação a eles (KOSOY & CORBERA, 2010). Esse aspecto é particularmente perigoso em sociedades que dependem fisicamente do ambiente para seu sustento, pois como atesta Vatn (2010), nos locais onde novos regimes de propriedade são instituídos existe um risco inerente de que estes direitos são definidos por aqueles detentores de poder econômico e social, favorecendo a legitimação de uma ordem social particular.

(...) PES represent a symptom and a consequence of commodity fetishism in the context of market-based environmental governance. This fetishistic character of PES takes a three-dimensional form that has implications on the way nature is perceived, human–nature interactions are constructed (through monetary values) and how unequal social relations are reproduced. PES disregard ecosystems complexity in order to facilitate market transactions based on a single exchange-value, thus imposing a trend towards monetary, market-driven conservation. The monetary valuation of ecosystem services fails to account for value in a broader sense (beyond monetary value) and obliterates other social and ecological qualities embedded in these services and which are perceived by those who benefit from ecosystem services at different scales. PES also create power asymmetries across those involved in market development through price formation mechanisms, which do not account for the actual availability of ecosystem services over time, locally or globally, and the attribution of property rights. When ecosystem services are commodified, they become the basis for new socio-economic hierarchies, characterised by the re-positioning of existing social actors, the emergence of others and, very likely, the reproduction of unequal power relations in access to wealth and environmental resources (KOSOY & CORBERA, 2010:1234).

Partindo de uma perspectiva crítica, apoiada no diálogo interdisciplinar que demonstra a formação e os anseios que constituem o projeto da Constituição Moderna, aliado aos apelos crescentes de inserção de mecanismos econômicos neoliberais em um processo de fragmentação de uma natureza a-histórica, os PSA adquirem extrema atenção, não apenas acadêmica, mas, sobretudo política. Como visto no primeiro capítulo, a natureza é uma

categoria construída socialmente, de modo que a implementação de qualquer política de cunho ambiental deve levar em consideração a relação de distintas comunidades e indivíduos com a natureza, uma mediação de naturezas-culturas inseridas nas disputas de poder que em geral satisfazem o lado político-econômico da disputa, relegando os domínios socioculturais a escolha de métodos e técnicas científicos para intermediar a relação homem-natureza.

O caso do sistema nacional de PSA implementado no México e analisado por McAffe e Shapiro (2010) demonstrou que, embora difícil, a luta popular em torno de outra mediação que não a baseada em mecanismos de mercado é possível. O programa mexicano, enquanto um híbrido de mecanismos de mercado, regulações estatais e subsídios, passou a apresentar uma conceptualização divergente do modelo de eficiência de mercado exportado pelo Banco Mundial, expondo o discurso ambiental baseado na ideologia econômica neoliberal, cujo alicerce está no anteriormente questionado binarismo sociedade-natureza (McAFFE & SHAPIRO, 2010). Tendo o Banco e outros fomentadores da política neoliberal se deparado com a união do movimento camponês e ativistas sociais, que expuseram um lado não economicista da relação natureza-sociedade, a proposta do Estado mexicano passou a ser influenciada tanto pelo neoliberalismo quanto pelas preocupações com a soberania nacional sobre recursos, a tradição do paternalismo populista dos cidadãos do meio rural, assim como a vulnerabilidade econômica no contexto da polarização econômica e sua relação com o declínio da agricultura camponesa. O resultado foi uma combinação de medidas tipo mercado, supervisão estatal, planejamento comunitário e redução da pobreza, demonstrando que uma única receita para implementação de sistemas de PSA é altamente contestável (Ibid, 2010).

Continuing state intervention in the rural economy, persistence of peasant production and communal ownership, especially of forested land, and the growing ability of social movements to conter neoliberal discourse set the stage for contestation of the initial market orientation of the national PES program (McAFFE & SHAPIRO, 2010).

Além disso, vale lembrar que existe uma diferença entre bens ecossistêmicos e serviços ecossistêmicos. Os primeiros se referem a recursos de fluxo de estoque enquanto o segundo se trata de recursos de serviços de reserva (FARLEY & CONSTANZA, 2010). Essa diferenciação, baseada na obra do economista romeno Georgescu-Roegen, é importante tendo

em vista o ensejo de não interpretar erroneamente o processo de mercantilização da natureza. Nesse sentido, os serviços prestados pela natureza não são integrados fisicamente aos produtos, mas são importantes não apenas para a produção e para o consumo, mas para a própria manutenção da vida. São, portanto, insubstituíveis, além de não serem passíveis à precificação. Tendo isso em vista, percebe-se que avaliações de sustentabilidade ambiental devem estar baseadas muito mais nos limites e impactos biofísicos do que em indicadores monetários (FARLEY & CONSTANZA, 2010; TACCONI, 2012).

Os autores explicam que os bens ecossistêmicos têm um tipo de fluxo que se dá por taxa de transferência, no qual o fluxo físico de matérias-primas e energia armazenada na natureza é transformada em produtos econômicos para, em seguida, voltar à natureza enquanto resíduos desordenados. Esse processo envolve a transformação física no ato de produção e a possibilidade de estocagem quando as entradas excedem as saídas. Desse modo, “podemos pensar os recursos de fluxo de estoque da natureza podem ser vistos como bens ecossistêmicos ou estrutura ecossistêmica” (FARLEY & CONSTANZA, 2010:2062).

Já os serviços ecossistêmicos são equivalentes a serviços de fundo, pois diferem dos bens ecossistêmicos devido a diferentes características físicas fundamentais. Possuem um tipo particular de fluxo, gerado por uma configuração particular de recursos de fluxo de estoque, conformando particularmente um ecossistema enquanto recursos de fluxo de estoque que proveem um fluxo de serviços. Estes serviços estão disponíveis em uma taxa dada ao longo do tempo, não podendo ser utilizado na velocidade da economia financeira ou dos bens ecossistêmicos, já que não há transformação física ao gerar o serviço nem a possibilidade de estocagem (Ibid, 2010).

Com esse aporte, busca-se um maior aprofundamento na questão da mercantilização da natureza propiciada pelos PSA de um modo geral, haja vista que a maioria dos esquemas de PSA atuais paga por usos da terra associados com a geração de serviço, estando associados assim a fundos de serviço. Da mesma forma, essa diferenciação revela os limites físicos do provisionamento de serviços, demonstrando que não se trata do fornecimento de bens ambientais, mas da capacidade estrutural do ecossistema em reproduzir a si mesmo. A partir daí o foco passa então às características físicas dos serviços de fundo, e não aos julgamentos por valores humanos, diminuindo assim o grau de subjetividade no estabelecimento de sistemas complexos e distinguindo a natureza dual dos recursos naturais que a economia neoliberal insiste em converter a estrutura ecossistêmica em fluxos de estoque (FARLEY &

CONSTANZA, 2010). Conciliando essa perspectiva com as diferenças entre Economia Ambiental e Economia Ecológica sistematizada por Gómez-Baggethun et al. (2010), atesta-se novamente os limites da substituíbilidade do capital natural, tendo em vista que recursos de fluxo de estoque e fundos de serviço são tipicamente complementares (FARLEY & CONSTANZA, 2010).

3.3. A política nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais na Costa Rica

Após todo esse aporte teórico, é chegada a hora de apresentar o sistema de PSA implementado nacionalmente pela Costa Rica. Iniciado no ano de 1997, fora instaurado no ano anterior pela *Ley Forestal n° 7575*, explicitamente reconhecendo quatro serviços ambientais providos pelos ecossistemas florestais que incidem diretamente na proteção no melhoramento do meio ambiente. São: (i) mitigação por emissão de gases de efeito estufa; (ii) serviços hidrológicos, como consumo de água potável, irrigação e produção de energia; (iii) conservação e uso sustentável, científico, farmacêutico e genético da biodiversidade; e (iv) provisão de paisagens de extrema beleza cênica para recreação e ecoturismo (*Ley 7575*, 1996; PAGIOLA, 2008). A partir do reconhecimento dos Serviços Ambientais em nível nacional estabelecido pela Lei, criou-se então uma estrutura administrativa para gerenciar os recursos financeiros a serem distribuídos pelos PSA através do Decreto n° 25721 (*Reglamento a la Ley Forestal n° 25721*, 1997). A partir da administração macro do *Ministerio del Ambiente y Energía* - MINAE – foi estabelecida a *Administración Forestal del Estado* – AFE –, cujas funções serão desempenhadas através do *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* – SINAC – e pelo *Fondo Nacional de Financiamiento Forestal* – FONAFIFO.

Os PSA na Costa Rica aproveitaram um esquema institucional já implantado de *Certificado de Abono Forestal* – CAF – e em funcionamento desde a década de 1980, que visava incentivar a produção madeireira através da redução de impostos. Com a promulgação da *Ley Forestal*, entretanto, passa-se do subsídio ao reflorestamento e ao manejo florestal para uma justificativa de funções da natureza enquanto serviços de suporte à indústria madeireira, assim como alteraram-se as fontes de financiamento passando do orçamento governamental para impostos afetados especificamente e pagamentos de beneficiários (COSTA RICA, *Ley 7575*, 1996; PAGIOLA, 2008). Os recursos financeiros necessários para o estabelecimento do programa foi gerado a partir da taxação de 3,5% dos impostos gerados pelos combustíveis,

valor que se destina diretamente aos cofres do FONAFIFO, além de recursos externos ocasionais oriundos de empréstimos com o Banco Mundial no projeto Ecomercados, de doações do Banco alemão KFW, de convênios com a *Compañia Nacional de Fuerza y Luz* – CNFL – e com a empresa de bebidas Flórida S.A., além de pequenas empresas privadas hidrelétricas e Certificados de Serviços Ambientais, que são contratos com corporações interessadas em vincular suas ações empresariais vinculadas ao projeto de Desenvolvimento Sustentável, em uma espécie de “marketing verde” (Anexo A)³¹. Nesse sentido, todo e qualquer usuário de transporte no país é um contribuinte do sistema, seja sua locomoção feita por veículo particular ou transporte público, bem como potencialmente o usuário de recursos hídricos e energia.

Durante o correr dos anos, os PSA costarriquenhos passaram por mudanças consideráveis, seja pela inclusão ou pela exclusão de modalidades (ver Quadro 2), demonstrando que apesar de não ter havido um debate público anterior à sua implementação, como no caso mexicano exposto por McAffe e Shapiro (2010), as instituições que comandam os PSA na Costa Rica buscaram aprimorar constantemente as modalidades nas quais se enquadram os serviços ambientais. No entanto, se procurarmos estabelecer ligações entre as modalidades contratuais disponíveis e as quatro categorias de SA reconhecidas legalmente, veremos que todas as modalidades se enquadram nos critérios de redução de emissões de carbono e a produção de biomassa, sendo que o primeiro já possui um mercado financeiro estabelecido e em expansão. Mesmo o PSA hídrico está relacionado à redução de emissões de carbono, pois está vinculado com ecossistemas florestais que tiveram suas taxas de sequestro de carbono mensuradas para venda. A ligação com o recurso água é indireta, já que se busca proteger não o recurso em si, mas o ambiente que dá suporte a esse recurso. Esse caso, além de favorecer a criação de uma ‘verdade’ na qual todo e qualquer ecossistema florestal é benéfico à qualidade do recurso hídrico, também demonstra a dificuldade de quantificar em valores monetários bens públicos e difusos, como a água, a paisagem e a biodiversidade, que além da problemática da propriedade também envolvem relações complexas e mesmo subjetivas em suas caracterizações.

³¹ Dados disponibilizados em entrevista realizada no dia 10/07/2014 com a chefe do Departamento de Gestión de Servicios Ambientales do FONAFIFO, Ana Lucrécia Guillen Jiménez.

Modalidades PSA/ anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Plantações estabelecidas																			
Manejo florestal																			
Proteção de florestas																			
Reflorestamento																			
Sistemas agroflorestais																			
Reflorestamento em colheitas secundárias																			
Proteção Recurso Hídrico																			
Reflorestamento Espécies em vias de extinção																			
Reflorestamento Multietapas																			
Regeneração natural produtiva																			
Regeneração natural de projetos MDL																			
Regeneração em pastagens																			
Proteção de florestas em zona de desastre																			
Sistemas agroflorestais com café																			
Proteção em zonas silvestres protegidas																			
Proteção em vazios de conservação																			
Sistemas agroflorestais com espécies em vias de extinção																			
Sistemas agroflorestais com espécies nativas de projeto EPR																			
Árvores em cafezais																			

Tabela 1 – Diagrama de modalidades incorporadas ao programa de PSA no período de 1997-2014. Fonte FONAFIFO, 2014.

Sánchez-Azofeifa et. al. (2007) estabeleceram duas fases do processo de PSA na Costa Rica. A primeira fase coincide com uma diminuição significativa da taxa de desmatamento no país, entre 1997 e 2000. Já a segunda fase se inicia com a implementação do projeto Ecomercados a partir de 2001, pois envolve a incorporação do SA proteção do recurso hídrico, não computado na primeira fase. Essa paulatina expansão do programa de PSA costarricense é uma marca característica, advindo principalmente pela estrutura legal formada nas quais o PSA está estruturado. Além da já citada *Ley Forestal n° 7575/1996*, que instaura uma relação de “uso racional” dos recursos naturais e proíbe a alteração de uso do solo para áreas florestadas (COSTA RICA, Ley 7575, arts. 1 e 19, 1996), no ano anterior a *Ley Orgánica del Ambiente n°7554/1995* demonstra que caminho seguiria a política ambiental do país, procurando dotar os cidadãos e o Estado dos instrumentos necessários para atingir um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (COSTA RICA, Ley 7554, art. 1, 1995). O uso racional dos recursos naturais fica embasado nos princípios de meio ambiente enquanto patrimônio comum (à exceção das exceções estabelecidas pela Constituição, por convênios internacionais³² e as leis), e dado a isto, tanto o Estado quanto os “particulares” devem contribuir para sua conservação e uso sustentável (COSTA RICA, Ley 7554, art. 2.a, 1995). Desse modo, o Estado deverá garantir a “utilização racional dos elementos ambientais”, tanto para proteção e melhora da qualidade de vida dos habitantes, quanto propiciando um desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental (Ibid, art. 2.c, 1995) enquadrando-se assim no discurso comum do Desenvolvimento Sustentável como demonstrado por Peet e Watts (2002). Para sacramentar a tríade legal na qual o sistema de PSA se apóia, a *Ley de Biodiversidad n° 7788/1998* (COSTA RICA, Ley 7788, 1996) promove a conservação da natureza através do terminologia de uso racional, que se consolida no discurso político do país enquanto modo de interação entre sociedade e natureza, racionalizando práticas agrícolas e industriais em favor do desenvolvimento econômico (McCAFFE, 1999) e alterando padrões de comportamento e motivações para com a natureza (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010).

Para fins analíticos, é possível retirar desse quadro três períodos marcadamente distintos quanto aos tipos de modalidades de pagamentos nas quais se enquadram os SA. O primeiro período, de experimentação, inicia em 1997 e vai até 2002, com algumas mudanças de modalidades. De início, o programa contemplava apenas as categorias de manejo de florestal, proteção de florestas e reflorestamento, incorporando plantações estabelecidas (por dois anos em 1998 e 1999) e as retirando posteriormente. O segundo período, de

³² Grifo meu.

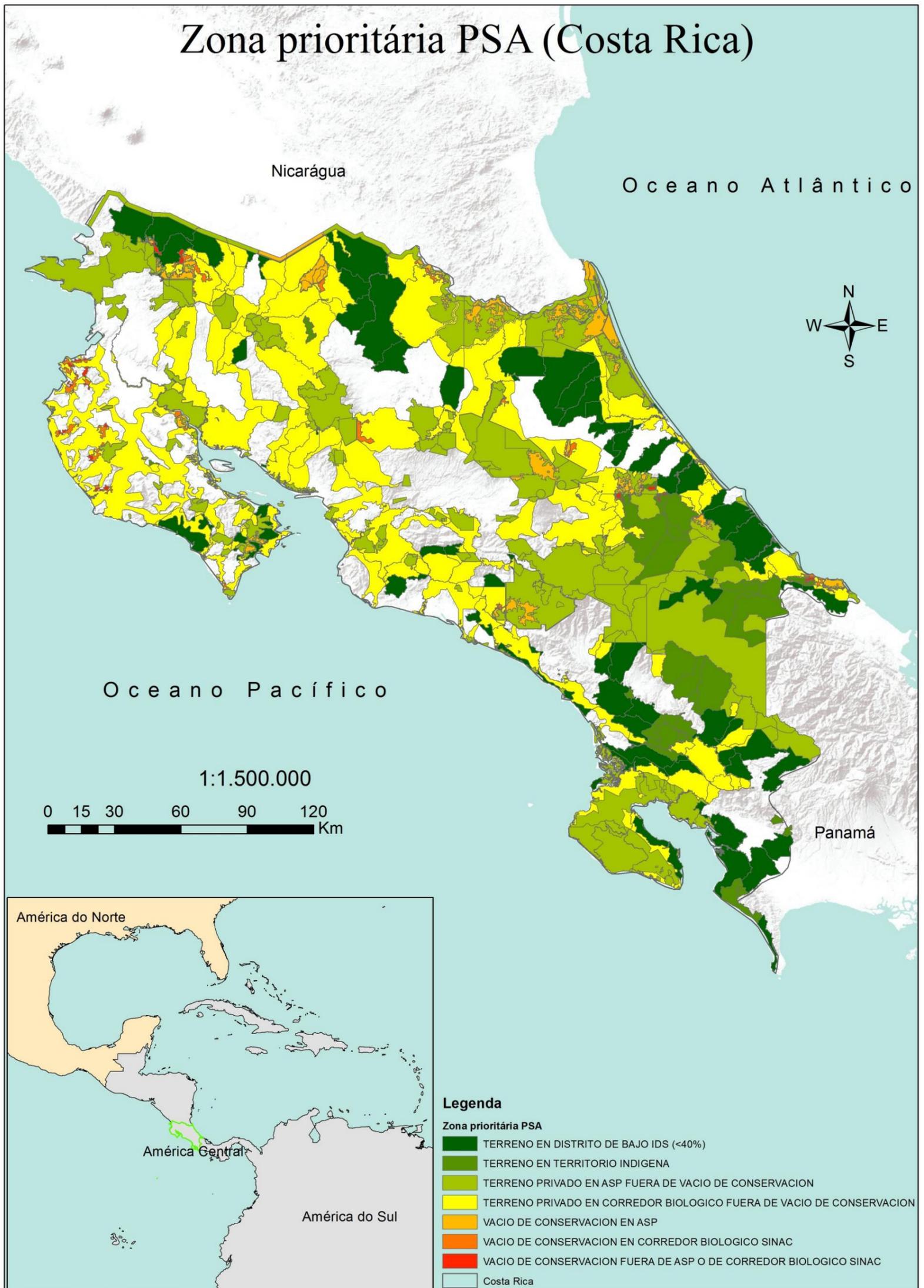
consolidação, vai de 2003 a 2008, com a experimentação de novas formas de incorporação dos SA em atividades econômicas enquadradas como sustentáveis, que se deu através da incorporação dos Sistemas Agroflorestais³³ em 2003, do reflorestamento em segundas colheitas e proteção de recursos hídricos a partir de 2004. Em 2006 se incorporam o reflorestamento voltado para espécies em extinção, a regeneração natural produtiva, a regeneração natural por projetos de MDL e o reflorestamento multietapas, sendo este último a única tipologia que esteve em funcionamento durante apenas um ano. A partir de 2009 tem-se a fase de expansão, com a incorporação de novas modalidades, chegando as 13 categorias atuais (Figura 2). São elas: 1) proteção de florestas, 2) proteção de recursos hídricos, 3) proteção no interior de Áreas Silvestres Protegidas, 4) proteção de florestas em vazios de conservação, 5) manejo de florestas, 6) reflorestamento 7) reflorestamento com espécies nativas em vias de extinção, 8) reflorestamento em Áreas Protegidas, 9) segundas colheitas, 10) regeneração natural em Terras Kyoto, 11) regeneração natural em pastos, 12) regeneração natural com potencial produtivo, e 13) sistemas agroflorestais (FONAFIFO, 2011).

O FONAFIFO, uma agência semi autônoma com independência jurídica, é o principal responsável por gerir os contratos estabelecidos para PSA. Apesar de possuir relativa autonomia institucional na tomada de decisões e na gestão de recursos, está subordinada ao Ministério da Fazenda para aprovação orçamentária, bem como institucionalmente está subordinada às políticas públicas propostas pelo MINAE (*Ley 7575, 1996; Reglamento a la Ley Forestal n° 25721, 1997; PAGIOLA, 2008*). Seu quadro técnico é formado quase que exclusivamente por engenheiros florestais³⁴, fornecendo mais uma evidência da predominância de categorias florestais³⁵ no esquema de PSA, bem como não há distinção de ecossistemas locais no processo de seleção de áreas para entrada no sistema nacional de PSA, mas sim o estabelecimento de áreas prioritárias pelo SINAC. Um corpo técnico composto tão-só por uma disciplina científica demonstra não apenas uma de visão da natureza homogênea, sob uma ótica utilitarista-produtivista (NORGAARD, 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011, PORTO-GONÇALVES, 2013), como demonstra também o poder da categoria profissional no desenho institucional e político dos PSA.

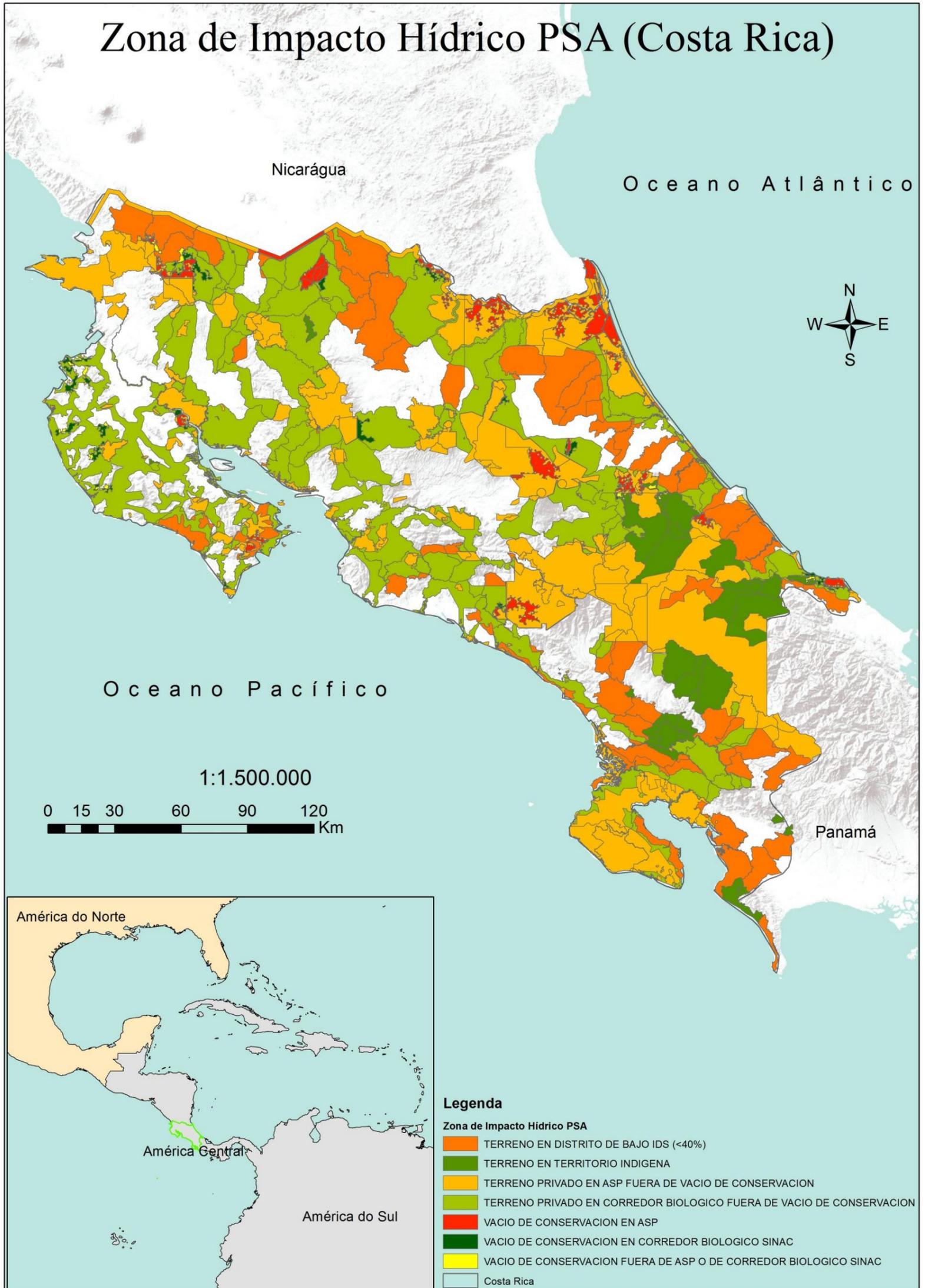
³³ Forma de produção que implica a combinação de espécies florestais em sucessão ecológica no tempo e no espaço com espécies agrônômicas, resultante da prática da agrossilvicultura (*Ley 7575/1996*).

³⁴ Conforme entrevista realizada no dia 10/07/2014 com a chefe do Departamento de Gestión de Servicios Ambientales do FONAFIFO, Ana Lucrécia Guillen Jiménez.

³⁵ A definição de floresta para FONAFIFO representa uma área de mais de hectares com mais de 65 árvores com diâmetro de 15 centímetros, de acordo com entrevista realizada com Ana Lucrécia Guillen Jiménez, chefe do Departamento de Gestión de Servicios Ambientales do FONAFIFO, no dia 10/07/2014.



Mapa 5: Zonas prioritárias para PSA estabelecidas pelo MINAE



Mapa 6: Zonas de Impacto Hídrico prioritárias para PSA

Esse trabalho técnico, tanto pode ser realizado através de contratos formais entre empregador-empregado, quanto pode ser realizado via organizações vinculadas à FONAFIFO. Tais organizações funcionam como intermediários entre o proprietário da terra e o FONAFIFO, realizando além do trabalho técnico, trabalho administrativo de solicitação e inscrição da propriedade no sistema. Foi possível visitar uma dessas organizações durante o trabalho de campo. A CODEFORSA, *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos*, Organização Não-Governamental dedicada à atividade florestal na região Huetar Norte, fundada em 1983 e constituída como uma associação de produtores florestais, após o estabelecimento dos PSA no país, se inseriu no mercado de prestação de serviços para interessados em ingressar nos esquemas de PSA, obrigando-se a criar uma empresa em Sociedade Anônima, a *Desarrollo Sostenible S.A.*³⁶. A CODEFORSA, por intermédio de sua Sociedade Anônima, presta serviços de produção, colheita, armazenamento e venda oriunda de produção florestal, faz toda a parte técnica e administrativa para ingresso em PSA proteção, estabelece agroflorestas para ingresso em PSA, trabalhos de inventários florestais, produção de sementes, consultorias, extensão rural, entre outras, além de emitir certificados de origem de produção madeireira. Desse modo, o recurso financeiro oriundo do FONAFIFO vai para CODEFORSA, que resgata um percentual que varia de 10 a 18% do recurso, indo o restante do valor para o proprietário.

Dentre as modalidades de PSA estabelecidas pelo FONAFIFO, a proteção de florestas é o que tem a maior demanda, de modo que há um sistema de valoração da propriedade pelo estabelecimento de certas prioridades, já que não há orçamento suficiente para cobrir toda demanda. O trâmite institucional-burocrático ocorre da seguinte forma: primeiramente o MINAE estabelece por meio de decreto (COSTA RICA, Decreto 38.323-MINAE, 2014) as áreas máximas totais por cada modalidade de PSA. A partir daí o FONAFIFO abre um programa de solicitações anual, baseado no orçamento disponível. O solicitante, seja pessoa física ou jurídica, em uma propriedade privada ou arrendada, entra em contato com o escritório regional do FONAFIFO e entrega sua pré-solicitação contendo dados legais e socioeconômicos, dados da propriedade e sua inserção no plano cadastral que rege os imóveis do país. De posse dessa documentação, o responsável pelo escritório regional autua o processo e o insere em um sistema de controle interno, incorporando a solicitação em um

³⁶ Conforme entrevista realizada em 23/07/2014 com Jhonny Méndez Gamboa, Diretor Executivo da *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos* – CODEFORSA. Os dados referentes à CODEFORSA são todos dados disponibilizados nesta entrevista.

sistema de informações de dados espaciais mantido pela instituição para verificação da compatibilização da área solicitada com alguma área prioritária estabelecida pelo governo através do SINAC. Alguns quesitos são mais bem valorados que outros, estabelecendo um sistema de pontuação que visa priorizar os pagamentos em áreas melhor avaliadas, dado que o orçamento não atende toda a demanda. São dadas prioridades para áreas estabelecidas como ambientalmente relevantes corredores biológicos, Terras Indígenas³⁷, Áreas Silvestres Protegidas nas quais o Estado não pagou a indenização de expropriação aos ocupantes, bem como áreas menores de 50 hectares, se está situada em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – ou em áreas prioritárias para proteção de recursos hídricos. Juntamente com a valoração de propriedades, são conferidos os dados legais da por parte do escritório geral do FONAFIFO e, caso não haja inconsistência legal, se aprova a solicitação e se preparam os contratos segundo o critério de classificação feito para cada modalidade específica de PSA. À medida que os contratos vão sendo firmados e os totais orçamentários vão sendo preenchidos, se esgotam as possibilidades de novos contratos.

Todo esse trâmite leva, em geral, 4 meses, e após a assinatura do contrato, o proprietário necessita contratar um engenheiro florestal habilitado ou uma organização reconhecida para fazer o estudo técnico da área. O proprietário deverá cumprir com as obrigações contidas no estudo durante o tempo de vigência do contrato, que é em geral de 5 anos, exceto os referentes aos PSA de reflorestamento que vão de 10 a 15 anos. Durante esse período, o profissional tem responsabilidade técnica sobre o projeto, e o proprietário tem responsabilidade legal quanto ao cumprimento do que está estabelecido tecnicamente, de modo que o monitoramento é realizado pelo próprio responsável técnico anualmente com o envio de informações do cumprimento do contrato à FONAFIFO, que por sua vez libera o pagamento em dinheiro ao proprietário³⁸.

³⁷ Na Costa Rica as Terras Indígenas são comunidades autônomas cujas propriedades comunitárias são representadas legalmente pela figura do conselho administrativo, estabelecido segundo critérios próprios e períodos de representatividade definidos, estabelecidos pela *Dirección Nacional de Desarrollo de la Comunidad* – DINADECO. Cabe ao conselho administrativo, em conjunto com a comunidade, decidir onde serão investidos os recursos oriundos de PSA. Dados fornecidos por Ana Lucrécia Guillen Jiménez, chefe do Departamento de Gestión de Servicios Ambientales do FONAFIFO em entrevista realizada no dia 10/07/2014.

³⁸ Dados fornecidos por Ana Lucrécia Guillen Jiménez, chefe do Departamento de Gestión de Servicios Ambientales do FONAFIFO em entrevista realizada no dia 10/07/2014.

Modalidades de PSA	Recurso financeiro destinado em dólares por hectare
Proteção	US\$ 1.324,8
Reflorestamento	US\$ 3.211,4
Colheitas secundárias	US\$ 917,5
Regeneração	US\$ 383,9
Manejo florestal	US\$ 234,07
Sistemas agroflorestais*	US\$ 2,4

* em árvores

Quadro 2: Recursos financeiros (em dólares US\$) destinados aos PSA para cada modalidade por hectare, para o ano de 2014.. Fonte: FONAFIFO, 2014.

Em resumo, ao assinar o contrato, o proprietário da terra “cede” à FONAFIFO os Serviços Ambientais produzidos na área que, em troca, paga monetariamente ao proprietário durante o período de duração do contrato, no qual o proprietário fica obrigado a cumprir com o determinado no plano de manejo aprovado, sob penalidade de ter seu contrato rescindido. Observa-se assim uma dialética na qual o proprietário ou a comunidade que detém a posse sobre a terra abdica de seus direitos de propriedade em troca de pagamento monetário, contendo assim fortes indícios de um abalo em termos de autonomia territorial, de acessos a recursos, mesmos os básicos, e traduzindo a construção social da natureza em termos monetários.

Conforme abordado em entrevista³⁹, o profissional engenheiro florestal adquire extrema importância em todo o processo, já que fica a seu cargo a utilização de linguagem técnica necessária para aprovação do plano, bem como sua tradução em termos gerais para o proprietário da terra. Nesse mercado altamente competitivo, conforme a mesma entrevista, fica a dúvida de se o proprietário interessado procura o responsável técnico pela sua competência em avaliar uma técnica de manejo florestal mais condizente com o local ou se a escolha é baseada nos interesses próprios do proprietário em instaurar um regime florestal já escolhido previamente. Além da dificuldade de se traduzir a linguagem técnica presente nos termos do contrato, no caso das organizações intermediárias tem-se o caso de que muitos proprietários de terras não conhecem o FONAFIFO e os contratos, em sua maioria, ficam nos

³⁹ Entrevista realizada em 23/07/2014 com Jhonny Méndez Gamboa, Diretor Executivo da *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos* – CODEFORSA.

arquivos das organizações, cabendo inteiramente ao profissional técnico estabelecer o regime de uso da propriedade.

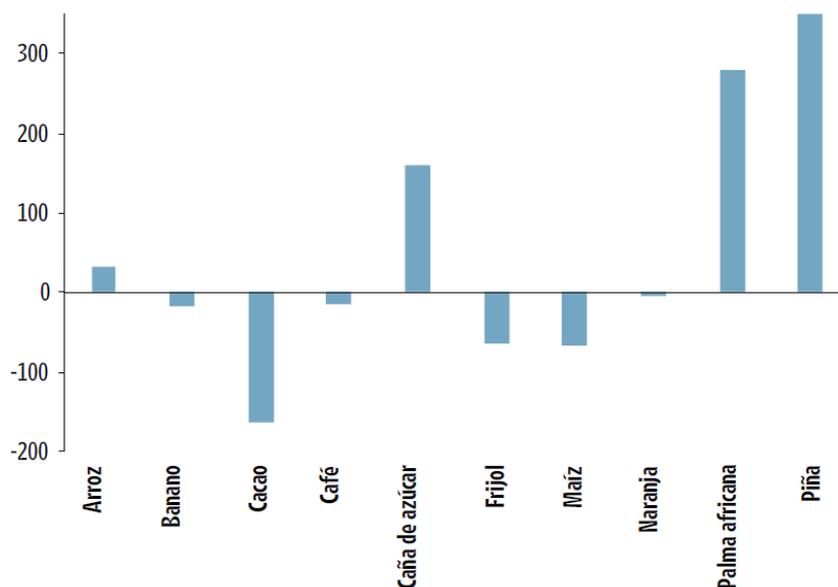
Tendo em vista o arranjo processual apresentado, os quadros explicativos de modalidades, assim como a caracterização de três períodos desde o estabelecimento dos esquemas de PSA na Costa Rica, fica evidente a sua revisão e aperfeiçoamento constante, demonstrando o processo de contestação e hibridismo que McAffe e Shapiro (2010) que configuram as políticas de desenvolvimento que se utilizam desse instrumento. Afinal, os PSA, nas palavras da entrevistada, seriam então um “projeto ambiental que com o tempo passou a ter um efeito social⁴⁰”. No entanto, ela citou a dificuldade de se documentar os efeitos sociais produzidos pelos PSA, enfatizando a limitação institucional em lidar com questões de cunho social. Embora tenham sido realizadas algumas consultorias acerca de temas mais relevantes socialmente, como por exemplo, os perfis socioeconômicos dos participantes, não foi possível ter acesso a tais dados, pois eles não estavam disponíveis para consulta pública durante o período de estada em campo.

Da forma como a política está desenhada, os PSA enquanto processo voluntário tem estreita ligação com o método econômico de custo de oportunidade. O caso dos PSA para preservação possuem uma altíssima demanda, por exemplo, se explica pelo fato de que existem regulações que impedem o corte de vegetação nativa e a alteração de uso do solo em determinadas áreas florestais, fazendo com que desponham áreas potencialmente improdutivas economicamente, dando um alto custo de oportunidade a esse PSA. Como demonstram Sánchez-Azofeifa et. al. (2007) em seu artigo, mesmo enquanto mecanismo econômico de valoração da natureza, os PSA costarriquenhos são ineficientes em conter o desmatamento, já que devido aos custos de oportunidade as áreas com baixa pressão de desmatamento são as mais propícias para ingresso no esquema de PSA, revelando novamente a faceta de homogeneização espacial conferida à distintas localidades/ecossistemas, assumindo que todas ‘naturezas-culturas’ existentes no território nacional são iguais frente ao modelo de valoração da natureza. A preocupação demonstrada pelo Diretor Executivo da CODEFORSA, Jhonny Méndez, com o crescimento exponencial da produção de *piña* – abacaxi (*ananas sp.*) – e de palma africana (*Elaeis guineenses*) no país, verificada no gráfico 2 abaixo, evidencia, por sua vez, que a entrada de formas de caracterização da natureza na competição de atividades

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 10/07/2014 com a chefe do Departamento de *Gestión de Servicios Ambientales* do FONAFIFO, Ana Lucrécia Guillen Jiménez.

comerciais, deverá estar condicionada à contabilização de inúmeros outros usos alternativos para a terra. De acordo com suas palavras⁴¹, “cada dia existem mais alternativas ao uso da terra, ficando difícil competir o reflorestamento com essas outras atividades”.

**Variación del área de producción de los principales cultivos.
1994-2013**
(porcentajes)



Fuente: Elaboración propia con datos de Sepsa-MAG, 2001 y 2014.

Gráfico 2: Variação percentual de área de produção dos principais cultivos agrícolas na Costa Rica no período 1994-2013. Fonte: Estado de la Nación (2014)

No entanto, os PSA que tratam de regeneração de áreas estão enfocados em espaços disputados com outras atividades econômicas, sendo necessário mensurar qual atividade econômica possível provê o maior custo de oportunidade monetário, ou seja, o maior lucro. Já os PSA que tem por objetivo estabelecer áreas de reflorestamento se assemelham a subsídios à indústria madeireira, novamente demonstrando o poder econômico, institucional e simbólico que o setor possui no país. Por derradeiro, os PSA relacionados à recursos hídricos explicitamente reconhecendo o papel das florestas no fornecimento de serviços hidrológicos, estabelecendo prioridades na utilização desse recurso principalmente para produção de energia elétrica e outras atividades empresariais que tem poder econômico suficiente para, em

⁴¹ Entrevista realizada em 23/07/2014 com Jhonny Méndez Gamboa, Diretor Ejecutivo da *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos* – CODEFORSA

convênio com o FONAFIFO, incrementar o orçamento destinado a esse pagamento em específico.

Esse caso específico do PSA hídrico é explorado no artigo de Pagiola (2008), que demonstra como os *Certificados de Servicios Ambientales* – CFA – enquanto um instrumento padrão que paga para conservação de um hectare de floresta em uma área específica, juntamente com a revisão da tarifa de água realizada no ano de 2005 que introduziu uma taxa de conservação destinada para conservação de bacias hidrográficas, cabendo aos grandes usuários desse recurso no pagamento de todos os custos relativos à conservação de suas áreas de influência, bem como o cobrimento dos custos administrativos do FONAFIFO. O autor enfatiza que esse processo representou uma mudança de acordos voluntários para pagamentos compulsórios, já embutidos nas taxas de água cobradas nacionalmente, gerando efeitos adversos como falta de geração de dados informativos, e dado à essa falta de retorno informacional, as empresas consumidoras de água não tem como saber se a conservação das bacias hidrográficas está ocorrendo conforme acordado (PAGIOLA, 2008). Ademais, não está explícito na legislação que esses pagamentos serão destinados à proteção de uma bacia específica, da qual o usuário comum depende e possui uma relação mais estreita. Cabe ao próprio FONAFIFO o estabelecimento de onde os recursos serão destinados, demonstrando assim um caráter desterritorializante desse tipo de modalidade de PSA.

Todavia, o caso mais emblemático dos PSA na Costa Rica refere-se ao sequestro e armazenamento de Carbono. “As receitas de impostos sobre combustíveis podem, sem dúvida, ser considerado um pagamento de usuários de carbono da Costa Rica para os benefícios do sequestro de carbono proporcionados pelo programa de PSA” (PAGIOLA, 2008:718). A partir da “cessão” exclusiva de direitos de carbono por parte do FONAFIFO, um grande poder de negociação se apresenta, como demonstra o contrato com o governo Norueguês de vendas de redução de emissões de Carbono, realizado no ano de 1997 e que ajudou a alavancar os PSA no país, envolvendo um total de 2 milhões de dólares (FONAFIFO, PAGIOLA, 2008). No entanto, como veremos mais à frente quando adentrarmos o caso das modalidades de reflorestamento nos PSA, a dificuldade de reflorestamento de novas áreas junto com as designações do Protocolo de Kyoto para os MDL envolverem apenas novas áreas de reflorestamento, não considerando que evitar o desmatamento seja elegível para um MDL, impediram uma nova investida ao mercado por parte do FONAFIFO para venda de créditos de carbono. Mais recentemente, com a designação dos mecanismos REDD pelo Protocolo de Kyoto, abrem-se novas possibilidades

de venda pela redução de emissões, já que passam a ser elegíveis para monetização as reduções obtidas pela plantação de árvores em sistemas agroflorestais (envolvendo inclusive cercas-vivas), por meio de regeneração natural e até de plantações comerciais.

Os pagamentos relativos à beleza cênica e à proteção da biodiversidade são os mais complexos, tendo sido considerados Serviços Ambientais na legislação, mas com pouca ou nenhuma implementação prática de fato. A beleza cênica possui um alto grau de subjetividade que se não impede, dificulta muito sua valoração em termos monetários. A forma de atuação do FONAFIFO nesta categoria se resumiu, sem sucesso, a estabelecer negociações com “usuários” de paisagens locais, como hotéis e empresas de turismo, para o pagamento referente à utilização de suas atividades em uma determinada paisagem valorada positivamente. Como salienta Pagiola (2008), os ‘usuários’ daquilo que chamou de “serviços de paisagem” possuem uma tendência à diversidade e estão fragmentados pelo território, fazendo com que seja extremamente difícil de estabelecer os direitos de propriedade tão necessários aos PSA. Direitos de propriedade que também são causa principal da dificuldade de se estabelecer um mercado de biodiversidade. Não existem modalidades de PSA diretamente ligadas à biodiversidade, assim como não há para beleza cênica. O modo de negociação do Serviço Ambiental biodiversidade pelo FONAFIFO se deu através do projeto Ecomercados⁴², iniciado no ano 2000 em parceria com o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility*) – GEF e co-financiado pelo Banco Mundial, ao qual foram incorporadas áreas costarriquenhas do Corredor Biológico Mesoamericano às áreas prioritárias do programa nacional de PSA como forma de propiciar a conservação da biodiversidade de importância global e garantir sua diversidade em longo prazo através desenvolvimento e implementação de instrumentos de mercado. Desse modo, foi possível incorporar zonas de amortecimento de áreas protegidas e corredores biológicos entre essas áreas protegidas enquanto áreas prioritárias para PSA, mas mesmo assim os contratos foram firmados segundo as categorias estabelecidas, em geral PSA proteção. Segundo documento próprio do FONAFIFO⁴³, uma auditoria realizada ao término do programa Ecomercados apontou que este permitiu que a “Costa Rica conservasse mais efetivamente sua biodiversidade de interesse global através da união de áreas protegidas geograficamente isoladas e outra terras privadas com altas concentrações de biodiversidade”, estas últimas sob contratos de PSA. Para Pagiola (2008) o objetivo do projeto era gerar tanto conservação da

⁴² Em 2008 o projeto Ecomercados II, nos mesmos moldes do Ecomercados I, foi lançado.

⁴³ Disponível em <http://www.fonafifo.go.cr/proyectos/ecomercados.html>

biodiversidade quanto benefícios do sequestro de carbono utilizando o mecanismo de PSA como forma de incentivo para conversão de pastos extensivos em usos da terra vinculados à atividades silvo-pastoris. Aqui cabe uma conexão com o que Vatn (2010) qualificou como tradução do valor da biodiversidade em uma linguagem que reflete o pensamento hegemônico político e econômico através da caracterização que Kosoy e Corbera (2010) realizaram sobre o fetichismo de mercadoria, na qual a biodiversidade é caracterizada de forma reducionista para ser traduzida em termos de valores monetários.

Nesse ínterim, faz-se necessário, portanto, enquadrar o sistema nacional costarricense de PSA nas críticas que Norgaard (2010) proferiu contra a estrutura de fluxo de estoque que serve de base para o estabelecimento de Serviços Ambientais. Para este autor, enquanto que a estrutura de fluxo de estoque subjacente ao conceito de serviços ecossistêmicos conceitualmente liga os sistemas ecológicos e econômicos, este quadro utiliza apenas uma das muitas maneiras que os ecologistas compreendem os ecossistemas, deixando de fora muitos dos outros formatos possíveis. Este método estaria cego para a complexidade dos sistemas socionaturais já que a concentração analítica na estrutura do fluxo de estoque leva a valoração dos SA e a implementação dos PSA a terem consequências não intencionais que poderiam ter sido previstas, melhor evitadas ou adaptadas utilizando padrões adicionais de conhecimento (Ibid, 2010). Ademais, conforme Norgaard (2010), a literatura teórica sobre os Serviços Ambientais, suas formas de valoração, bem como a instauração de esquemas de PSA têm sido enquadradas dentro de uma estrutura de equilíbrio parcial que assume a lógica jurídica do *ceteris paribus*, ou seja, "as outras coisas são iguais", favorecendo a submissão do lugar e a fragmentação da natureza em parcelas mais ou menos homogêneas para comercialização (BECKER, 2008). Vale também recordar que os SA, conforme Farley e Constanza (2010) estão associados a serviços de fundo, e não a estoque de fluxos, já que não há transformação física da matéria e nem possibilidade de estocagem do material produzido.

Quando estabelecidos, os PSA foram desenhados para que fossem firmados contratos de 5 anos, no qual seriam estipulados valores totais a serem pagos de acordo com cada modalidade para cada hectare inserido no programa de modo que esse valor total era então percentualmente dividido ao longo dos anos do contrato de acordo. Tanto o valor total quanto a porcentagem do pagamento definida para cada ano são tratados através de decretos executivos promulgados via MINAE. Em 1998, ano do primeiro decreto se pagavam 60 mil colones (aproximadamente 110 dólares) por hectare divididos homogeneamente ao longo de 5 anos para contratos na modalidade plantações estabelecidas, 154 mil colones (aproximadamente

180 dólares) de forma escalonada para reflorestamento, 94 mil colones (aproximadamente 170 dólares) também de forma escalonada para proteção de florestas e 60 mil colones (aproximadamente 110 dólares) divididos igualmente ao longo de 5 anos para proteção de florestas (Anexos B e C). Esses valores ao longo do tempo foram estipulados tanto em dólares quanto em colones, dificultando uma padronização das informações, já que o próprio FONAFIFO não se deu ao trabalho de converter as moedas para um só padrão, o que demonstra certa falta de transparência na apresentação dos dados. Cada tabela é apresentada de acordo com a moeda utilizada no ano, ficando a dúvida de se essa é uma estratégia econômica orçamentária ou se tem alguma outra motivação. Uma análise simples dos valores apresentados para 2013 (em dólares) e para 2014 (em colones) revela que o valor total do pagamento diminuiu, o que alimenta a possibilidade dessa troca ser uma forma de mascarar os valores pagos por modalidade em anos distintos, bem como pode ter incidência direta com a alta do dólar, aumentando potencialmente o valor pago à medida que a moeda estadunidense se valoriza no mercado financeiro⁴⁴. Para o ano de 2014, o decreto executivo estipulou que os reajustes relativos aos anos subsequentes dos contratos seriam reajustados com base na indexação ao Índice de Preços ao Consumidor, atendendo a uma reivindicação dos participantes de que o valor pago possuía defasagem com a inflação⁴⁵. Para os contratos firmados no ano de 2014 (Tabela 1), os pagamentos são de aproximadamente 917 dólares por hectare em PSA reflorestamento, quando em 2013 esse valor era de 980 dólares. Para PSA proteção, os valores de 2014 são de aproximadamente 300 dólares, e para PSA hídrico está na casa de 375 dólares. Além da alteração de valores pagos para cada modalidade de PSA, o decreto executivo relativo ao ano de 2014 também reverteu a uma tendência dos anos anteriores de aumento no tempo do contrato de 5 para 10 anos. Ademais, há que se salientar que o valor líquido recebido é menor que o valor nominal obtido, já que cabe aos proprietários o pagamento de honorários ao profissional técnico responsável pela elaboração do plano de manejo e pelo monitoramento das condições do contrato, que custam uma média de 15% do pagamento total (PAGIOLA, 2008). Em casos de modalidades de PSA que envolvem produção, como reflorestamento e Sistemas Agroflorestais – SAF – esse valor tende a aumentar já que fica implícito que parte do valor recebido será investido na própria produção, demonstrando a vinculação dessas modalidades de PSA com mecanismos de subsídio estatais,

⁴⁴ Para maiores detalhes, ver documento FONAFIFO sobre a distribuição histórica dos PSA por modalidades de acordo com os decretos executivos. Disponível em http://www.fonafifo.go.cr/psa/estadisticas_psa.html

⁴⁵ Conforme entrevista realizada em 23/07/2014 com Jhonny Méndez Gamboa, Diretor Executivo da *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos* – CODEFORSA.

já que o produtor recebe dinheiro em espécie para investir em sua produção e que, após a colheita, o dinheiro da venda vai todo para o proprietário.

Modalidades*	Número de contratos de PSA	Porcentagem de contratos de PSA em relação ao total
Sistemas agroflorestais	111	12,6%
SAF Café	83	9,5%
SAF Espécies em vias de extinção	1	0,1%
Árvores em plantações de café	4	0,5%
Manejo florestal	3	0,3%
Proteção de áreas silvestres protegidas	88	10%
Proteção de florestas	360	41%
Proteção de vazios de conservação	16	1,8%
Proteção de recursos hídricos	82	9,3%
Reflorestamento	101	11,5%
Regeneração em pastagens	26	3%
Colheita secundária	3	0,3%
Total	878	100%

* Duas modalidades de PSA não tiveram contratos firmados em 2014: SAF coforga e reflorestamento de espécies em extinção

Tabela 2: Distribuição do número de contratos de PSA em 2014 por modalidade.

Fonte: FONAFIFO, 2014

	Área PSA ≤50ha	Área PSA 50,1ha a ≤ 100ha	Área PSA 100,1ha ≤ 300ha	Área PSA ≥ 300,1ha	Total
Número de contratos de PSA	561	138	133	46	878
Porcentagem de contratos de PSA	64%	16%	15%	5%	100%

Tabela 3: Contratos de PSA firmados em 2014 por área de propriedade. Fonte: FONAFIFO, 2014

The reasoning here is that PSA payment helped landowners finance initial costs of establishing plantations, converting what would have been a unprofitable investment into a profitable one. However, reports from the field indicate that most landowners find it very difficult to maintain plantations because they do not generate any revenue in the interval between the end of the PES (in year 5) and the harvest of the timber (typically in year 20) (PAGIOLA, 2008:720).

Com relação à proporção de contratos, o carro chefe do programa de PSA na Costa Rica refere-se à proteção de florestas. Com uma cobertura florestal que chega à faixa de 52,4% do território nacional (quando na década de 1980 chegou a aproximadamente 31%), a proteção de florestas abarca praticamente 90% de toda verba destinada aos PSA (PAGIOLA, 2008; ESTADO DE LA NACIÓN, 2014). De fato, esse dado demonstra que dada à impossibilidade de se fazer uma alteração de uso da terra em ecossistemas florestais, a forma como os proprietários de áreas de florestas no país têm para auferir algum ganho monetário com essas áreas é via PSA. E como já abordado nesta dissertação, os SA propostos pela *Ley Forestal n° 7575/1996* são produtos quase que exclusivos de usos florestais da terra. Mesmo os PSA considerados produtivos, como reflorestamento e SAFs, possuem uma vinculação com ecossistemas florestais, embora o último em menor grau. Como salienta Pagiola (2008:720) em uma terminologia excessivamente econômica, “o programa de PSA costarriquenho oferece um pagamento sem objetivo, relativamente baixo e indiferenciado. Assim, somente terá tendência para atrair participantes cujos custos de oportunidade para participação são baixos ou negativos”. Todavia, como procuramos demonstrar nesta dissertação, o programa nacional de PSA costarriquenho vem passando ao longo dos anos por um processo de aprimoramento, de modo que o autor (Ibid, 2008) reconhece que embora existam deficiências no programa, este vem sendo alvo de discussões e propostas para torná-lo mais atrativo, como a readequação das tarifas de água cobradas e esforços no sentido de assegurar um financiamento de carbono mais seguro, que por sua vez revela um aprofundamento de mecanismos econômicos de mercado na gestão do ambiente e no desenvolvimento rural.

Ano	Proteção de floresta (ha)	Manejo florestal (ha)	Reflorestamento (ha)	Plantações estabelecidas (ha)	Regeneração Natural (ha)	Total de hectares (ha)	Sistemas Agroflorestais (*árvores)	Número de contratos
1997	88.830,00	9.325,00	4.629,00	-	-	102.784,00	-	1.200
1998	47.804,00	7.620,00	4.173,00	319	-	59.916,00	-	597
1999	55.776,00	5.125,00	3.156,00	724	-	64.781,00	-	622
2000	26.583,00	-	2.457,00	-	-	29.040,00	-	271
2001	20.629,00	3.997,00	3.281,00	-	-	27.907,00	-	287
2002	21.819,00	1.999,00	1.086,00	-	-	24.904,00	-	279
2003	65.405,00	-	3.155,00	205	-	68.765,00	97.381,00	672
2004	71.081,00	-	1.557,00	-	-	72.638,00	412.558,00	760
2005	53.493,00	-	3.602,00	-	-	57.095,00	513.684,00	755
2006	19.972,00	-	4.586,70	-	279,30	24.838,00	380.398,00	619
2007	60.567,50	-	5.070,90	-	755,10	65.638,40	541.531,00	1.180
2008	66.474,00	-	4.083,30	-	1.660,00	72.217,30	656.295,00	1.103
2009	52.017,70	-	4.017,50	-	1.500,20	57.535,40	370.187,00	796
2010	59.644,50	309,70	4.185,40	-	1.274,60	65.414,20	536.839,00	1.111
2011	65.967,30	478,60	4.116,40	-	2.309,80	72.872,10	598.683,00	1.130
2012	62.276,00	196,50	4.252,20	-	1.204,50	67.929,20	569.579,00	1.146
2013	59.816,70	139,00	3.106,90	-	3.795,50	66.858,10	733.869,00	1.218
2014	41.025,80	514,50	2.783,90	-	2.124,70	46.448,90	581.788,00	878
Total	940.633,00	29.748,20	63.327,70	-	14.903,70	1.049.105,50	5.997.792,00	14.648

Tabela 4: Distribuição de áreas contratadas (em hectares) para PSA por ano e por modalidade, no período de 1997 a 2014. Fonte: FONAFIFO, 2014.

Se nos basearmos somente nos custos de transação para medir a eficácia dos PSA, caímos na problemática de se os PSA poderiam servir como mecanismo de transferência de renda para as camadas mais pobres da sociedade. Geralmente com custos de oportunidade altos, devido à grande dispersão de pessoas em pequenas propriedades em situações de vulnerabilidade social, assim como o baixo retorno em termos de SA providos, colocam essas populações à margem de participação no programa. O principal problema observado nesses casos é a falta de documentação legal em títulos de propriedade⁴⁶. Uma possibilidade de inserção dessas populações no esquema de PSA seria um abrandamento das exigências legais de títulos de propriedade, mas que, no entanto, esbarram na legislação nacional que impede o

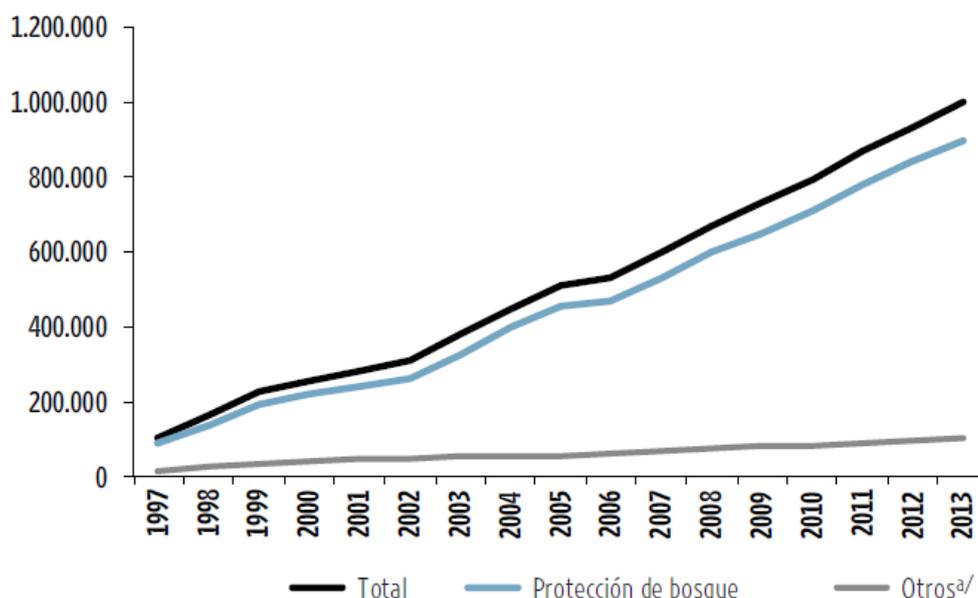
⁴⁶ Conforme entrevista realizada em 23/07/2014 com Jhonny Méndez Gamboa, Diretor Executivo da *Comisión de Desarrollo Forestal de San Carlos* – CODEFORSA – basta uma pequena discrepância nos dados disponibilizados já é suficiente para a recusa da proposta pelo FONAFIFO. Um exemplo dado é o caso de uma pessoa casada mas cujos dados de propriedade referem-se à uma pessoa solteira.

repassa de recursos públicos para proprietários de terra que não tenham os títulos em ordem (PAGIOLA, 2008). Uma manobra proposta pelo autor (Ibid, 2008) é a utilização de fundos privados para esses casos, já que não há restrições legais para esse tipo de repasse. Outra possibilidade é o agrupamento de pequenas propriedades em coletivos ou associações, já que o PSA permite o pagamento destinado a pessoas jurídicas. No entanto, essa opção é de difícil formalização devido ao caráter burocrático de se constituir uma sociedade anônima, assim como fica a dificuldade inerente em se estabelecer prioridades coletivas em uma perspectiva de ganho financeiro individual, levando em conta também os múltiplos interesses dos diversos proprietários. Ademais, há necessidade de salientar a dificuldade de monitoramento, pois um proprietário que não cumpre com os requisitos estabelecidos por contrato pode afetar diretamente outros proprietários que seguem as normas.

Ademais, uma busca simples acerca de dados oficiais sobre os PSA divulgados pelo FONAFIFO revela uma falta de transparência nos dados disponíveis⁴⁷ (ver tabelas em anexo). Tabelas cujos valores se intercalam em dólares e colones, dados brutos de quantidades de contratos assinados, mas que não informam a área total em esquemas de PSA, nem além de falta de monitoramento que pudesse produzir dados relativos à própria provisão dos SA aos quais estão procurando favorecer, evitando um entendimento de quais diferentes usos da terra podem contribuir com o aumento ou diminuição de determinado serviço. A generalização de que qualquer uso florestal é benéfica à provisão de SA recai na itemização (CASTREE, 2003; KOSOY & CORBERA, 2010) e na criação de ‘verdades’ que criam discursos socialmente produzidos e os transformam em forças produtivas (DEMERITT, 2001; PEET & WATTS, 2002; ESCOBAR, 2002) com uma forte carga de autoritarismo (BAIKIE, 2001), o que nem sempre correspondem à realidade. A partir do gráfico 3 abaixo, verifica-se um aumento anual gradual em relação ao número de contratos, mas a falta de informação de quantos contratos estão vigentes, bem como qual a quantidade de área total está sob regimes de PSA por período, o que não é revelado com a contabilização do número absoluto de contratos por ano.

⁴⁷ O FONAFIFO em seu sítio de internet disponibiliza dados anuais sobre os PSA. Disponível em http://www.fonafifo.go.cr/psa/estadisticas_psa.html

Evolución del área total bajo PSA (hectáreas)



a/ Reforestación, manejo de bosque, plantaciones establecidas y regeneración natural. En 2006 y 2007 se separaron las modalidades de reforestación y regeneración natural.

Gráfico 3: Evolução de área total sob regime PSA em hectares por ano.
Fonte: Estado de la Nación (2014)

Outro aspecto característico dos PSA na Costa Rica advém de sua baixa proporção de concentração de terras, dificultando a pesquisa que envolva proprietários rurais dependentes da produção agrária, já que no país existe um grande número de proprietários de áreas rurais que vivem em zonas urbanas. Essa dificuldade analítica foi colocada por Miranda et. al. (2003) e pode ser parcialmente comprovada em campo. Mesmo com a pouca representatividade das entrevistas realizadas com proprietários de terras, convém relatar que dos nove entrevistados⁴⁸, somente um vivia exclusivamente da terra. Além disso, o estudo de Miranda et. al. (2003) também evidencia um aspecto simbólico em favor da natureza social, já que não foram poucos os proprietários de terras encontrados que protegiam previamente suas áreas florestadas mesmo sem pagamento, demonstrando que uma motivação de caráter ético tem seu peso mesmo quando inserida em um contexto excessivamente econômico. Vale também ressaltar que o estudo demonstrou que uma das principais dificuldades encontradas

⁴⁸ Entrevistas realizadas durante o período de campo, que envolveram tanto proprietários diretamente vinculados à FONAFIFO quanto por intermédio da CODEFORSA.

por proprietários de terra em tornar a silvicultura sua atividade principal é o impedimento de uso compartilhado da floresta com outras atividades, tornando as formações florestais ausentes de atividade humana e desintegrando as áreas de florestas da produção da propriedade (Ibid, 2003). Este fato volta a demonstrar o caráter essencial que a natureza em sua forma florestal adquire a partir das políticas de estabelecimento dos PSA, no qual o processo de co-evolução entre seres humanos e natureza fica condicionado a meros mecanismos financeiros, alterando não apenas padrões de comportamento e motivações para com a natureza (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010) mas inclusive modos de produção tradicionais e utilização comunitária dessas zonas.

Após essa análise, fica mais claro que o papel desempenhado pela política de Pagamentos por Serviços Ambientais contribui significativamente tanto para valoração da natureza em parcelas comercializáveis, quanto para sua entrada em mercados. Não fica claro, porém, como o FONAFIFO negocia os serviços “cedidos” no mercado de redução de emissão de carbono. Com base na literatura utilizada, os PSA costarriquenhos passam pelo processo de estruturação utilitarista das funções ecológicas que colocam a natureza sob um discurso economicista, ao passo que esse discurso homogeneiza os ecossistemas florestais do país e classifica essas áreas quanto à redução de emissão de carbono, possibilitando criar uma forma de valoração que, por fim culmina no planejamento estratégico e implementação institucional para apropriação e intercâmbio desses SA no mercado. Desses aspectos, somente este último não foi possível averiguar de forma mais precisa. Mas com o mercado de carbono já existe e sua tendência é de crescimento, na medida em que mais países cedem à pressão internacional e ratificam os acordos do Protocolo de Kyoto, de modo que é passível de se esperar que esses créditos são ou serão negociados nesses mercados.

Com isso, é temeroso conceber que essa tendência em direção à economicização da ecologia ainda encontra-se em um estágio incipiente, haja vista as dificuldades dos métodos econômicos propostos em mensurar as outras formas de SA que não estejam relacionadas à emissão de carbono e cálculo de biomassa. Nesse sentido, este trabalho procura se aliar às críticas teóricas e morais quanto ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento mascaradas enquanto políticas ambientais, causando por sua vez diversos efeitos sociais, ambientais, comportamentais e territoriais. Longe de serem a salvação da natureza, mas com potencial para servir à uma boa gestão territorial do ambiente, os PSA devem ser caso de extrema atenção acadêmica e política, considerando cuidados na escala do projeto, considerando possibilidades de formas não monetárias de valoração, considerando

conhecimentos tradicionais e usos múltiplos do território, considerando toda a gama de possibilidades de naturezas-culturas produzidas, evitando assim promover a relação de dependência dos seres humanos com a natureza a partir dessa visão utilitarista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procura demonstrar o processo de valoração dos elementos naturais que vem ocorrendo gradativamente desde o estabelecimento de uma ordem político-econômico cuja base está no paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Até o presente, o elemento natural valorado com maior aceitação é o ar sob forma da contenção de toneladas de emissões de monóxido de carbono. Não apenas valorado, esse elemento gasoso também possui um mercado financeiro próprio, no qual são negociados os créditos de carbono entre os países e/ou corporações que atingiram um limite estabelecido de emissões e os que não atingiram todo seu potencial produtivo, restando a estes uma folga entre o nível de emissão atual e a projeção futura. Estes últimos, além de não ter atingido todo o potencial de seu parque produtivo, também devem possuir ecossistemas florestais capazes de “neutralizar” as emissões lançadas em qualquer parte do globo.

A compra desses créditos é o aval para continuar com a emissão de poluentes nos mesmos níveis que o modelo neoliberal da economia capitalista demanda. Isto só é possível devido ao comprometimento de países com o “resgate” desse monóxido de carbono sobressalente e com as suas baixas emissões. Esse é o caminho tomado pela “economia ambiental de mercantilização da natureza”, que busca, além da valoração do ar, valorar também a água a biodiversidade e mesmo a paisagem. Entretanto, esses três últimos são elementos mais difíceis de quantificar e valorar.

Afinal, não é de hoje que a redução economicista é vista com ressalva pelos teóricos. Becker (2007), resgatando o debate iniciado por Polanyi (2000), levanta a necessidade de regulação dos mercados reais criados por mercadorias fictícias. Desde meados do século XX Polanyi já ressaltava o risco de deixar os mercados à própria sorte, baseados em suas leis intrínsecas. Segundo o autor (POLANYI, 2000), somente a sociedade, através de seus movimentos, pode buscar sua regulação. Regulação essa também prevista como necessária por Santos (2007b, p.81) que, ao abordar a compartimentação e a fragmentação do espaço geográfico, destaca a necessidade de um “acontecer solidário identificado com o meio”, caminho para uma possível regulação interna.

Seguindo esse viés, é possível levantar dois problemas principais dos PSA: o primeiro é a maneira na qual eles são valorados e posteriormente inseridos nos mercados, o segundo é a ausência de mecanismos regulatórios. Os dois problemas são complementares, pois estão

calçados em uma concepção de natureza utilitarista, que advoga pelo uso racional dos recursos naturais. Nesse sentido, ambas problemáticas ocorrem por meio de mecanismos financeiros e territoriais interligados entre si.

Para abordar o primeiro problema é interessante resgatar as ideias de Santos (2007a) sobre território e dinheiro. Para ele, no capitalismo pós-industrial, regido pelos mecanismos financeiros internacionais, tudo se transformou em objeto de troca. A valorização das mercadorias passa a ser vista cada vez mais por sua qualidade de “ser trocada” do que pelo próprio uso que se faz dela. Nesse viés, a circulação sobrepuja a própria produção. É um sistema baseado mais na ideologia do mercado do que nas qualidades íntimas dos elementos comercializados. Com o sistema financeiro sendo estruturado dessa forma, podemos dizer que é a contabilidade global que seleciona as categorias de valoração vigentes, aquelas que, segundo Santos (2007a, p.19) “privilegiam os interesses de um certo tipo de agente” em detrimento de outras categorias.

Nesse ponto reside um problema, que recai na regulação, influenciada através da ideologia de mercado originada nos centros de poder. Os PSA se encaixariam nas rendições que o território deve fazer às lógicas das empresas e dos governos mundiais. Nesse sentido, de acordo com Santos (2007a, p.19) “o conteúdo do território escapa de toda regulação interna”.

O território assume então uma essência competitiva, estando submetido ao jogo de poder à semelhança da geografia do poder de Raffestin (1993), se transformando em palco de disputa pela apropriação de atores sociais com capacidade de exercer poder sobre espaços determinados (Becker *apud* PICINATTO et. al., 2009). É o que Haesbaert (2009) designa por dominação político-econômica associada à apropriação cultural-simbólica dos territórios, conforme já exposto no primeiro capítulo.

Como destacado pelos autores que fazem uma análise do território na abordagem geográfica de Berta Becker (PICINATTO et. al., 2009, p.71) “o espaço é anterior e o território é o resultado de um ator que realiza um programa e ao se apropriar deste espaço, concretamente ou abstratamente o territorializa”. O espaço se torna então fragmentado, expresso através de um conjunto de mercadorias cujo valor individual é estabelecido pela função que a sociedade lhe atribui. A natureza nessa porção espacial pode então ser encaixada em um mecanismo de valoração econômica que determina seu valor de troca, cuja base é um modelo pré-fabricado, que homogeneiza as formações das naturezas-culturas em padrões reproduzíveis. Verifica-se então uma contradição do capital no espaço geográfico, que

primeiro fragmenta a natureza em parcelas comercializáveis, criando um “espaço diferenciável” (GREGORY, 2001), a-histórico (HAESBAERT, 2007), que posteriormente é valorado a partir de suas funções, possibilitando que os Serviços Ambientais assumidos possam ser então reproduzidos de forma semelhante em outras porções espaciais. Quanto a este ponto, Gregory (2001) já se atentara para que o fato da dominação moderna da natureza envolve um duplo jogo de encenação que divide o mundo entre realidade e representação.

A partir de então, adentramos em outra problemática, a questão da ausência de mecanismos regulatórios. Essa ingerência de lógicas globais em âmbito local gera externalidades que acarretam problemas somente no território que sofre tal política. A atual lógica de compensação que os SA trazem é centrada em agentes externos, distantes da realidade territorial. A ideia de agendas internacionais que, através da valoração de mercadorias fictícias, almejam controlar vastos territórios com políticas alheias às lógicas locais, sem dúvida merece estar no centro do debate político e comunitário. Becker (2007), ao tempo em que levanta a dificuldade de impedir a formação desses mercados, também ressalta a necessidade da sociedade em buscar maneiras de regulá-lo.

Outra questão fica dependente da balança comercial. De acordo com Wunder (2006), somente quando as rentabilidades forem análogas é que os PSA serão eficazes economicamente. Para as atividades marginalmente mais rentáveis que o uso para preservação, um simples subsídio poderá servir de indutor para mudanças desejáveis ambientalmente. Mesmo com toda a ideologia neoliberal por trás dos processos de criação e implementação dos PSA, ainda é possível fazer essa crítica de cunho financeiro.

Revolvendo o conceito de natureza, foi possível estabelecer uma crítica construtivista à constatada essencialização do termo. Por meio da contribuição de Latour (2009), foi possível verificar que a tanto a sociedade quanto a natureza estão calcados na concepção de Constituição Moderna, levada à cabo pelo Iluminismo e que se sustenta com a divisão Homem-Natureza. Partindo então da percepção de que a separação do mundo social do mundo natural fora uma construção do pensamento, averigou-se que a noção moderna de natureza recai invariavelmente na concepção que a sociedade tem dela mesma. Tal noção é vista por Latour como apenas uma criação híbrida dentre as muitas possíveis que variam segundo as diversas naturezas-culturas existentes.

Entende-se, portanto, que a concepção de natureza externa, essencial e imanente recai no que Quijano (2005) chama de colonialidade do saber e colonialidade do poder, tendo

papéis fundamentais para isso tanto o conhecimento científico quanto a função da técnica na sociedade moderna, em especial quando se tratam de políticas públicas inscritas no território. Resgatando Castree (2001a:3), “a natureza é definida, delimitada, e até fisicamente reconstituída por diferentes sociedades, frequentemente a fim de servir interesses sociais específicos e geralmente dominantes”. Com a hegemonia do conhecimento científico sobre outras formas de conhecimento e da técnica moderna sobre outras técnicas tradicionais, tem-se um campo de tensão onde claramente se percebe quem detem o poder.

A natureza passa então a ser percebida e determinada culturalmente, além de poder ser reconstituída materialmente, servindo também enquanto ferramenta ou efeito do poder (CASTREE & MACMILLAN, 2001). E como território pode ser definido enquanto “natureza mais cultura através das relações de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2012:34), esta categoria analítica ganha papel mais ativo na análise da natureza, especialmente quando a investigação trata de um estudo de caso envolvendo uma porção de espaço geográfico com suas relações intrínsecas entre humanos, não-humanos e relações de poder.

Para o caso abordado neste estudo, verificou-se que processos de territorialização envolvem o controle de processos sociais através das relações de poder concretas e simbólicas no espaço (HAESBAERT, 2007). As interações ocorridas no âmbito do território, por sua vez, contingenciam as práticas sociais que dão forma à socionatureza, um híbrido que procura conter história social e história natural em uma mesma abordagem.

Sendo, portanto, a natureza um conceito culturalmente e historicamente definido (DEMERITT, 2001), o debate em torno de diferentes concepções de natureza se faz premente quando tratamos de políticas de cunho ambiental. Estas, muitas vezes apoiadas em juízos de valores, acabam por regular e moldar as relações que conformam a constituição de diferentes naturezas-culturas. Assim, é possível criticar aparentes “verdades” forjadas cientificamente e que se inserem nos contextos de políticas de desenvolvimento territorial.

Seguindo essa tendência, abre-se caminho para os processos de valoração e mercantilização da natureza. Os elementos naturais, entendidos enquanto recursos econômicos têm seus valores de uso reduzidos a valores de troca. A temática ambiental passa então a ser representada segundo o paradigma do Desenvolvimento Sustentável, que se apropriou de três discursos até então desconexos como forma de fortalecer a economia de mercado internacional, a crise ecológica, a desigualdade econômica e a demografia global (PEET & WATTS, 2002). Ocorre a internalização dos aspectos naturais e sociais ao capital

(ESCOBAR, 2002), favorecendo novas articulações de cunho econômico entre os sistemas social e natural.

Essas novas articulações foram discutidas amplamente por Polanyi. Sua ideia de mercadorias fictícias que geram um mercado real continua atual, demonstrando o papel do mercado auto-regulável na promoção dos valores de troca em detrimento dos valores de uso, que culmina com o fim do padrão ouro e estabelece uma economia completamente monetarizada cujo fim último é o lucro, afirmando assim sentidos subordinados tanto do mundo quanto da vida em relação aos processos produtivos (LEFF et. al., 2002).

Retira-se daí o controle social simbólico presente nas políticas de desenvolvimento, tanto dos recursos naturais quanto dos territórios. A tensão entre material e simbólico é dada pela subsunção material da mercadoria material ao lucro financeiro em forma de dinheiro (PORTO-GONÇALVES, 2006), criando condições de produção que tratam de mercadorias mesmo que não tenham sido produzidas com tais. O papel da técnica é especialmente relevante nesse ponto, pois estabelece padrões de qualidade e favorece alterações sociais, ecológicas, culturais e políticas, que por sua vez buscam um maior controle espaço-temporal das relações sociais e de poder inscritas no território (HAESBAERT, 2007; SANTOS, 2008).

A partir da internalização das condições de produção, novas formas de normalização da natureza e da vida ganham corpo, e as relações sociais passam a ser interpretadas como reflexos da produção (ESCOBAR, 2002), transpondo o ser humano como criador e a natureza como fonte de valor. Consolidada-se assim a tendência reducionista de aplicação de instrumentos econômicos para a gestão territorial-ambiental, promovidos pela globalização econômica. Nesses termos, urge a ressignificação da natureza nos moldes propostos no primeiro capítulo enquanto possibilidade de crítica de formas de apropriação da natureza, em especial às associadas aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse cenário, a Costa Rica exerce o papel de protagonista. Antes mesmo de suas florestas virarem alvo de cobiça da economia de mercado, seus territórios e comunidades que neles vivem já passaram por diversas ingerências externas, particularmente de agências ligadas aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo uma sociedade preocupada com seu meio ambiente desponta como imaginário coletivo nacional, facilitando a implantação dos esquemas de PSA praticamente sem diálogo entre Estado e sociedade.

Os PSA entram em cena enquanto política ambiental que visa conciliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Origina-se a partir de uma espécie de pedagogia enviesada, cujo propósito passava por chamar atenção da sociedade para sua dependência perante as funções da natureza. Com base nesse discurso científico incipiente, desenvolve-se o conceito de Serviços Ambientais, apropriado pelas cartilhas de organizações políticas internacionais interessadas na incorporação da natureza pela economia e na promoção de mecanismos de valoração e criação de mercados de intercâmbio.

Essa associação da política econômica neoliberal com a estratégia de conservação da natureza está inscrita no chamado “desenvolvimentismo verde” (McAFFE, 1999) ou “ambientalismo de mercado” (KOSOY & CORBERA, 2010), legitimando estruturas institucionais que conformam políticas de desenvolvimento como os PSA. No entanto, os PSA, ao conciliar questões socionaturais com instrumentos políticos de objetivos múltiplos, transformam-se em políticas de desenvolvimento territorial, incidindo efeitos socioculturais e comportamentais advindos da mercantilização das funções da natureza (MURADIAN et. al. 2010).

O enfoque antropocêntrico de caráter pragmático utilitarista dos PSA passa a ser dominado pela corrente da Economia Ambiental, interessada em consolidar instrumentos econômicos de valoração monetária para os Serviços Ambientais, entendidos por essa corrente acadêmica enquanto fluxo de estoque. Nesse discurso dominante ambientalista, as temáticas cada vez mais ganham uma escala global, dentro da qual os organismos transnacionais jogam no time das soluções de mercado, que por sua vez denotam à natureza o papel de objetivo da sociedade moderna (PORTO-GONÇALVES, 2013), abrindo caminho para a privatização de espaços e mercantilização de aspectos reconhecíveis da natureza, mesmo em sua forma imaterial.

O entrelaçamento do poder discursivo, econômico e institucional desses organismos, como demonstrado por McAffe (1999), faz parte de uma estratégia mais ampla do ambientalismo de mercado que visa a regular os fluxos de recursos financeiros e materiais internacionais. A natureza enquanto recurso “global” faz parte dessa estratégia, já que está alijada do tempo e do espaço no qual está situada, dissociada de seu contexto social e histórico. Trata-se de uma natureza sem significado.

E enquanto parte desse processo, a racionalização de práticas produtivas busca estabelecer os efeitos do que é bom e o que é ruim ambientalmente. É a técnica enquanto fator

de mudança, legitimando práticas científicas de base utilitarista. Esse processo de normalização da natureza por meio da racionalização da técnica também passa a permear as considerações políticas com a interiorização de impactos econômicos sobre o meio ambiente para tomada de decisões, transformando os Serviços Ambientais em externalidades econômicas para serem valoradas monetariamente, satisfazendo assim as condições internas da produção econômica hegemônica que transformam a natureza em fonte de valor.

Em contrapartida, a Economia Ecológica oferece outra visão sobre a temática, favorecendo princípios de equidade e escala em relação aos limites biofísicos da natureza, possibilitando assim o diálogo entre diferentes perspectivas econômicas, sociais e ambientais em linguagens que não recaem necessariamente em valores monetários. Essa abordagem enfoca na adaptação das instituições políticas e econômicas para promoção da sustentabilidade ecológica em conjunto com uma distribuição justa dos recursos, sob uma base interdisciplinar (ENGEL et. al. 2008; MURADIAN et. al., 2010; FARLEY & CONSTANZA, 2010; TACCONI, 2012).

Foi a partir da utilização do arcabouço teórico-metodológico elaborado pela Economia Ecológica que diversas críticas ao modelo padrão de PSA passaram a ser feitas. Uma dessas críticas trata dos processos de normalização da natureza e sua internalização frente às condições de produção (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010), que visam a enquadrar uma função ecológica enquanto serviço atribuindo-lhe um valor de troca único e criando mercados de vendedores e compradores desses serviços. Parte-se de uma estruturação utilitarista da natureza para, em seguida, circunscrevê-la em métodos de valoração econômica que possibilitem a inserção dessa natureza utilitária nos processos de mercantilização que culminam na produção de mercados reais de intercâmbio. A vinculação desses processos inerentes à mercantilização da natureza com o discurso hegemônico político e econômico contribui para criação de formas dominantes de pensamento que legitimam essa natureza utilitária como verdade, fechando-se para toda a gama de possibilidades que as diversas naturezas-culturas oferecem.

Com a adoção de um sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais em escala nacional, a Costa Rica serviu e continua servindo de laboratório de divulgação de políticas ambientais com forte fator econômico envolvido. Através do estabelecimento de um sistema de direitos de propriedades bem definido e geralmente privado, torna-se possível estabelecer quem é o “dono” daquela parcela da natureza ao qual se tem interesse em valorar.

Com isso o ciclo da mercantilização da natureza se completa. Os valores de troca são expressos a partir do enquadramento econômico discursivo das funções ecossistêmicas enquanto fornecedora de serviços. Tais valores, ao serem precificados e monetarizados são apropriados por aqueles que detêm os direitos de propriedade sobre os serviços, que, por sua vez, estão amparados institucionalmente para comercializar esses serviços em mercados criados justamente para isso (GÓMEZ-BAGGETHUN & RUIZ PÉREZ, 2011). A criação de uma estrutura institucional aliada à adoção de um sistema bem definido de direitos de propriedade é condição premente da mercantilização da natureza, haja vista que apenas o processo de valoração não é suficiente para alienação da mercadoria. Nesse sentido, a Costa Rica interpretou bem o papel designado para si no mercado econômico global, servindo de sua natureza abundante para criação de um “espaço diferenciável” que destacasse o país no cenário econômico mundial.

Ao acelerar-se esse processo de mercantilização da natureza, aceleram-se também as transformações de valores simbólicos em relações objetivas e quantificáveis (McAFFE, 2012). Isto se dá por meio da simplificação homogeneizante da complexidade de ambientes sicionaturais, o que revela dilemas éticos e estéticos resultantes da utilização puramente economicista de se enxergar a natureza (VATN, 2010). Essa racionalidade, apoiada no quadro institucional estabelecido, é capaz de induzir lógicas de mercado individualistas capazes de modificar tanto padrões de comportamento quanto motivações perante a natureza (GÓMEZ-BAGGETHUN et. al., 2010).

Nem mesmo as dificuldades observadas, inclusive por entusiastas, foram capazes de demover parte do movimento ecológico e político dos cenários *win-win* profetizados pelos PSA. Os questionamentos sobre o enquadramento ou não dos PSA como políticas de cunho ecológico, e/ou social, ou ainda de desenvolvimento ou territorial, possibilitam demonstrar os atores em posições de interlocução, bem como seus objetivos específicos que merecem ser observadas à luz da definição de Serviços Ambientais e de suas formas de regulação, ou seja, o modo e a credibilidade com que cada agente se apropria da ciência ecológica para elaborar o seu discurso.

A mercadoria natureza, enquanto posse e propriedade de alguém revela sua associação com o caráter fetichista inscrito nos valores de troca, contribuindo assim para mascarar as relações sociais de produção e naturalizar as propriedades das mercadorias, cuja finalidade do lucro envolve uma forma de assimetria do poder propagada pelo fetichismo da mercadoria

(KOSOY & CORBERA, 2010). Esse modo de simplificação das relações ecológicas encaminha os SA em direção às avaliações monetárias, de preços e de câmbio, caracterizando a itemização promovida pelo conhecimento científico descrita por Castree (2003) e por Kosoy e Corbera (2010) como separação das funções ecossistêmicas em unidades discretas de comércio e princípios de gestão definidores de usos da terra específicos. É o que ocorre com a transposição de especificidades de taxonomias e hierarquias de sistemas ecológicos em categorias homogêneas, obscurecendo assim a relação de interdependência entre as dimensões espacial e funcional, caracterizadas pelos processos de individualização e abstração subjacentes à mercantilização.

Os cálculos em volume de biomassa e toneladas de emissões de monóxido de carbono enquanto linguagem de valor para representar a natureza fornecem, portanto, as bases nas quais a linguagem se torna fluida e objetiva para os propósitos de mercantilização. Com o demonstrado no terceiro capítulo, fica possível perceber que política nacional de PSA na Costa Rica implica na criação de um valor único de troca que itemiza os ecossistemas florestais, o que potencialmente implica na forma utilitária na qual a natureza é percebida, no modo como os valores monetários passam a regular a construção das interações sacionaturais e na criação e reprodução de relações sociais desiguais na forma de controle e acesso aos recursos.

O pensamento dominante que caracteriza os SA enquanto fluxos de estoque ao invés de serviços de fundo denota, por sua vez, que o objetivo principal declarado da política de PSA de conservação da natureza é uma falácia, já que a base do cálculo que permite a criação do valor de troca único está muito mais relacionada com indicadores monetários do que propriamente embasado pelos limites biofísicos dos sistemas ecológicos presentes no território.

Com a tríade legal composta pelas legislações de temática ambiental, florestal e de biodiversidade, a Costa Rica promove um quadro institucional capaz de colocar em prática a versão dominante do modelo de políticas de PSA. Diferentemente do México, no qual o Estado mediou as negociações entre organismos internacionais e populações afetadas, a implementação da política nacional de PSA na Costa Rica seguiu o modelo promovido pelas cartilhas dos organismos financeiros e ONG's internacionais. Essa implementação foi facilitada pela incorporação de um esquema institucional previamente existente de subsídio florestal, mas seu grande impulso se deu com a garantia orçamentária adquirida com o

imposto sobre combustíveis que, aliadas a outras fontes secundárias de renda, proporcionou o FONAFIFO emergir como um dos principais possuidores dos direitos de terras no país.

As constantes mudanças e aperfeiçoamentos no programa ao longo dos anos assinalam que a expectativa é de contínua expansão do modelo, mesmo diante do cenário de crise econômica mundial. Os valores pagos pelos PSA deixaram de estar atrelados ao dólar, diminuindo o valor pago referente ao ano anterior. Mas, afinal, se as formações florestais naturais não podem ter seu uso alterado, qual a finalidade de, logo em seguida, criar um incentivo econômico para sua conservação? Não é coincidência que estudos apontam um alto índice de pessoas que conservariam suas florestas mesmo sem os incentivos monetários dos PSA (MIRANDA et. al. 2003; PAGIOLA, 2008). E mesmo quando tratamos de PSA que envolvam processos produtivos, como reflorestamento e sistemas agroflorestais, estes pagamentos funcionam como uma espécie de subsídios para técnicas de manejo categorizadas como de uso racional e/ou sustentável dos recursos naturais. Caso esses modos de produção pudessem contar com uma assistência técnica estatal e incentivos de produção diversos, financeiros inclusos, a competição com outros usos alternativos do solo, como o abacaxi e a palma africana, poderia ser mais eficaz.

A extrema vinculação institucional ao conhecimento técnico específico contido na disciplina da engenharia florestal vincula as bases utilitário-produtivistas na qual a natureza está assentada na política de PSA (NORGAARD, 2010), caracterizando essa classe profissional como a principal beneficiada em termos de mercado de trabalho no país. Esse poder institucional e discursivo em prol do uso racional dos recursos naturais incentivou, por seu turno, o surgimento de organizações que servem de intermediários entre o proprietário e o Estado, fornecendo toda a estrutura técnica e administrativa para o proprietário, além de serem veículos de divulgação do programa.

Sendo o monitoramento das condições do contrato o componente de mais difícil verificação, o Estado se exime de fazê-lo em favor dos responsáveis técnicos. Esse ponto revela que as implicações socioculturais da política são invisibilizadas, trazidas à tona esporadicamente em forma de consultorias. Para fins econômicos, o que importa é o custo de oportunidade, permitindo assim mais uma forma de circulação monetária. Nem mesmo atingir às expectativas de conservação pelas modalidades de PSA é importante, haja vista a falta de dados que possibilitem uma análise mais aprofundada dos objetivos ecológicos propostos (PAGIOLA, 2008).

Uma forma de verificar a expansão e/ou retração dos PSA consiste na observação de como os mecanismos REDD se comportam nos próximos anos. Estes fazem o papel de principais legitimadores de um mercado internacional de carbono e a partir deles esse processo de mercantilização da natureza pode se intensificar imensamente. É de se esperar que uma crescente literatura, tanto institucional quanto acadêmica, tenha interesse em investigar esses mecanismos pelo mundo.

A busca por eficiência oriunda do pensamento econômico neoliberal pode ser observada nos constantes aprimoramentos da política. Todavia, é importante considerar que embora envolto nas necessidades de eficiência econômica, alguns componentes sociais tornam os PSA mais parecidos com políticas de transferência de renda. Uma pesquisa quantitativa de caracterização dos tipos de proprietários que fazem parte dos esquemas de PSA seria muito importante para revelar quem são os verdadeiros beneficiados da política, já que a concentração de terras na Costa Rica tem um padrão bem particular de concentração moderada (MIRANDA et. al., 2003).

Não foi possível, porém, verificar como o FONAFIFO negocia os créditos de carbono no mercado internacional. Sendo a comercialização em mercados fator constituinte do processo de mercantilização da natureza, este processo se daria com a venda das ‘cessões’ a que tem direito o FONAFIFO nos mercados financeiros internacionais. Embora este ponto tenha ficado oculto, é passível de se assumir que o FONAFIFO pode fazê-lo caso queira, já que não foram encontradas restrições legais para tal nas legislações analisadas.

Conclui-se, portanto, que a política nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais implantada na Costa Rica adota basicamente os mesmos preceitos estabelecidos pela Economia Ambiental na configuração dos Serviços Ambientais, que por sua vez seguem os princípios promovidos pelas organizações internacionais que estão à frente do processo de transformação da natureza em *commodity*.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACUÑA, V. H. **La invención de la diferencia costarricense, 1810-1870**. In: Revista de Historia, nº 45, enero-junio 2002. Ed. Universidad de Costa Rica. pp. 191-228.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. 2ª ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANDERSON, K. The Nature of 'Race'. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Naure**. 1ª ed. Oxford:Blackwell, 2001. p. 64-83.

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem estar humano. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, nº 155, fev. de 2009.

APPADURAI, A. **The Social Life of Things: Commodities in a Cultural Perspective**. Cambridge University Press, 1986.

Atlas Centroamericano para la Gestión Sostenible del Territorio. Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD), 1ª ed. San Salvador: 2011.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

BECKER, B. K. Serviços ambientais e possibilidades de inserção da Amazônia no século XXI. **T&C Amazônia**, v. 14, jun. 2008, p 1-8.

BLAIKIE, P. Social Nature and Environmental Policy in the South: views from Verandah and Veld. . In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Naure**. 1ª ed. Oxford:Blackwell, 2001. p. 133-150.

BRAUN, B; WAINWRIGHT, J. Nature, Poststructuralism, and Politics. . In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Nature**. 1ª ed. Oxford:Blackwell, 2001. p. 41-63.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 266p.

CASANOVA, P.G. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, CLACSO, 2002.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**, vol 2. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTREE, N.; MACMILLAN, T. Dissolving Dualisms: Actor-networks and the Reimagination of Nature. In: CASTREE, N.; BRAUN, B (eds.). **Social Nature**.. Oxford: Blackwell, p.208-224, 2001.

CASTREE, N. Socializing Nature: theory, practice, and politics. In: CASTREE, N.; BRAUN, B (eds.). **Social Nature**.. Oxford: Blackwell, p.1-21, 2001a.

CASTREE, N. Marxism, Capitalism, and the Production of Nature. In: CASTREE, N.; BRAUN, B (eds.). **Social Nature**.. Oxford: Blackwell, p.189-207, 2001b.

CASTREE, N. Commodifying what nature? **Progress in Human Geography**, vol. 27, nº 3, 2003. p. 273-297.

CASTREE, N. From Neoliberalism to Neoliberalisation: consolations, confusions, and necessary illusions. **Environment and Planning A**, vol. 38, 2006. p. 1-6.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano 1, nº 2, 1999. pp. 7-26.

COSTA RICA. Ley nº 7174, Ley de Reforma Integral de Ley Forestal nº 4465, de 25/11/1999. Diario Oficial La Gaceta nº 133, de 16/07/1990.

COSTA RICA. Ley nº 7554, Ley Orgánica del Ambiente, Diario Oficial La Gaceta nº 215, de 13/11/1995.

COSTA RICA. Ley nº 7575, Ley Forestal, Diario Oficial La Gaceta nº 72, de 16/04/1996.

COSTA RICA. Ley n° 7788, Ley de Biodiversidad, Diario Oficial La Gaceta n° 101, de 27/05/1998.

COSTA RICA. Decreto n° 38.323-MINAE, Pagos de servicios ambientales para el año 2014, Diario Oficial La Gaceta n° 72, de 14/04/2014.

DEMERRITT, D. Being constructive about Nature. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Nature**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 22-40.

DESCOLA, P. & PÁLSSON, G. **Nature and society: Anthropological perspectives**. London: Routledge, 1996.

DUSSEL, E. **1492: El encubrimiento del Otro – Hacia el origen del “mito de la modernidad”**. La Paz: Plural editores. 1994.

ENGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing Payments for Environmental Services in Theory and Practice: an overview of the issues. **Ecological Economics** vol. 65, n° 4, 2008. p. 663-674.

ESCOBAR, Arturo. Constructing Nature: Elements for a poststructural political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (orgs). **Liberation Ecologies: environment, development, social movements**. 2ª ed. Routledge: New York. 2002. p. 46-68.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). **A Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005. p. 133-168.

ESTADO DE LA NACIÓN. Vigésimo Informe Estado de la Nación en desarrollo humano sostenible. Programa Estado de la Nación, 2014

EVANS, S. **The Green Republic: a conservation history of Costa Rica**. 1ª ed. Austin: University of Texas Press, 1999.

FARLEY, J.; CONSTANZA, R. Payments for ecosystem services: from local to global. **Ecological Economics**, vol. 69, n° 6, 2010. p. 2060-2068.

FERRARO, P. J.; KISS, A. Direct Payments to Conserve Biodiversity. **Science**, vol. 298, 2002. p. 1718-1719.

FONAFIFO. Cartilha Modalidades PSA. Fondo Nacional de Financiamento Forestal. 2011.

FORSYTH, T. **Critical Political Ecology: The Politics of Environmental Science**. Routledge: London and New York, 2003.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; DE GROOT, R.; LOMAS, P. L.; MONTES, C. The history of ecosystem services in economic theory and practice: from early notions to markets and payments schemes. **Ecological Economics**: vol nº 69, nº 6, 2010. p. 1209-1218.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; RUIZ PÉREZ, M. Economic valuation and the commodification of ecosystem services. **Progress in Physical Geography** vol. 35, nº 5, 2011. p. 613-628.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed., São Paulo: Annablume-HUCITEC, 2000.

GREGORY, D. (Post)Colonialism and the Production of Nature. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Nature**. 1ª ed. Oxford:Blackwell, p. 84-111, 2001.

GRIECO y BAVIO, Alfredo. **Cómo fueron los 60**. 1ª ed. Buenos Aires: Fin de Siglo, 1995.

GUERRA, A.T; GUERRA, A.J. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (eds.). **Manifestações da cultura no espaço**. 1ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 400.

HAESBAERT, R.; RAMOS, T. O mito da desterritorialização econômica. **Revista GEOgraphia**, Ano 6, nº 12, 2004. pp. 25-48.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press: 2005.
- HERRERA, M. R. **Sustainable Development in Costa Rica: a moral geography**. Tese de Doutorado. University of Kansas, 2008.
- HOLDRIDGE, L. **Ecología basada en zonas de vida**. 1ª ed. 3ª reimpr. San José: IICA, 1987.
- INGOLD, T. **Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.
- KOSOY, N.; CORBERA, E. Payments for ecosystem services as commodity fetishism. **Ecological Economics**, vol 69, nº 6, 2010. p. 1228-1236.
- LANDEL-MILLS, N.; PORRAS, I. Silver Bullet or Fool's Gold? A global review of markets for Forest Environmental Services and their impacts on the poor. **Internacional Institute for Environment and Development - IIED**: London, 2002.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- LEFF, E. La Ecología Política en América Latina: Um campo en construcción. **Polis**, v. 5, p. 2-14, 2003.
- LEFF, E. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 27, p. 11-20, 2013.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.
- LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; PORTO-GONÇALVES, C.W. Mas allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad – una visión desde América Latina. In: LEFF, E. (coord.). **La transición hacia el desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe**. México D.F.: PNUMA, p. 477-576, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 2010.

LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia Juruna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14, nº 40, p. 43-52, junho de 1999.

LIPIETZ, A. A Ecologia Política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, H. (org). **Ecología Política. Naturaleza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 15-26.

LITTLE, P. Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium. **Annual Review of Anthropology**. Nº 28, p. 253-284, 1999.

LOYOLA, R. G. A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA**, nº 2, 1997, São Paulo. 1997. Disponível em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/mesa2/4.pdf

MEA, **Millennium Ecosystem Assessment**. Ecosystems and Human Well-being. A Framework for Assessment. Island Press: 2003. Disponível em <http://www.millenniumassessment.org/en/Framework.html>

MARCELLESI, F. Ecología Política: génesis, teoría y práxis de la ideologia verde. **Cuadernos Bakeaz**, nº 85, 2008, pp. 1-14.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1, 23ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MASSEY, D. Politics and space/time. In: KEITH, M; PILE, S. (eds.) **Place and the Politics of Identity**. Londres e Nova York: Routledge, 1993. p. 65-84.

MASSEY, D. **Pelo Espaço. Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

McAFFE, K. Selling Nature to Save It? Biodiversity and the Rise of Green Developmentalism. **Environment and Planning**, vol. 17:2, 1999. p. 133 -154.

McAFFE, K. The Contradictory Logic of Global Ecosystem Services Markets. **Development and Change**, vol. 43, nº 1, 2012. p. 105-131.

McAFFEE, K.; SHAPIRO, E.N. Payments for Ecosystem Services in Mexico: Nature, Neoliberalism, Social Movements, and the State. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 100, n° 3, 2010, pp. 579-599.

McCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. **Geoforum**, vol. 35, n° 3, 2004. p. 275-283.

MELÉNDEZ, C. **Conquistadores y Pobladores: Orígenes Histórico-Sociales de los Costarricenses**. San José: EUNED, 1982.

MEZA OCAMPO, T. A. **Geografía de Costa Rica**. 1ª Ed. 3ª reimpr. Cartago: Editorial Tecnológica de Costa Rica, 2010.

MIRANDA, M.; PORRAS, I.; MORENO, M. L. The social impacts of payments for environmental services in Costa Rica: a quantitative field survey and analysis of the Virilla watershed. **Environmental Economics Programme, International Institute for Environment and Development – IIED**, 2003.

MOECKLI, J.; BRAUN, B. Gendered Natures: Feminism, Politics, and Social Nature. . In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (eds.). **Social Nature**. 1ª ed. Oxford:Blackwell, 2001. p. 112-132.

MOLINA, I; PALMER, S. **Historia de Costa Rica**. 2ª Ed. 3ª reimpr. San José: Editorial UCR, 2012.

MORAN, E. (ed.) **The Ecosystems approach in anthropology: from concept to practice**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

MORAN, E. **Meio Ambiente e Ciências Sociais: Interações Homem-Ambiente e Sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Senac, 2011.

MURADIAN, R.; CORBERA, E.; PASCUAL, U.; KOSOY, N.; MAY, P. Reconciling theory and practice: an alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services. **Ecological Economics** vol. 69, n° 6, 2010. p. 1202-1208.

MURADIAN, R.; RIVAL, L. Between markets and hierarchies: the challenge of governing ecosystem services. **Ecosystem Services**, vol. 1, n° 1, 2012. p. 93-100.

MURADIAN, R. et. al. Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions. **Conservation Letters**, vol. 6, nº 4, 2013. p. 274-279.

NOVAES, R. M. L. Monitoramento em programas e políticas de pagamentos por serviços ambientais em atividade no Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol 22, nº 2. Rio de Janeiro: 2014. p. 408-431.

NORGAARD, R. B.; Ecosystem services: from eye-opening metaphor to complexity blinder. **Ecological Economics** vol. 69, nº 6, 2010. p. 1219-1227.

ODUM, E. **Fundamentos de Ecologia**. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ONU. Organização da Nações Unidas. REDD Programme: www.un-redd.org.

PEET, R.; WATTS, M. Liberation Ecology: development, sustainability, and the environment in an age of market triumphalism. In: PEET, R.; WATTS, M. (eds.). **Liberation Ecologies: environment, development, and social movements**. 2ª ed. New York: Routledge, 2002. p. 1-45.

PAGIOLA, S.; ARCENAS, A.; PLATAIS, G. Can payments for environmental services help reduce poverty? An exploration of the issues and evidence to date from Latin America. **World Development**, vol. 33, nº 2, 2005. p. 237-253.

PAGIOLA, S. Payments for Environmental Services in Costa Rica. **Ecological Economics**, vol. 65, nº 4, 2008. p. 712-724.

PICINATTO, A.C.; SPIER, G.; LIMA, I.V.; GERMANI, R.D. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M. A. & SOUZA, E. B. C (orgs). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 67 a 77.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013. 148 p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, vol. 9, nº 1, p. 16-50, 2012.

PREBISCH, R. Biosfera y desarrollo. In: SUNKEL, O; GLIGO, N. **Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina**. 1ª ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, p. 67-90, 1980.

QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROBBINS, P. **Political Ecology**. 2ª ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. 288 p.

SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ-AZOFEIFA, G.; PFAFF, A.; ROBALINO, J.; BOOMHOWER, J. Costa Rica’s Payment for Environmental Services Program: Intention, Implementation, and Impacts. **Conservation Biology**, vol. 21, nº 5, 2007. p. 1165-1173.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a. p. 13-21.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007b.

SOTO-QUIROS, R. Un otro significativo en la identidad nacional costarricense: el caso del inmigrante afrocaribeño, 1872-1926. In: **Boletín AFEHC**, nº25: Mestizaje, Raza y Nación em Centroamérica: identidad tras conceptos, 1524-1950. 2006.

STRATHERN, M. **After nature: English Kinship in the late twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SULLIVAN, S. Green capitalism, and the cultural poverty of constructing nature as service provider. **Radical Anthropology**, 3ª ed. 2009. p. 18-27.

TACCONI, L. Redefining payments for environmental services. **Ecological Economics**, vol. 73, 2012. p. 29-36.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 193 p.

TODOROV, T. **A conquista da América: A questão do outro**. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VATN, A. The Environment as a Commodity. **Environmental Values**, vol. 9, nº 4, 2000. p. 493-509.

VATN, A. An institutional analysis of payments for environmental services. **Ecological Economics**, vol. 69, nº 6, 2010, p. 1245-1252.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2002.

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. In: **Perspectivas**, vol. 20/21, p. 249-267, 1997-1998.

WILLIAMS, R. **Problems in materialism and culture**. 2ª ed. London: Verso, 1982.

WUNDER, S. Pagos por servicios ambientales: principios básicos esenciales. **CIFOR Occasional paper**, nº42. 2006. p. 1-22.

ANEXOS

AÑO	CAF	PSA (Presupuesto Ordinario)	PSA Ecomercados	PSA (Pres. KfW)	PSA (CNFL)	PSA (Convenio con Florida Ice and Farm)	PSA (Convenios con Empresas Hidroeléctricas)	PSA (CSA)	TOTAL
1995	1.614.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	€ 1.614.000.000,00
1996	1.651.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	€ 1.651.000.000,00
1997	1.789.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	€ 1.789.000.000,00
1998	2.381.000.000,00	1.269.000.000,00	-	-	-	-	1.986.377,96	-	€ 3.651.986.377,96
1999	1.590.000.000,00	2.406.000.000,00	-	-	-	-	2.104.979,69	-	€ 3.998.104.979,69
2000	1.373.300.000,00	2.098.250.000,00	-	-	-	-	-	-	€ 3.471.550.000,00
2001	1.250.960.000,00	2.345.127.500,00	655.400.000,00	-	75.825.407,16	1.514.655,80	9.141.254,81	-	€ 4.337.968.817,77
2002	1.243.000.000,00	3.066.900.000,00	2.946.690.575,93	-	78.328.727,45	17.269.528,02	6.416.614,71	-	€ 7.358.605.446,11
2003	1.000.000.000,00	1.399.300.000,00	2.960.722.972,59	1.714.503.195,25	153.510.162,75	15.949.857,11	19.772.806,02	-	€ 7.263.758.993,72
2004	1.080.000.000,00	1.511.200.000,00	3.536.000.000,00	810.942.757,00	154.885.509,29	-	1.713.588,00	-	€ 7.094.741.854,29
2005	200.000.000,00	1.511.200.000,00	3.436.921.762,39	1.008.873.797,56	191.351.928,80	17.068.700,89	16.971.550,50	-	€ 6.382.387.740,14
2006	-	5.600.000.000,00	2.813.182.608,00	850.298.210,00	214.640.961,37	20.868.700,89	21.020.007,05	-	€ 9.520.010.487,31
2007	-	6.160.000.000,00	-	661.309.033,00	204.825.344,00	1.493.446,00	49.608.026,00	-	€ 7.077.235.849,00
2008	-	6.529.600.000,00	-	500.624.764,00	178.861.384,00	-	20.891.214,00	49.499.486,00	€ 7.279.476.848,00
2009	-	6.921.400.000,00	3.117.771.000,00	219.988.832,00	218.152.008,00	-	38.448.124,00	115.800.570,00	€ 10.631.560.534,00
2010	-	11.218.900.000,00	4.024.772.256,00	-	92.700.000,00	-	10.000.000,00	50.000.000,00	€ 15.396.372.256,00
2011	-	10.111.333.493,00	5.800.000.000,00	158.668.168,00	362.273.680,00	-	15.000.000,00	5.000.000,00	€ 16.452.275.341,00
2012	-	11.352.542.525,00	2.815.542.153,00	-	61.788.428,00	-	-	-	€ 14.229.873.106,00
2013	-	10.683.159.845,00	5.972.895.536,00	-	87.571.762,00	-	-	130.465.488,00	€ 16.874.092.631,00
2014	-	13.865.070.804,00	137.482,00	-	77.078.960,00	-	-	115.545.970,00	€ 14.057.833.216,00
2015	-	14.267.890.659,00	-	-	174.749.787,00	-	-	106.300.335,00	€ 14.548.940.781,00
TOTAL	€ 15.172.260.000,00	€ 109.685.936.083,00	€ 38.080.036.345,91	€ 5.925.208.756,81	€ 2.326.544.049,82	€ 74.164.888,71	€ 213.074.542,74	€ 572.611.849,00	€ 172.049.699.033,99

Fuente: Departamento Financiero Contable/ Unidad de Presupuesto, Fonafifo

Anexo A: Alocação orçamentária para PSA por fonte de financiamento, período de 1995 – 2015 (em colóns). Fonte: FONAFIFO, 2014

Decreto executivo nº 38322 – MINAE, 2014			
Modalidade	Ano de pagamento	Porcentagem a pagar por ano (%)	Montante total por modalidade (colóns)
Reflorestamento espécies em vias de extinção	2014	50	742,350
	2015	20	
	2016	15	
	2017	10	
	2018	5	
Regeneração natural produtiva	2014	20	103,525
	2015	20	
	2016	20	
	2017	20	
	2018	20	
Proteção em vazios de conservação	2014	20	189,375
	2015	20	
	2016	20	
	2017	20	
	2018	20	
Sistemas agroflorestais com café	2014	65	656
	2015	20	
	2016	15	
Proteção áreas silvestres protegidas	2014	20	161,600
	2015	20	
	2016	20	
	2017	20	
	2018	20	
Regeneração em pastagens	2014	20	103,525
	2015	20	
	2016	20	
	2017	20	
	2018	20	
Sistemas agroflorestais com espécies em vias de extinção	2014	65	985
	2015	20	
	2016	15	
Árvores em cafezais	2014	20	350
	2015	20	
	2016	20	
	2017	20	
	2018	20	

Anexo B: Tabela de distribuição das formas de pagamentos por modalidades e percentuais relativos a cada no de contrato, segundo Decreto Executivo nº 38322 – MINAE, 2014. Valores referente à 1 hectare de terra sob contrato, à exceção de Sistemas agroflorestais e árvores em cafezais que tem seu pagamento atrelado quantidade de árvores plantadas. Fonte: FONAFIFO, 2014.

Decreto executivo n° 26977 – MINAE, 1998			
Modalidade	Ano de pagamento	Porcentagem a pagar por ano (%)	Montante total por modalidade (colóns)
Plantações estabelecidas	1998	20	60,000
	1999	20	
	2000	20	
	2001	20	
	2002	20	
Reflorestamento	1998	50	154,000
	1999	20	
	2000	15	
	2001	10	
	2002	5	
Manejo florestal	1998	50	94,000
	1999	20	
	2000	10	
	2001	10	
	2002	10	
Proteção de florestas	1998	20	60,000
	1999	20	
	2000	20	
	2001	20	
	2002	20	

Anexo C: Tabela de distribuição das formas de pagamento por modalidade de PSA, segundo decreto executivo n° 26977 – MINAE, 1998. Valores referente à 1 hectare de terra sob contrato. Fonte: FONAFIFO, 2014